

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	19
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	169
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	172
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	173
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	65.156
Preferenciais	39.676
Total	104.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	362
Total	362

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	13.064.906	12.455.378
1.01	Ativo Circulante	5.581.151	5.419.363
1.01.01	Disponibilidades	721.292	984.730
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	770.261	415.881
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	600.000	328.004
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	170.261	87.877
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	73.334	348.539
1.01.03.01	Carteira Própria	66.546	334.074
1.01.03.02	Vinculados à Prestação de Garantias	6.788	14.465
1.01.04	Relações Interfinanceiras	82.795	109.429
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	13.864	19
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	68.931	109.410
1.01.05	Relações Interdependências	516	894
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	516	894
1.01.06	Operações de Crédito	3.605.628	3.160.880
1.01.06.01	Setor Privado	3.656.133	3.260.770
1.01.06.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	118.499	55.928
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-169.004	-155.818
1.01.08	Outros Créditos	262.237	337.132
1.01.08.01	Câmbio Comprado a Liquidar	0	96.505
1.01.08.02	Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	0	24.151
1.01.08.03	Rendas a Receber	1.087	22.285
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	115	2.866
1.01.08.05	Devedores por Compras de Valores e Bens	7.499	8.473
1.01.08.06	Impostos a Compensar	38.065	35.223
1.01.08.07	Pagamentos a Ressarcir	41	38
1.01.08.08	Títulos e Créditos a Receber	128.147	10.464
1.01.08.09	Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.156	1.065
1.01.08.10	Devedores Diversos	45.647	44.808
1.01.08.11	Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamentos	116.024	123.621
1.01.08.12	Outros	22.147	16.354
1.01.08.13	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-97.691	-48.721
1.01.09	Outros Valores e Bens	65.088	61.878
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	61.077	65.649
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-25.089	-28.143
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	29.100	24.372
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.677.423	6.238.731
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	142.595	118.984
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	142.595	118.984
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	615.576	599.287
1.02.02.01	Carteira Própria	512.610	392.600
1.02.02.02	Vinculados ao Banco Central	0	30.242
1.02.02.03	Vinculados à Prestação de Garantias	102.966	176.445
1.02.05	Operações de Crédito	5.062.750	4.733.944
1.02.05.01	Setor Privado	4.950.704	4.800.963

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.05.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	341.173	160.283
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-229.127	-227.302
1.02.07	Outros Créditos	835.270	766.270
1.02.07.01	Créditos Tributários	549.532	592.996
1.02.07.02	Devedores por Compras de Valores e Bens	41.051	41.159
1.02.07.03	Devedores por Depósitos em Garantia	137.913	136.385
1.02.07.04	Impostos a Compensar	93.329	33.541
1.02.07.05	Pagamentos a Ressarcir	531	531
1.02.07.06	Títulos e Créditos a Receber	40.836	40.810
1.02.07.07	Outros	3.020	3.020
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-30.942	-82.172
1.02.08	Outros Valores e Bens	21.232	20.246
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	21.232	20.246
1.03	Ativo Permanente	806.332	797.284
1.03.01	Investimentos	583.036	564.407
1.03.01.02	Participações em Controladas	627.136	609.190
1.03.01.04	Outros Investimentos	3.934	3.251
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-48.034	-48.034
1.03.02	Imobilizado de Uso	142.038	151.157
1.03.02.01	Imóveis de Uso	18.261	18.261
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	328.920	329.616
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-205.143	-196.720
1.03.04	Intangível	81.258	81.720
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	202.392	196.129
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-121.134	-114.409

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	13.064.906	12.455.378
2.01	Passivo Circulante	4.579.444	4.499.438
2.01.01	Depósitos	3.541.900	3.486.224
2.01.01.01	Depósitos à Vista	499.588	484.431
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	218.273	226.084
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	97.655	146.978
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.726.384	2.628.731
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	107.218	131.958
2.01.02.01	Carteira de Terceiros	107.218	131.958
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	69.343	70.004
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	69.343	70.004
2.01.04	Relações Interfinanceiras	98.761	124.225
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	75.841	65.027
2.01.04.02	Obrigações Vinculadas	0	30.180
2.01.04.03	Correspondentes	22.920	29.018
2.01.05	Relações Interdependências	2.553	15.670
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.553	15.670
2.01.09	Outras Obrigações	759.669	671.357
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	26.657	9.064
2.01.09.02	Obrigações por Compra de Câmbio	0	55.752
2.01.09.03	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	0	-55.583
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	13.061	44.342
2.01.09.05	Passivos Fiscais	36.132	37.274
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	2.843	736
2.01.09.07	Obrigações por Convênios Oficiais	198.960	191.242
2.01.09.08	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	8.950	8.962
2.01.09.09	Provisão para Pagamentos a Efetuar	71.554	70.535
2.01.09.10	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	2.247	2.778
2.01.09.11	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	120.840	56.620
2.01.09.12	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	11.431	8.484
2.01.09.13	Credores Diversos - País	266.164	239.805
2.01.09.14	Outras	830	1.346
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.309.917	6.831.449
2.02.01	Depósitos	6.116.175	5.891.651
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	101.567	98.526
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	6.014.608	5.793.125
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	25.076	0
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	25.076	0
2.02.09	Outras Obrigações	1.168.666	939.798
2.02.09.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	98.799	104.968
2.02.09.02	Provisão para Outros Passivos	246.719	238.249
2.02.09.03	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	373.810	169.782
2.02.09.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	449.338	426.799
2.05	Patrimônio Líquido	1.175.545	1.124.491
2.05.01	Capital Social Realizado	597.540	597.540

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.05.01.01	De Domiciliados no País	597.540	492.708
2.05.01.02	Aumento de Capital	0	104.832
2.05.02	Reservas de Capital	43.375	43.375
2.05.02.01	Reservas de Ágios por Subscrição de Ações	43.375	43.375
2.05.03	Reservas de Reavaliação	106	108
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	106	108
2.05.04	Reservas de Lucro	474.037	472.468
2.05.04.01	Legal	87.688	87.688
2.05.04.02	Estatutária	390.323	390.394
2.05.04.02.01	Para Pagamento de Dividendos	34.627	34.627
2.05.04.02.02	Para Aumento de Capital	355.696	355.767
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-3.974	-5.614
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-3.974	-5.614
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.368	11.000
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	47.119	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	809.447	564.076
3.01.01	Operações de Crédito	713.758	478.381
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	44.227	10.198
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	24.068	12.703
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	-3.511	11.886
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	1.597	530
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	29.308	50.378
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-327.936	-96.135
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-210.271	-41.883
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-244	-44
3.02.03	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-13.314	-125
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-104.107	-54.083
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	481.511	467.941
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-417.344	-381.981
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	67.597	57.096
3.04.02	Despesas de Pessoal	-109.736	-113.838
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-215.305	-188.432
3.04.04	Despesas Tributárias	-33.708	-31.547
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	39.930	5.772
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-182.833	-126.248
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	16.711	15.216
3.05	Resultado Operacional	64.167	85.960
3.06	Resultado Não Operacional	780	-7.046
3.06.01	Receitas	1.085	2.237
3.06.02	Despesas	-305	-9.283
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	64.947	78.914
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-9.881	-20.104
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	24.207	-9.053
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	15.212	-7.153
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	-49.300	-3.898
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-7.949	-7.569
3.10.01	Participações	-7.949	-7.569
3.10.01.01	Administradores	-881	-874
3.10.01.02	Empregados	-7.068	-6.695
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	47.117	51.241
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,451	0,9776

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	47.117	51.241
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.368	-263
4.02.01	Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	1.917	-53
4.02.02	Títulos Disponíveis para Venda - De Controladas (MEP)	1.314	-234
4.02.03	Efeito Fiscal	-863	24
4.03	Resultado Abrangente do Período	49.485	50.978

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-177.228	-468.365
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	100.863	92.136
6.01.01.01	Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	0	-74
6.01.01.02	Despesas com Provisão Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	27.355	31.540
6.01.01.03	Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas	-531	53
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	104.107	54.083
6.01.01.05	Provisão / (Reversão) para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos	-19	9.167
6.01.01.06	Depreciações e Amortizações	16.823	15.123
6.01.01.07	Atualizações Monetárias Ativas	-30.238	-835
6.01.01.08	Resultado de Participações em Controladas	-16.711	-15.216
6.01.01.09	(Ganho) na Alienação de Bens e Investimentos	-2	-1.705
6.01.01.10	Perda de Capital em Controlada	79	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-343.038	-639.415
6.01.02.01	(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-4.604	-1.641
6.01.02.02	(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-21.309	-4.857
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras	1.170	-4.466
6.01.02.04	(Aumento) em Relações Interdependências	-12.739	-12.343
6.01.02.05	(Aumento) em Operações de Crédito	-877.661	-497.368
6.01.02.06	(Aumento) em Outros Créditos	-38.878	-73.166
6.01.02.07	Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	-4.455	2.938
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Depósitos	280.200	-81.138
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	-24.740	1.559
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	24.415	-5.164
6.01.02.11	Aumento em Outras Obrigações	338.150	47.591
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.587	-11.360
6.01.03	Outros	64.947	78.914
6.01.03.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	64.947	78.914
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	293.820	55.407
6.02.01	Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	282.786	98.957
6.02.02	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	280	16.681
6.02.03	Alienação de Imobilizado de Uso	19	9
6.02.04	Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	-1.507	-53.389
6.02.05	Integralização de Capital em Controlada	0	-4.250
6.02.06	Aquisição de Investimentos	-683	-152
6.02.07	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.000	-8.920
6.02.08	Aplicações no Intangível	-6.263	-5.508
6.02.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	20.188	11.979
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.644	-39.001
6.03.01	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.857	2.400
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-28.070	-41.401
6.03.03	Ações em Tesouraria Vendidas	1.569	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	74

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	109.948	-451.885
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.186.832	1.831.679
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.296.780	1.379.794

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	597.540	43.375	108	472.468	0	11.000	1.124.491
5.03	Saldo Ajustado	597.540	43.375	108	472.468	0	11.000	1.124.491
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	47.117	0	47.117
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	2.368	2.368
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	3.231	3.231
5.07.04	Efeito Fiscal	0	0	0	0	0	-863	-863
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	1.569	0	0	1.569
5.12	Outros	0	0	-2	0	2	0	0
5.12.01	Realização de Reserva	0	0	-2	0	2	0	0
5.13	Saldo Final	597.540	43.375	106	474.037	47.119	13.368	1.175.545

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	492.708	43.375	117	463.107	0	-11.339	987.968
5.03	Saldo Ajustado	492.708	43.375	117	463.107	0	-11.339	987.968
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	51.241	0	51.241
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-263	-263
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-287	-287
5.07.04	Efeito Fiscal	0	0	0	0	0	24	24
5.12	Outros	0	0	-2	0	2	0	0
5.12.01	Realização de Reserva	0	0	-2	0	2	0	0
5.13	Saldo Final	492.708	43.375	115	463.107	51.243	-11.602	1.038.946

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	620.181	421.007
7.01.01	Intermediação Financeira	809.447	564.076
7.01.02	Prestação de Serviços	67.597	57.096
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-104.107	-54.083
7.01.04	Outras	-152.756	-146.082
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-223.829	-42.052
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-175.483	-153.241
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-11.775	-12.170
7.03.02	Serviços de Terceiros	-103.501	-92.432
7.03.04	Outros	-60.207	-48.639
7.03.04.01	Comunicações	-2.685	-3.649
7.03.04.02	Processamento de Dados	-24.974	-19.324
7.03.04.03	Propaganda, Publicidade e Publicações	-9.640	-3.723
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-1.263	-812
7.03.04.05	Transportes	-8.166	-7.507
7.03.04.06	Outros	-13.479	-13.624
7.04	Valor Adicionado Bruto	220.869	225.714
7.05	Retenções	-16.823	-15.123
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.823	-15.123
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	204.046	210.591
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.711	15.216
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.711	15.216
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	220.757	225.807
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	220.757	225.807
7.09.01	Pessoal	90.751	88.111
7.09.01.01	Remuneração Direta	66.623	63.714
7.09.01.02	Benefícios	19.030	19.132
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.098	5.265
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	59.890	66.387
7.09.02.01	Federais	55.290	62.598
7.09.02.02	Estaduais	4	7
7.09.02.03	Municipais	4.596	3.782
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22.999	20.068
7.09.03.01	Aluguéis	22.999	20.068
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	47.117	51.241
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	47.117	51.241

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	13.561.514	12.993.418
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.328.365	1.212.577
1.02	Ativos Financeiros	10.500.536	10.006.716
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	918.046	1.165.455
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	9.582.490	8.841.261
1.03	Tributos Diferidos	575.450	620.435
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	575.450	620.435
1.04	Outros Ativos	503.636	477.713
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	32.151	32.409
1.04.03	Outros	471.485	445.304
1.05	Investimentos	8.816	8.881
1.05.03	Propriedades para Investimento	8.816	8.881
1.06	Imobilizado	563.453	585.376
1.06.01	Imobilizado de Uso	153.444	162.891
1.06.02	Direito de Uso em Arrendamento	410.009	422.485
1.07	Intangível	81.258	81.720
1.07.01	Intangíveis	81.258	81.720

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	13.561.514	12.993.418
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	10.770.448	10.230.839
2.04	Provisões	289.749	280.339
2.05	Passivos Fiscais	108.463	100.806
2.05.01	Passivos Fiscais Correntes	97.790	93.329
2.05.02	Passivos Fiscais Diferidos	10.673	7.477
2.06	Outros Passivos	1.118.001	1.166.197
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	1.274.853	1.215.237
2.08.01	Capital Social Realizado	597.540	597.540
2.08.02	Reservas de Capital	43.375	43.375
2.08.04	Reservas de Lucros	474.037	472.468
2.08.04.01	Reserva Legal	87.688	87.688
2.08.04.02	Reserva Estatutária	390.323	390.394
2.08.04.09	Ações em Tesouraria	-3.974	-5.614
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	98.845	43.435
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.368	11.000
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	47.688	47.419

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	813.759	558.849
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-362.786	-160.139
3.02.01	Despesas de Juros	-250.163	-96.904
3.02.02	Perdas com Ativos Financeiros	-112.623	-63.235
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	450.973	398.710
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-370.289	-324.536
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	98.618	79.982
3.04.02	Despesas de Pessoal	-127.126	-128.850
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-190.408	-176.590
3.04.04	Despesas Tributárias	-38.580	-33.872
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	77.782	57.024
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-190.575	-122.230
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	80.684	74.174
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.207	-23.163
3.06.01	Corrente	20.940	-26.165
3.06.02	Diferido	-46.147	3.002
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	55.477	51.011
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	55.477	51.011
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	55.408	50.795
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	69	216
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,122	3,876
3.99.01	Lucro Básico por Ação	1,061	1,938
3.99.01.01	ON	0,5304	0,9691
3.99.01.02	PN	0,5304	0,9691
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	1,061	1,938
3.99.02.01	ON	0,5304	0,9691
3.99.02.02	PN	0,5304	0,9691

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	55.477	51.011
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.368	-263
4.02.01	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.231	-287
4.02.02	Efeito Fiscal	-863	24
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	57.845	50.748
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	57.776	50.532
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	69	216

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-152.276	-460.103
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	194.789	170.110
6.01.01.01	Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	0	-74
6.01.01.02	Constituição de provisão para riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	29.350	32.953
6.01.01.03	Perdas Líquidas com Ativos Financeiros	112.623	63.235
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	52.850	66.796
6.01.01.05	Perdas Líquidas com Outros Ativos	0	9.167
6.01.01.06	Resultado Líquido na Alienação de Outros Ativos	-34	-1.967
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-402.542	-681.224
6.01.02.01	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	-853.854	-586.056
6.01.02.02	Ativos Fiscais Correntes	-68.935	2.462
6.01.02.03	Ativos não Correntes Mantidos para Venda	258	10.441
6.01.02.04	Ativos Fiscais Diferidos	44.987	-895
6.01.02.05	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-30.639	-1.958
6.01.02.06	Outros Ativos	17.866	-84.273
6.01.02.07	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	539.608	-77.344
6.01.02.08	Passivos Fiscais Correntes	13.334	16.536
6.01.02.09	Provisões	9.410	17.047
6.01.02.10	Passivos Fiscais Diferidos	2.333	-4.172
6.01.02.11	Outros Passivos	-68.037	41.235
6.01.02.12	Impostos Pagos	-8.873	-14.247
6.01.03	Outros	55.477	51.011
6.01.03.01	Lucro Líquido do Período	55.477	51.011
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	275.801	27.637
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-1.507	-53.389
6.02.02	Aquisição de Ativo Tangível	-1.089	-14.663
6.02.03	Aquisição de Ativo Intangível	-6.263	-5.508
6.02.04	Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	282.786	98.957
6.02.05	Alienação de Ativo Tangível	1.874	2.240
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.737	-40.977
6.03.01	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.857	2.400
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-29.363	-43.075
6.03.03	Ações em Tesouraria Vendidas	1.569	0
6.03.04	Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	200	-302
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	74
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	115.788	-473.369
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.212.577	1.905.048
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.328.365	1.431.679

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	597.540	43.375	472.468	43.435	11.000	1.167.818	47.419	1.215.237
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	597.540	43.375	472.468	43.435	11.000	1.167.818	47.419	1.215.237
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.569	0	0	1.569	0	1.569
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	1.569	0	0	1.569	0	1.569
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.408	2.368	57.776	69	57.845
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.408	0	55.408	69	55.477
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.368	2.368	0	2.368
5.05.02.06	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.231	3.231	0	3.231
5.05.02.07	Efeito Fiscal	0	0	0	0	-863	-863	0	-863
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2	0	2	200	202
5.06.04	Outros	0	0	0	2	0	2	200	202
5.07	Saldos Finais	597.540	43.375	474.037	98.845	13.368	1.227.165	47.688	1.274.853

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	492.708	43.375	463.107	29.333	-11.339	1.017.184	46.280	1.063.464
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	492.708	43.375	463.107	29.333	-11.339	1.017.184	46.280	1.063.464
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.795	-263	50.532	216	50.748
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.795	0	50.795	216	51.011
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-263	-263	0	-263
5.05.02.06	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-287	-287	0	-287
5.05.02.07	Efeito Fiscal	0	0	0	0	24	24	0	24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-302	-302
5.06.04	Outros	0	0	0	0	0	0	-302	-302
5.07	Saldos Finais	492.708	43.375	463.107	80.128	-11.602	1.067.716	46.194	1.113.910

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	676.250	492.149
7.01.01	Intermediação Financeira	813.759	558.849
7.01.02	Prestação de Serviços	98.618	79.982
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-112.623	-63.235
7.01.04	Outras	-123.504	-83.447
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-250.163	-96.904
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-137.558	-109.794
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-12.230	-12.473
7.03.02	Serviços de Terceiros	-61.804	-46.016
7.03.04	Outros	-63.524	-51.305
7.03.04.01	Comunicações	-2.752	-3.695
7.03.04.02	Processamentos de Dados	-25.895	-19.905
7.03.04.03	Propaganda, Publicidade e Publicações	-10.572	-4.780
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-1.203	-730
7.03.04.05	Despesas de Transporte	-8.181	-7.558
7.03.04.06	Outros	-14.921	-14.637
7.04	Valor Adicionado Bruto	288.529	285.451
7.05	Retenções	-52.850	-66.796
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-52.850	-66.796
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	235.679	218.655
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	235.679	218.655
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	235.679	218.655
7.09.01	Pessoal	98.555	94.553
7.09.01.01	Remuneração Direta	73.585	69.462
7.09.01.02	Benefícios	19.724	19.626
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.246	5.465
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	81.647	73.091
7.09.02.01	Federais	76.072	68.564
7.09.02.02	Estaduais	7	10
7.09.02.03	Municipais	5.568	4.517
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	55.477	51.011
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	55.408	50.795
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	69	216



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. RELATÓRIO ITR – MARÇO/2022

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

No cenário global, indicadores recentes das economias americana, chinesa e da área do euro sugerem continuidade do ciclo de recuperação da economia mundial. Contudo, a inflação elevada e conflitos geopolíticos têm agravado a conjuntura de incertezas.

No Brasil, o fraco desempenho da economia nos primeiros meses do ano reforça as expectativas iniciais de importante desaquecimento da atividade econômica em 2022. Os persistentes gargalos na cadeia de suprimentos, a inflação e taxa de juros Selic elevadas, além de conflitos geopolíticos com desdobramentos ainda incertos sobre a economia mundial, têm fomentado um quadro de incertezas.

Nesse contexto, a queda de 5,8% da produção industrial e a retração de 0,6% no desempenho do comércio varejistas ampliado, no acumulado do ano até fevereiro (últimos dados de mercado), ante igual período do ano anterior, denotam cenário de desaquecimento em curso nesses importantes setores da economia nacional. Contudo, a melhora no quadro da pandemia tem favorecido o avanço das atividades presenciais e o desempenho do setor de serviços, que apresentou expansão de 8,4% no bimestre, frente a igual período do ano anterior.

Vale destacar que o comércio exterior continuou com forte desempenho no trimestre e tem favorecido significativamente a atividade econômica. As exportações atingiram US\$ 71,7 bilhões (aumento de 26,8%), e as importações US\$ 60,4 bilhões (aumento de 25,0%). O superávit foi de US\$ 11,3 bilhões, crescimento de 37,6% sobre o primeiro trimestre de 2021. Esse favorável desempenho reflete, sobretudo, o aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional.

A inflação tem permanecido em alta, mesmo diante da política monetária restritiva. No mês de março, a elevação dos preços medida pelo IPCA alcançou 1,62%, perfazendo 3,2% no trimestre. Nesse contexto, a taxa de juros Selic tem sido elevada gradativamente e posicionou-se em 11,75% em março, com expectativas de continuidade desse ciclo de alta.

No Sistema Financeiro Nacional, levantamentos setoriais até fevereiro indicam manutenção do ciclo de expansão na concessão de crédito no primeiro trimestre de 2022. No acumulado do ano até fevereiro, a expansão foi de 0,8% e de 16,6% nos últimos doze meses encerrados em fevereiro de 2022. As provisões para risco de crédito em fevereiro posicionaram em 5,8% (últimos dados de mercado), mesmo patamar desde setembro de 2021.



CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

- Contexto Corporativo e Mercadológico

O Mercantil do Brasil é um banco de médio porte, com a tradição e experiência de quase oitenta anos de mercado, que vem agregando aos bons resultados alcançados importante evolução tecnológica. Dispõe de 294 pontos de atendimento com relacionamento humanizado, simples, próximo e que encanta o cliente.

O MB tem como foco geográfico a região Sudeste do País e opera com preponderância em operações de crédito e demais serviços bancários voltados para o segmento de pessoas físicas, com especialização no crescente público de faixa etária madura, a chamada população 50+. Insere-se nesse contexto os beneficiários do INSS, público que se tornou prioritário para a Instituição e que está hoje no núcleo central da sua estratégia de crescimento.

O sucesso empresarial alcançado tem suas bases em planejamento estratégico calcado em desenvolvimento sustentável e inovação, aliado a trabalho firme e determinado para alcançar novos patamares no seu campo de atuação mercadológica. Nesse sentido, o MB já se posicionou em 2021 entre os cinco maiores pagadores de benefícios INSS e, adicionalmente, busca ser um ecossistema que entrega valor real ao cliente e ser reconhecido com um banco tecnológico e com cultura de inovação. E os desafios não param.

De fato, após conquistar e comemorar destacados resultados em 2021, dentre eles o crescimento de 38,4% da carteira de crédito, e atingir a expressiva marca de 4,3 milhões de clientes, lucro líquido recorde e implantar desafiadora readequação da estrutura organizacional, com ênfase em posicionamento mercadológico de alta performance, o Mercantil do Brasil tem como meta manter o crescimento de ativos e a geração de resultados de forma sustentável, além de buscar avançar no campo da evolução tecnológica para ser cada vez mais um banco digital. Nesse contexto, a Instituição busca agregar ao seu crescimento estrutural adequada prospecção de *funding*.

Nessa jornada, dentro de seu propósito de crescer a carteira de clientes com qualidade e na obtenção de *funding* pulverizado, o Banco vem atuando ativamente para ultrapassar suas fronteiras de atuação através de lojas físicas e penetrar cada vez mais na prospecção de novos clientes através dos meios digitais.

Para atingir seus objetivos estratégicos, o Banco tem realizado importantes investimentos em tecnologia e mantém bem treinado o quadro de Colaboradores. Utiliza avançadas ferramentas para fomentar e controlar a implementação anual de projetos inovadores por toda sua equipe, em um ambiente organizacional favorável à destacada capacidade de inovação e de adaptação ao cenário vigente em cada momento, com foco no cliente, ética sempre e em primeiro lugar.



No primeiro trimestre, mesmo em conjuntura desafiadora, o Mercantil do Brasil manteve a obtenção de importantes resultados, mediante crescimento vigoroso em vários campos de sua atuação mercadológica. Obteve expansão de 9,0% da carteira de crédito, crescimento de aproximadamente 700 mil novos clientes, atingindo a expressiva marca de aproximadamente 5,0 milhões de clientes; expressivo crescimento de 23,2% na receita de prestação de serviços, especialmente na colocação de seguros (24,1%) e destacada ampliação da oferta de serviços. Tudo isso de forma sustentável, com o cliente no centro da estratégia e atendimento de excelência.

>> Premiações

No 1º Trimestre de 2022, com evento realizado no dia Nacional do Ouvidor, o Mercantil do Brasil recebeu Menção Honrosa no Prêmio Ouvidorias pela ABRAREC (Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente). Para a premiação, que reconhece o trabalho e contribuição das Ouvidorias no país, o MB apresentou os desafios e resultados no monitoramento e atendimento as demandas recebidas na plataforma Consumidor.GOV no período da pandemia pelo Coronavírus.

Já no Prêmio Atendimento também organizado pela ABRAREC, na categoria desjudicialização, o MB levou o troféu prata. Com um relato de atendimento da Ouvidoria, reforçou seu compromisso em ouvir e solucionar problemas apresentados por seus clientes e usuários, de maneira simples e ágil, bem como cumprir com seu papel na sociedade reduzindo processos judiciais.

Adicionalmente, ratificando seus esforços em se posicionar como melhor ecossistema para beneficiários do INSS e pessoas com mais de 50 anos, o MB permanece configurando o patamar de Excelência nos resultados das Pesquisas NPS (*Net Promoter Score*). A pesquisa, é aplicada de forma recorrente e corresponde a métrica internacional que visa mensurar o grau de lealdade dos consumidores com a marca.

Inovação Digital e Canais de Atendimento

O MB tem realizado relevantes investimentos em inovações tecnológicas para diversificação dos canais de atendimento e, sobretudo, com o propósito de conquistar novas fronteiras para prospecção e realização de negócios, compreendendo contratação de operações de crédito e captações.

Nesse contexto, o MB vem avançando na utilização de estratégias de *marketing digital* direcionadas à prospecção de clientes e incorporar novos canais para a prospecção e realização de negócios.

- **Capital Humano**

No trimestre, foram registradas 46.441 participações em treinamentos, sendo 46.371 participações pela Academia Mercantil e 70 participações nos

Comenté



treinamentos presenciais/online internos e externos, totalizando 19.665,25 horas de treinamento, com a participação média da ordem de 5,44 horas de treinamento por funcionário.

O “Programa *Onboarding* Gerentes Beneficiários INSS” destinou-se aos funcionários recém-promovidos para essa posição de liderança. O Programa tem o objetivo de apoiar e orientar os novos gerentes sobre as ferramentas e processos de gestão de pessoas do Mercantil do Brasil.

O Programa “Formação 5.0”, com foco nos escriturários de agência, tem como objetivo treinar e desenvolver os conhecimentos sobre os produtos e processos do MB e, também, o aperfeiçoamento do atendimento ao cliente.

Foi dado início ao Ciclo de Desenvolvimento de 2022, com as etapas de *feedback*, contratação de metas e plano de desenvolvimento individual (PDI). O PDI é uma importante ferramenta para alinhar as ações de desenvolvimento da organização aos objetivos estratégicos, ofertando as capacitações adequadas em consonância com o *feedback* e metas de desempenho acordadas entre gestor e colaborador.

Quanto à pandemia do coronavírus, o Mercantil do Brasil continua com todos os cuidados com seus colaboradores. Houve continuidade do trabalho no sistema híbrido, presencial e *home office*, mantendo-se o distanciamento social. Adicionalmente, o MB vem apoiando seus colaboradores com fornecimento de itens de proteção individual e orientações para o trabalho presencial e com publicações de boletins destinados a todos os colaboradores sobre cuidados com a saúde e riscos cibernéticos.

- **Limites Operacionais**

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 13,96%, perante mínimo requerido de 10,0%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 19.

- **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro**

Em sintonia com os dispositivos legais vigentes, o Mercantil do Brasil coopera com os órgãos reguladores para a prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem assim para a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos previstos nas Leis nº 9.613/1998 e 13.260/2016.

Neste contexto, possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo, destinados à prevenção e combate a referidos ilícitos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.978/2020. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

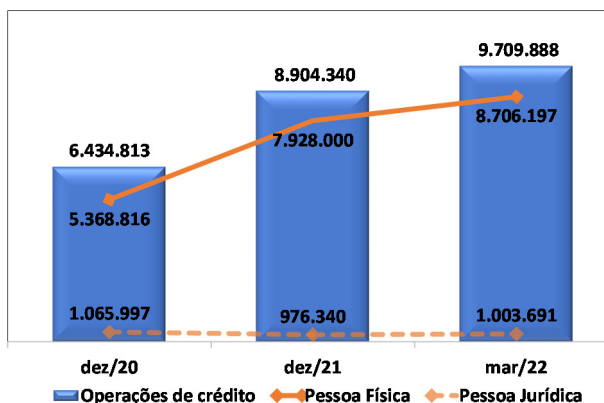
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

>> Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultado – Consolidados

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 13,0 bilhões, crescimento de 5,0% no trimestre. Os ativos circulantes atingiram R\$ 5,7 bilhões, crescimento de 3,0% em relação a dezembro de 2021. Os passivos de curto prazo somaram R\$ 4,6 bilhões.

As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários alcançaram o montante de R\$ 1,7 bilhão. Os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento somam R\$ 1,7 milhão, para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001.

As operações de crédito alcançaram R\$ 9,7 bilhões, apresentando relevante crescimento de 9,0% comparativamente a dezembro de 2021; e de 41,6% nos últimos doze meses, apesar do cenário adverso no período. Em consonância com as diretrizes estratégicas, observa-se nítida concentração de crescimento no segmento de pessoas físicas, com expansão de R\$ 778,0 milhões no trimestre, resultando em elevação de 9,8%. Nos últimos doze meses a expansão é de 48,9% nesse segmento. As operações classificadas nas faixas de menor risco de crédito, de “AA” até “C”, representam 92,0% do total da carteira de crédito, mesmo patamar de dezembro de 2021. A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 5,4% (5,3% em dezembro de 2021). Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 07.



Captação de Recursos

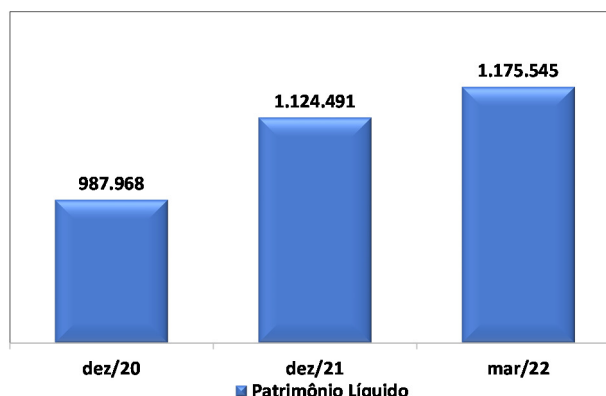
Os recursos existentes foram captados no mercado interno, perfazendo o montante de R\$ 10,7 bilhões, com crescimento de 5,7% no primeiro trimestre de 2022. Os depósitos a prazo perfazem R\$ 8,6 bilhões, crescimento de 4,0% no trimestre.

As captações através de Letras Financeiras posicionaram-se em R\$ 489,2 milhões. Desse total, R\$ 460,8 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo “Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital” de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 205,3 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 46,4 milhões são instrumentos de dívida perpétua, elegíveis a capital complementar (Nível I).



- **Patrimônio Líquido e Resultado**

O Patrimônio Líquido do MB Múltiplo alcançou crescimento de 4,5% no trimestre.



As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 826,2 milhões (crescimento de 43,0%). As Receitas de Operações de Crédito e Operações de Venda ou Transferência de Ativos financeiros (cessão de crédito) alcançaram expansão de 40,2% sobre igual período de 2021.

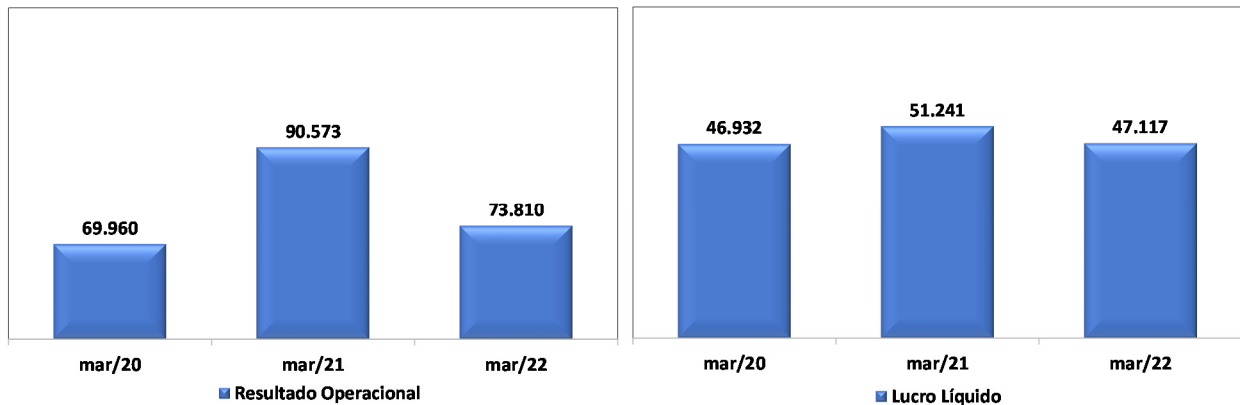
O Resultado Bruto da Intermediação Financeira, deduzidas as Despesas com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, posicionou-se em R\$ 499,0 milhões, evolução de 4,3%.

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 98,6 milhões (R\$ 80,0 milhões em março de 2021), crescimento de 23,2%.

As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 118,1 milhões (R\$ 120,3 milhões em março de 2021), queda de 1,8% nos períodos sob comparação. Os dois itens de maior relevância, proventos de funcionários e encargos sociais, somaram R\$ 77,7 milhões, crescimento de 5,5%, diante da inflação de 11,30% nos últimos doze meses e inferior ao índice de reajuste da categoria, denotando o efetivo ganho de produtividade obtido no período.

As Despesas Administrativas somaram R\$ 222,3 milhões (R\$ 192,3 milhões em março de 2021), evolução nominal de 15,6%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 23.3.

O Resultado Operacional alcançou R\$ 73,8 milhões. O Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 47,1 milhões, 4,1% sobre o Patrimônio Líquido médio de R\$ 1.150.018 milhões, equivalente a 17,4% de retorno médio anualizado, não obstante a relevante atipicidade do período.



PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco, em cumprimento a determinações da Resolução CMN 4.818/2020, está divulgando as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao trimestre findo em 31/03/2022, comparativas a 31/12/2021. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 26.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, abril de 2022.

Administração



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO IFRS - ITR / MARÇO/2022

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

No cenário global, indicadores recentes das economias americana, chinesa e da área do euro sugerem continuidade do ciclo de recuperação da economia mundial. Contudo, a inflação elevada e conflitos geopolíticos têm agravado a conjuntura de incertezas.

No Brasil, o fraco desempenho da economia nos primeiros meses do ano reforça as expectativas iniciais de importante desaquecimento da atividade econômica em 2022. Os persistentes gargalos na cadeia de suprimentos, a inflação e taxa de juros Selic elevadas, além de conflitos geopolíticos com desdobramentos ainda incertos sobre a economia mundial, têm fomentado um quadro de incertezas.

Nesse contexto, a queda de 5,8% da produção industrial e a retração de 0,6% no desempenho do comércio varejistas ampliado, no acumulado do ano até fevereiro (últimos dados de mercado), ante igual período do ano anterior, denotam cenário de desaquecimento em curso nesses importantes setores da economia nacional. Contudo, a melhora no quadro da pandemia tem favorecido o avanço das atividades presenciais e o desempenho do setor de serviços, que apresentou expansão de 8,4% no bimestre, frente a igual período do ano anterior.

Vale destacar que o comércio exterior continuou com forte desempenho no trimestre e tem favorecido significativamente a atividade econômica. As exportações atingiram US\$ 71,7 bilhões (aumento de 26,8%), e as importações US\$ 60,4 bilhões (aumento de 25,0%). O superávit foi de US\$ 11,3 bilhões, crescimento de 37,6% sobre o primeiro trimestre de 2021. Esse favorável desempenho reflete, sobretudo, o aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional.

A inflação tem permanecido em alta, mesmo diante da política monetária restritiva. No mês de março, a elevação dos preços medida pelo IPCA alcançou 1,62%, perfazendo 3,2% no trimestre. Nesse contexto, a taxa de juros Selic tem sido elevada gradativamente e posicionou-se em 11,75% em março, com expectativas de continuidade desse ciclo de alta.

No Sistema Financeiro Nacional, levantamentos setoriais até fevereiro indicam manutenção do ciclo de expansão na concessão de crédito no primeiro trimestre de 2022. No acumulado do ano até fevereiro, a expansão foi de 0,8% e de 16,6% nos últimos doze meses encerrados em fevereiro de 2022. As provisões para risco de crédito em fevereiro posicionaram em 5,8% (últimos dados de mercado), mesmo patamar desde setembro de 2021.



CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

- Contexto Corporativo e Mercadológico

O Mercantil do Brasil é um banco de médio porte, com a tradição e experiência de quase oitenta anos de mercado, que vem agregando aos bons resultados alcançados importante evolução tecnológica. Dispõe de 294 pontos de atendimento com relacionamento humanizado, simples, próximo e que encanta o cliente.

O MB tem como foco geográfico a região Sudeste do País e opera com preponderância em operações de crédito e demais serviços bancários voltados para o segmento de pessoas físicas, com especialização no crescente público de faixa etária madura, a chamada população 50+. Insere-se nesse contexto os beneficiários do INSS, público que se tornou prioritário para a Instituição e que está hoje no núcleo central da sua estratégia de crescimento.

O sucesso empresarial alcançado tem suas bases em planejamento estratégico calcado em desenvolvimento sustentável e inovação, aliado a trabalho firme e determinado para alcançar novos patamares no seu campo de atuação mercadológica. Nesse sentido, o MB já se posicionou em 2021 entre os cinco maiores pagadores de benefícios INSS e, adicionalmente, busca ser um ecossistema que entrega valor real ao cliente e ser reconhecido com um banco tecnológico e com cultura de inovação. E os desafios não param.

De fato, após conquistar e comemorar destacados resultados em 2021, dentre eles o crescimento de 38,4% da carteira de crédito, e atingir a expressiva marca de 4,3 milhões de clientes, lucro líquido recorde e implantar desafiadora readequação da estrutura organizacional, com ênfase em posicionamento mercadológico de alta performance, o Mercantil do Brasil tem como meta manter o crescimento de ativos e a geração de resultados de forma sustentável, além de buscar avançar no campo da evolução tecnológica para ser cada vez mais um banco digital. Nesse contexto, a Instituição busca agregar ao seu crescimento estrutural adequada prospecção de *funding*.

Nessa jornada, dentro de seu propósito de crescer a carteira de clientes com qualidade e na obtenção de *funding* pulverizado, o Banco vem atuando ativamente para ultrapassar suas fronteiras de atuação através de lojas físicas e penetrar cada vez mais na prospecção de novos clientes através dos meios digitais.

Para atingir seus objetivos estratégicos, o Banco tem realizado importantes investimentos em tecnologia e mantém bem treinado o quadro de Colaboradores. Utiliza avançadas ferramentas para fomentar e controlar a implementação anual de projetos inovadores por toda sua equipe, em um ambiente organizacional favorável à destacada capacidade de inovação e de adaptação ao cenário vigente em cada momento, com foco no cliente, ética sempre e em primeiro lugar.



No primeiro trimestre, mesmo em conjuntura desafiadora, o Mercantil do Brasil manteve a obtenção de importantes resultados, mediante crescimento vigoroso em vários campos de sua atuação mercadológica. Obteve expansão de 9,0% da carteira de crédito, crescimento de aproximadamente 700 mil novos clientes, atingindo a expressiva marca de aproximadamente 5,0 milhões de clientes; expressivo crescimento de 23,2% na receita de prestação de serviços, especialmente na colocação de seguros (24,1%) e destacada ampliação da oferta de serviços. Tudo isso de forma sustentável, com o cliente no centro da estratégia e atendimento de excelência.

>> Premiações

No 1º Trimestre de 2022, com evento realizado no dia Nacional do Ouvidor, o Mercantil do Brasil recebeu Menção Honrosa no Prêmio Ouvidorias pela ABRAREC (Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente). Para a premiação, que reconhece o trabalho e contribuição das Ouvidorias no país, o MB apresentou os desafios e resultados no monitoramento e atendimento as demandas recebidas na plataforma Consumidor.GOV no período da pandemia pelo Coronavírus.

Já no Prêmio Atendimento também organizado pela ABRAREC, na categoria desjudicialização, o MB levou o troféu prata. Com um relato de atendimento da Ouvidoria, reforçou seu compromisso em ouvir e solucionar problemas apresentados por seus clientes e usuários, de maneira simples e ágil, bem como cumprir com seu papel na sociedade reduzindo processos judiciais.

Adicionalmente, ratificando seus esforços em se posicionar como melhor ecossistema para beneficiários do INSS e pessoas com mais de 50 anos, o MB permanece configurando o patamar de Excelência nos resultados das Pesquisas NPS (*Net Promoter Score*). A pesquisa, é aplicada de forma recorrente e corresponde a métrica internacional que visa mensurar o grau de lealdade dos consumidores com a marca.

Inovação Digital e Canais de Atendimento

O MB tem realizado relevantes investimentos em inovações tecnológicas para diversificação dos canais de atendimento e, sobretudo, com o propósito de conquistar novas fronteiras para prospecção e realização de negócios, compreendendo contratação de operações de crédito e captações.

Nesse contexto, o MB vem avançando na utilização de estratégias de *marketing digital* direcionadas à prospecção de clientes e incorporar novos canais para a prospecção e realização de negócios.

- **Capital Humano**

No trimestre, foram registradas 46.441 participações em treinamentos, sendo 46.371 participações pela Academia Mercantil e 70 participações nos

Comenté



treinamentos presenciais/online internos e externos, totalizando 19.665,25 horas de treinamento, com a participação média da ordem de 5,44 horas de treinamento por funcionário.

O “Programa *Onboarding* Gerentes Beneficiários INSS” destinou-se aos funcionários recém-promovidos para essa posição de liderança. O Programa tem o objetivo de apoiar e orientar os novos gerentes sobre as ferramentas e processos de gestão de pessoas do Mercantil do Brasil.

O Programa “Formação 5.0”, com foco nos escriturários de agência, tem como objetivo treinar e desenvolver os conhecimentos sobre os produtos e processos do MB e, também, o aperfeiçoamento do atendimento ao cliente.

Foi dado início ao Ciclo de Desenvolvimento de 2022, com as etapas de *feedback*, contratação de metas e plano de desenvolvimento individual (PDI). O PDI é uma importante ferramenta para alinhar as ações de desenvolvimento da organização aos objetivos estratégicos, ofertando as capacitações adequadas em consonância com o *feedback* e metas de desempenho acordadas entre gestor e colaborador.

Quanto à pandemia do coronavírus, o Mercantil do Brasil continua com todos os cuidados com seus colaboradores. Houve continuidade do trabalho no sistema híbrido, presencial e *home office*, mantendo-se o distanciamento social. Adicionalmente, o MB vem apoiando seus colaboradores com fornecimento de itens de proteção individual e orientações para o trabalho presencial e com publicações de boletins destinados a todos os colaboradores sobre cuidados com a saúde e riscos cibernéticos.

- **Limites Operacionais**

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 13,96%, perante mínimo requerido de 10,0%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 23.

- **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro**

Em sintonia com os dispositivos legais vigentes, o Mercantil do Brasil coopera com os órgãos reguladores para a prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem assim para a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos previstos nas Leis nº 9.613/1998 e 13.260/2016.

Neste contexto, possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo, destinados à prevenção e combate a referidos ilícitos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.978/2020. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

- Informações Patrimoniais e Resultados

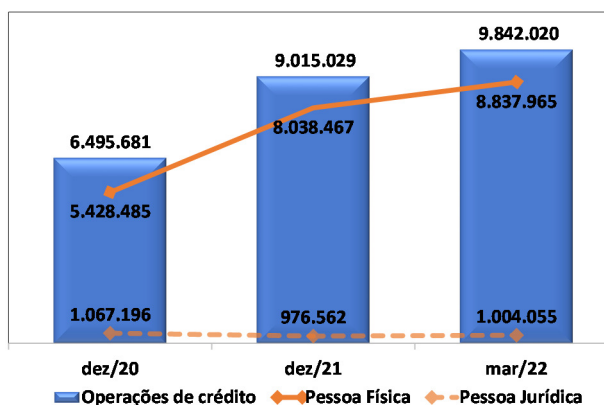
>> Ativos

O Ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 13,6 bilhões (R\$ 13,0 bilhões em dezembro de 2021). Os ativos de maior relevância estão representados por Disponibilidades (R\$ 721,3 milhões), Ativos Financeiros (R\$ 11,1 bilhões), Ativos Fiscais Correntes e Diferidos (R\$ 734,4 milhões), Ativos Tangíveis (R\$ 572,3 milhões), Ativos Intangíveis (R\$ 81,3 milhões), Ativos Não Correntes Mantidos para Venda (R\$ 32,1 milhões), dentre outros.

O Caixa e Equivalentes de Caixa somam R\$ 1,3 bilhão (9,6% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por Disponibilidades de R\$ 721,3 milhões e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no montante de R\$ 607,1 milhões.

Os Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes somam R\$ 918,0 milhões, líquidos de provisão para perdas esperadas (R\$ 9,1 milhões), e são compostos, basicamente, por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (R\$ 681,3 milhões), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R\$ 110,3 milhões), Cotas de Fundo Imobiliário (R\$ 36,5 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R\$ 29,9 milhões), dentre outros.

As operações de crédito alcançaram R\$ 9,8 bilhões, apresentando relevante crescimento de 9,5% no trimestre, apesar do cenário adverso no período. Em consonância com as diretrizes estratégicas, observa-se nítida concentração de crescimento no segmento de pessoas físicas, com expansão de R\$ 799,5 milhões no trimestre, equivalente a crescimento de 9,9%. A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 5,7%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 11.



>> Passivos

Captação de Recursos

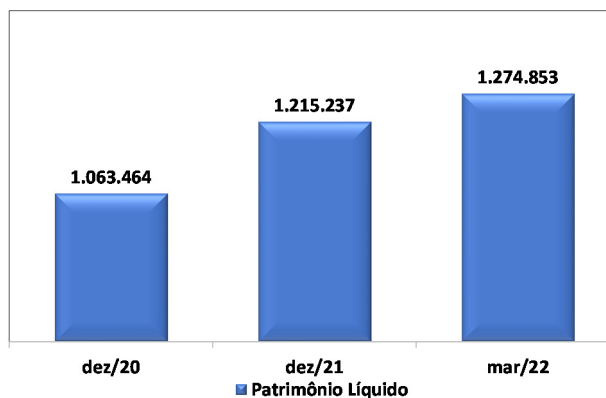
Os Passivos Financeiros são registrados ao custo amortizado e estão representados por captações no mercado interno no montante de R\$ 10,8 bilhões, dos quais R\$ 8,6 bilhões são provenientes de depósitos a prazo. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 18.



As captações através de Letras Financeiras alcançaram R\$ 489,2 milhões. Desse total, R\$ 460,8 milhões são Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 205,3 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 46,4 milhões são instrumentos de dívida perpétua, elegíveis a capital complementar (Nível I), utilizados como Capital Complementar.

>> Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 1,3 bilhão. O Patrimônio de Referência em BRGAAP alcançou R\$ 1,2 bilhão.



>> Resultados

As Receitas de Juros posicionaram-se em R\$ 813,8 milhões, crescimento de 45,6%. Estão representadas, notadamente, por Rendas de Operações de Crédito (R\$ 714,4 milhões), Resultado de Títulos e Valores Mobiliários (R\$ 45,9 milhões), Rendas de Operações de Venda ou Transferência de Operações de Crédito (R\$ 29,3 milhões), dentre outras.

As Despesas de Juros somaram R\$ 250,2 milhões e estão compostas, principalmente por Despesas com Operações de Captação no Mercado R\$ 206,8 milhões, Despesas de Comissão de Originação de Crédito R\$ 23,4 milhões, Despesa com Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros R\$ 13,3 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas nº 26.

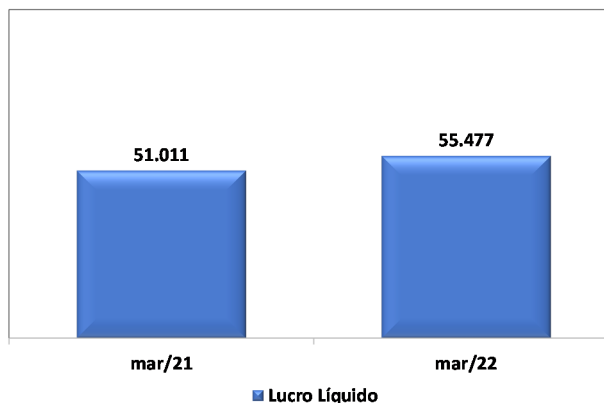
O agrupamento de Outras Receitas/(Despesas) Operacionais perfaz despesas líquidas de R\$ 370,3 milhões, ante R\$ 324,5 milhões de igual período de 2021. As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 127,1 milhões (R\$ 128,8 milhões no exercício anterior) e as Despesas Administrativas são de R\$ 229,0 milhões (R\$ 210,5 milhões em março de 2021).

Nas Provisões, merece destaque a Provisão para Perdas Esperadas - Impairment dos ativos financeiros - com Empréstimos e Financiamentos a Clientes, registrada na rubrica Perdas com Ativos Financeiros no montante de R\$ 112,6 milhões (R\$ 63,2 milhões em março de 2021).

Comenté **MERCANTIL DO BRASIL**

>> Lucro Líquido

O Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 55,5 milhões, crescimento de 8,7% em relação ao ano anterior.



PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco, em cumprimento a determinações da Resolução CMN 4.818/2020, está divulgando as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao trimestre findo em 31/03/2022, comparativas a 31/12/2021.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, maio de 2022.

Administração

Notas Explicativas

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS**

**Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis
Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas
a Funcionar pelo Banco Central do Brasil**

31 de março de 2022



**MERCANTIL
DO BRASIL**

Notas Explicativas

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em R\$ mil

ATIVO	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		1º Trimestre	Exercício	1º Trimestre	Exercício			1º Trimestre	Exercício	1º Trimestre	Exercício
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		5.581.151	5.419.363	5.738.382	5.569.301	PASSIVO CIRCULANTE		4.579.444	4.499.438	4.596.589	4.499.007
DISPONIBILIDADES		721.292	984.730	721.294	984.733	DEPOSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.954.293	3.895.963	3.946.794	3.873.006
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.676.736	4.143.147	4.823.966	4.303.943	Depósitos 15.1	3.541.900	3.486.224	3.549.914	3.466.984	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez 4		770.261	415.881	727.569	379.128	Depósitos à Vista.....	499.588	484.431	497.008	480.750	
Títulos e Valores Mobiliários 5.1		73.334	348.539	138.385	410.386	Depósitos de Poupança.....	218.273	226.084	218.273	226.084	
Carteira Própria.....		66.546	334.074	128.376	390.913	Depósitos Interfinanceiros.....	97.655	146.978	97.655	136.522	
Vinculados à Prestação de Garantias.....		6.788	14.465	10.009	19.473	Depósitos a Prazo.....	2.726.384	2.628.731	2.734.086	2.620.452	
Relações Interfinanceiras.....		82.795	109.429	82.795	109.429	Outros Depósitos.....	-	-	2.892	3.176	
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		13.864	19	13.864	19	Captações no Mercado Aberto 4	107.218	131.958	70.202	106.216	
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central 6		68.931	109.410	68.931	109.410	Carteira de Terceiros.....	107.218	131.958	70.020	106.216	
Relações Interdependências.....		516	894	516	894	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos 15.2	69.343	70.004	91.028	92.029	
Transferências Internas de Recursos.....		516	894	516	894	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	69.343	70.004	91.028	92.029	
Operações de Crédito 7.1		3.605.628	3.160.880	3.730.662	3.296.714	Relações Interfinanceiras.....	98.761	124.225	98.761	124.225	
Setor Privado.....		3.656.133	3.260.770	3.784.121	3.399.796	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....	75.841	65.027	75.841	65.027	
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão 7.4		118.499	55.928	118.499	55.928	Obrigações Vinculadas.....	-	30.180	-	30.180	
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) 7.2		(169.004)	(155.818)	(171.958)	(159.010)	Correspondentes.....	22.920	29.018	22.920	29.018	
Outros Créditos.....		144.202	107.524	144.039	107.392	Relações Interdependências.....	2.553	15.670	2.553	15.670	
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos 7.1		-	24.151	-	24.151	Recursos em Trânsito de Terceiros.....	2.553	15.670	2.553	15.670	
Devedores por Compras de Valores e Bens 7.1		7.499	8.473	7.499	8.473	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas 7.2	2.247	2.778	2.247	2.778	
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamentos 7.1		116.024	123.621	115.861	123.489	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão 7.4	120.840	56.620	120.840	56.620	
Títulos e Créditos a Receber - Com Característica de Crédito 7.1		118.370	-	118.370	-	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital 15.3	11.431	8.484	11.431	8.484	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) 7.2		(97.691)	(48.721)	(97.691)	(48.721)	PASSIVOS FISCAIS	36.132	37.274	43.051	46.178	
OUTROS ATIVOS		183.123	291.486	193.122	280.625	Passivos Fiscais Correntes.....	30.265	33.430	37.184	42.334	
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda 10.6		35.988	37.506	35.988	37.506	Passivos Fiscais Diferidos.....	5.867	3.844	5.867	3.844	
Outros Valores e Bens.....		61.077	65.649	61.079	65.651	OUTROS PASSIVOS	589.019	566.201	606.744	579.823	
(Provisão para Desvalorizações).....		(25.089)	(28.143)	(25.091)	(28.145)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados 17.1	26.657	9.064	27.004	9.091	
Despesas Antecipadas 10.7		29.100	24.372	30.958	26.297	Obrigações por Compra de Câmbio.....	-	55.752	-	55.752	
Outros Créditos.....		118.035	229.608	126.176	216.822	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) 7.1	-	(55.583)	-	(55.583)	
Câmbio Comprado a Liquidar.....		-	96.505	-	96.505	Sociais e Estatutárias 17.2	13.061	44.342	15.710	49.438	
Rendas a Receber 10.4		1.087	22.285	1.346	3.064	Negociação e Intermediação de Valores.....	2.843	736	3.358	1.025	
Negociação e Intermediação de Valores.....		115	2.866	717	3.391	Obrigações por Convênios Oficiais 17.3	198.960	191.242	198.960	191.242	
Impostos a Compensar 10.2		38.065	35.223	41.787	38.753	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos.....	8.950	8.962	9.050	9.073	
Pagamentos a Ressarcir 10.3		41	38	41	38	Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	71.554	70.535	76.856	75.841	
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito 10.3		9.777	10.464	12.371	13.042	Cretores Diversos - País 17.4	266.164	239.805	275.044	242.642	
Adiantamentos e Antecipações Salariais.....		1.156	1.065	1.195	1.123	Outros.....	830	1.346	762	1.302	
Devedores Diversos 10.5		45.647	44.808	46.074	45.234						
Outros.....		22.147	16.354	23.645	16.672						
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) 7.2		-	-	(1.000)	(1.000)						

Notas Explicativas

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em R\$ mil

A T I V O	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado		PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		1º Trimestre	Exercício	1º Trimestre	Exercício			1º Trimestre	Exercício	1º Trimestre	Exercício
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
ATIVO NAO CIRCULANTE.....		7.483.755	7.036.015	7.302.660	6.854.064	PASSIVO NAO CIRCULANTE.....		7.309.917	6.831.449	7.221.704	6.752.890
INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		5.839.424	5.460.367	6.134.986	5.738.743	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		6.964.399	6.488.232	6.825.901	6.360.611
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	142.595	118.984	40.979	30.750	Depósitos	15.1	6.116.175	5.891.651	5.977.677	5.764.030
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	615.576	599.287	781.342	756.995	Depósitos Interfinanceiros.....		101.567	98.526	90.826	98.526
Carteira Própria.....		512.610	392.600	673.363	545.427	Depósitos a Prazo.....		6.014.608	5.793.125	5.886.851	5.665.504
Vinculados ao Banco Central.....		-	30.242	-	30.242	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.2	25.076	-	25.076	-
Vinculados à Prestação de Garantias.....		102.966	176.445	107.979	181.326	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		25.076	-	25.076	-
Operações de Crédito	7.1	5.062.700	4.733.944	5.294.162	4.942.846	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	7.4	373.810	169.782	373.810	169.782
Setor Privado.....		4.950.704	4.800.963	5.188.143	5.016.057	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	15.3	449.338	426.799	449.338	426.799
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	7.4	341.173	160.283	341.173	160.283						
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7.2	(229.127)	(227.302)	(235.154)	(233.494)	PROVISÕES.....		246.719	238.249	289.749	280.339
Outros Créditos.....		18.503	8.152	18.503	8.152	Provisão para Outros Passivos	16.a	246.719	238.249	289.749	280.339
Devedores por Compras de Valores e Bens	7.1	41.051	41.159	41.051	41.159						
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7.2	(22.548)	(33.007)	(22.548)	(33.007)	PASSIVOS FISCAIS		-	-	4.806	3.633
TRIBUTOS DIFERIDOS.....		549.532	592.996	570.649	612.765	Passivos Fiscais Diferidos.....		-	-	4.806	3.633
Créditos Tributários	9	549.532	592.996	570.649	612.765	OUTROS PASSIVOS.....		98.799	104.968	101.248	108.307
OUTROS ATIVOS.....		288.467	185.368	350.135	246.375	Provisão para Pagamentos a Efetuar.....		98.799	104.968	101.248	108.307
Despesas Antecipadas	10.7	21.232	20.246	22.500	21.820	PATRIMONIO LIQUIDO	18	1.175.545	1.124.491	1.222.749	1.171.468
Outros Créditos.....		267.235	165.122	327.635	224.555	Capital Social	18.1	597.540	597.540	597.540	597.540
Devedores por Depósitos em Garantia	10.1	137.913	136.385	174.939	172.900	Reservas de Capital	18.2	43.375	43.375	43.375	43.375
Impostos a Compensar	10.2	93.329	33.541	106.185	45.989	Reservas de Reavaliação		106	108	106	108
Pagamentos a Ressarcir		531	531	1.567	1.559	Reservas de Lucros	18.2	478.011	478.082	478.011	478.082
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito	10.3	40.836	40.810	51.624	51.558	Reserva Legal.....		87.688	87.688	87.688	87.688
Outros.....		3.020	3.020	3.020	3.020	Reservas Estatutárias.....		390.323	390.394	390.323	390.394
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7.2	(8.394)	(49.165)	(9.700)	(50.471)	Para Pagamento de Dividendos.....		34.627	34.627	34.627	34.627
INVESTIMENTOS.....		583.036	564.407	3.372	2.689	Para Aumento de Capital.....		355.696	355.767	355.696	355.767
Participações em Controladas - No País	11	627.136	609.190	-	-	Outros Resultados Abrangentes.....		13.368	11.000	13.368	11.000
Outros Investimentos.....		3.934	3.251	4.821	4.094	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....		13.368	11.000	13.368	11.000
(Provisões para Perdas).....		(48.034)	(48.034)	(1.449)	(1.405)	Lucros Acumulados.....		47.119	-	47.119	-
PRÓPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	12	-	-	8.816	8.881	(Ações em Tesouraria).....	18.1	(3.974)	(5.614)	(3.974)	(5.614)
Imóveis para Renda.....		-	-	9.547	9.547	Participação dos Não Controladores.....		-	-	47.204	46.977
(Depreciação Acumulada).....		-	-	(731)	(666)	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		13.064.906	12.455.378	13.041.042	12.423.365
IMOBILIZADO	13	142.038	151.157	153.444	162.891						
Imóveis de Uso.....		18.261	18.261	18.309	18.309						
Outras Imobilizações de Uso.....		328.920	329.616	341.987	342.772						
(Depreciação Acumulada).....		(205.143)	(196.720)	(206.852)	(198.190)						
INTANGÍVEL	14	81.258	81.720	81.258	81.720						
Ativos Intangíveis.....		202.392	196.129	202.392	196.129						
(Amortização Acumulada).....		(121.134)	(114.409)	(121.134)	(114.409)						
TOTAL DO ATIVO.....		13.064.906	12.455.378	13.041.042	12.423.365						

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas Explicativas

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o 1º Trimestre de 2022 e de 2021

Em R\$ mil

	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		1º Trimestre		1º Trimestre	
		2022	2021	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		809.447	564.076	826.196	577.886
Operações de Crédito	22.1	713.758	478.381	728.867	490.461
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		44.227	10.198	45.867	11.928
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.2.2	24.068	12.703	24.068	12.703
Resultado de Operações de Câmbio.....		(3.511)	11.886	(3.511)	11.886
Resultado das Aplicações Compulsórias.....		1.597	530	1.597	530
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	7.4	29.308	50.378	29.308	50.378
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(223.829)	(42.052)	(220.349)	(41.563)
Operações de Captação no Mercado	22.2	(210.271)	(41.883)	(206.777)	(41.358)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.....		(244)	(44)	(244)	(44)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	7.4	(13.314)	(125)	(13.328)	(161)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		585.618	522.024	605.847	536.323
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	7.2	(104.107)	(54.083)	(106.821)	(57.795)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		481.511	467.941	499.026	478.528
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS.....		(417.344)	(381.981)	(425.216)	(387.955)
Receitas de Prestação de Serviços	23.1	67.597	57.096	98.618	79.982
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas.....		16.736	10.477	47.756	33.347
Rendas de Tarifas Bancárias.....		50.861	46.619	50.862	46.635
Resultado de Participações em Controladas	11.a	16.711	15.216	-	-
Equivalência Patrimonial.....		16.711	15.216	-	-
Despesas de Pessoal	23.2	(109.736)	(113.838)	(118.110)	(120.294)
Outras Despesas Administrativas	23.3	(215.305)	(188.432)	(222.297)	(192.282)
Despesas Tributárias	23.4	(33.708)	(31.547)	(38.580)	(33.872)
Outras Receitas Operacionais	23.5	39.930	5.772	40.777	7.199
Outras Despesas Operacionais	23.6	(182.833)	(126.248)	(185.624)	(128.688)
RESULTADO OPERACIONAL.....		64.167	85.960	73.810	90.573
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	24	780	(7.046)	780	(7.040)
Receitas.....		1.085	2.237	1.129	2.261
Despesas.....		(305)	(9.283)	(349)	(9.301)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES...		64.947	78.914	74.590	83.533
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25	(9.881)	(20.104)	(18.431)	(23.540)
Provisão para Imposto de Renda.....		24.207	(9.053)	16.968	(11.499)
Provisão para Contribuição Social.....		15.212	(7.153)	12.423	(8.137)
Ativo Fiscal Diferido	9.b	(49.300)	(3.898)	(47.822)	(3.904)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....		(7.949)	(7.569)	(9.016)	(8.556)
Administradores.....		(881)	(874)	(1.718)	(1.689)
Empregados.....		(7.068)	(6.695)	(7.298)	(6.867)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	(26)	(196)
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE.....		47.117	51.241	47.117	51.241
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)					
Ações ordinárias.....		0,4510	0,9776		
Ações preferenciais.....		0,4510	0,9776		
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)					
Ações ordinárias.....		29.386	31.848		
Ações preferenciais.....		17.731	19.393		
Número de Ações em Circulação - básico e diluído					
Ações ordinárias.....		65.155.744	32.577.872		
Ações preferenciais.....		39.314.236	19.837.918		

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas Explicativas**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Para o 1º Trimestre de 2022 e de 2021

Em R\$ Mil

	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2022	2021	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE.....	47.117	51.241	47.117	51.241
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	2.368	(263)	2.368	(263)
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO.....	2.368	(263)	2.368	(263)
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios.....	1.917	(53)	1.917	(53)
Títulos Disponíveis para Venda - De Controladas (MEP).....	1.314	(234)	1.314	(234)
Efeito Fiscal.....	(863)	24	(863)	24
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO TRIMESTRE.....	49.485	50.978	49.485	50.978
Lucro Atribuível ao Controlador.....	49.485	50.978	49.459	50.782
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores.....	-	-	26	196

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas Explicativas

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Para o 1º Trimestre de 2022 e de 2021

Em R\$ mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	(-) AÇÕES EM TESOURARIA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	REAVALIAÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS						
SALDOS EM 01/01/2022	492.708	104.832	43.375	108	87.688	390.394	11.000	-	(5.614)	1.124.491	46.977	1.171.468
Aumento de Capital - RCA 09/12/2021	104.832	(104.832)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria Vendidas.....	-	-	-	-	-	(71)	-	-	1.640	1.569	-	1.569
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	2.368	-	-	2.368	-	2.368
Realização de Reserva	-	-	-	(2)	-	-	-	2	-	-	-	-
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	-	-	-	-	47.117	-	47.117	26	47.143
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201	201
SALDOS EM 31/03/2022	597.540	-	43.375	106	87.688	390.323	13.368	47.119	(3.974)	1.175.545	47.204	1.222.749
MUTAÇÕES DO TRIMESTRE	104.832	(104.832)	-	(2)	-	(71)	2.368	47.119	1.640	51.054	227	51.281
SALDOS EM 01/01/2021	492.708	-	43.375	117	78.463	384.644	(11.339)	-	-	987.968	45.939	1.033.907
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	(263)	-	-	(263)	-	(263)
Realização de Reserva	-	-	-	(2)	-	-	-	2	-	-	-	-
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	-	-	-	-	51.241	-	51.241	196	51.437
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(303)	(303)
SALDOS EM 31/03/2021	492.708	-	43.375	115	78.463	384.644	(11.602)	51.243	-	1.038.946	45.832	1.084.778
MUTAÇÕES DO TRIMESTRE	-	-	-	(2)	-	-	(263)	51.243	-	50.978	(107)	50.871

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas Explicativas

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Método Indireto

Para o 1º Trimestre de 2022 e de 2021

Em R\$ mil

	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	64.947	78.914	74.590	83.533
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	100.863	92.136	122.371	112.829
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	(74)	-	(74)
Despesas com Provisão Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	27.355	31.540	29.350	32.953
Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas.....	(531)	53	(531)	53
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	104.107	54.083	106.821	57.795
Provisão / (Reversão) para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos.....	(19)	9.167	(19)	9.167
Depreciações e Amortizações.....	16.823	15.123	17.276	15.350
Atualizações Monetárias Ativas.....	(30.238)	(835)	(30.629)	(906)
Resultado de Participações em Controladas.....	(16.711)	(15.216)	-	-
(Ganho) na Alienação de Bens e Investimentos.....	(2)	(1.705)	(2)	(1.705)
Perda de Capital em Controlada.....	79	-	79	-
Resultado de Participação dos Não Controladores.....	-	-	26	196
Lucro Líquido Ajustado.....	165.810	171.050	196.961	196.362
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(4.604)	(1.641)	20.557	(23.125)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(21.309)	(4.857)	(31.137)	(1.862)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....	1.170	(4.466)	1.170	(4.466)
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....	(12.739)	(12.343)	(12.739)	(12.343)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....	(877.661)	(497.368)	(892.085)	(505.930)
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....	(38.878)	(73.166)	(40.031)	(69.068)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....	(4.455)	2.938	(4.081)	2.858
Aumento (Redução) em Depósitos.....	280.200	(81.138)	296.577	(101.142)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	(24.740)	1.559	(36.196)	23.043
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	24.415	(5.164)	24.075	(3.513)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	338.150	47.591	335.854	38.905
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações.....	(174.641)	(457.005)	(141.075)	(460.281)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(2.587)	(11.360)	(8.873)	(14.247)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais.....	(177.228)	(468.365)	(149.948)	(474.528)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda.....	282.786	98.957	282.786	98.957
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	280	16.681	280	16.681
Alienação de Imobilizado de Uso.....	19	9	19	109
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda.....	(1.507)	(53.389)	(1.507)	(53.389)
Integralização de Capital em Controlada.....	-	(4.250)	-	-
Aquisição de Investimentos.....	(683)	(152)	(683)	(427)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(1.000)	(8.920)	(1.059)	(14.663)
Aplicações no Intangível.....	(6.263)	(5.508)	(6.263)	(5.508)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	20.188	11.979	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento.....	293.820	55.407	273.573	41.760
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	19.857	2.400	19.857	2.400
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(28.070)	(41.401)	(29.263)	(43.075)
Ações em Tesouraria Vendidas.....	1.569	-	1.569	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento.....	(6.644)	(39.001)	(7.837)	(40.675)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	109.948	(451.959)	115.788	(473.443)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Trimestre.....	1.186.832	1.831.679	1.212.577	1.905.048
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	74	-	74
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Trimestre.....	1.296.780	1.379.794	1.328.365	1.431.679
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	109.948	(451.959)	115.788	(473.443)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas Explicativas

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para o 1º Trimestre de 2022 e de 2021

Em R\$ mil

	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2022	2021	2022	2021
1 - RECEITAS.....	620.181	421.007	663.215	453.303
Intermediação Financeira.....	809.447	564.076	826.196	577.886
Prestação de Serviços.....	67.597	57.096	98.618	79.982
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(104.107)	(54.083)	(106.821)	(57.795)
Outras	(152.756)	(146.082)	(154.778)	(146.770)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(223.829)	(42.052)	(220.349)	(41.563)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(175.483)	(153.241)	(181.244)	(156.379)
Materiais, Energia e Outros	(11.775)	(12.170)	(12.230)	(12.473)
Serviços de Terceiros	(103.501)	(92.432)	(106.002)	(92.700)
Outros	(60.207)	(48.639)	(63.012)	(51.206)
Comunicações	(2.685)	(3.649)	(2.752)	(3.695)
Processamento de Dados	(24.974)	(19.324)	(25.895)	(19.905)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(9.640)	(3.723)	(10.572)	(4.780)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.263)	(812)	(1.203)	(730)
Transportes	(8.166)	(7.507)	(8.180)	(7.558)
Outros	(13.479)	(13.624)	(14.410)	(14.538)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	220.869	225.714	261.622	255.361
5 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(16.823)	(15.123)	(17.276)	(15.350)
Depreciações e Amortizações	(16.823)	(15.123)	(17.276)	(15.350)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5) ...	204.046	210.591	244.346	240.011
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	16.711	15.216	-	-
Resultado de Participações em Controladas	16.711	15.216	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	220.757	225.807	244.346	240.011
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	220.757	225.807	244.346	240.011
Pessoal	90.751	88.111	98.555	94.553
Remuneração Direta	66.623	63.714	73.585	69.462
Benefícios	19.030	19.132	19.724	19.626
F.G.T.S	5.098	5.265	5.246	5.465
Impostos, Taxas e Contribuições	59.890	66.387	74.871	73.468
Federais	55.290	62.598	69.296	68.941
Estaduais	4	7	7	10
Municipais	4.596	3.782	5.568	4.517
Remuneração de Capitais de Terceiros	22.999	20.068	23.777	20.553
Aluguéis	22.999	20.068	23.777	20.553
Remuneração de Capitais Próprios	47.117	51.241	47.143	51.437
Lucros Retidos do Trimestre.....	47.117	51.241	47.117	51.241
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	26	196

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 35 agências e 259 Postos de Atendimento, e um quadro de 2.920 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento. A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**2.1. Apresentação das informações trimestrais**

As informações contábeis contidas nas informações trimestrais findas em 31 de março de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das informações trimestrais em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

O Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21 de manter a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), até o exercício de 2024, adicionalmente às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme o disposto na Resolução nº 4.818/20.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As informações trimestrais foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 11/05/2022.

2.2. Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas findas em 31 de março de 2022 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos acionistas minoritários. As informações trimestrais consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, (MB Consolidado), relacionadas abaixo:

Controladas diretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Mar / 2022	Dez / 2021
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	91,53	91,53
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada e correspondente bancário	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ⁽¹⁾	Serviços de Tecnologia da Informação	98,17	98,17
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Marketplace e Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,95	85,95
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00

⁽¹⁾ Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil do Brasil Financeira S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos (Vide nota nº 11.).

Controladas indiretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Mar / 2022	Dez / 2021
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora de créditos financeiros	100,00	100,00
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	Corretagem de seguros	85,57	85,57
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	Negócios imobiliários	100,00	100,00

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- I. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- II. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- III. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira “*pro rata temporis*” (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.748/19, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 8.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

c) Conversão de moeda estrangeira**• Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas Controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de março de 2022, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 4,7378 (Em 31 de dezembro de 2021: US\$ 1,00 = R\$ 5,5805).

d) Impostos e Contribuições**• Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

• Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. Com a edição da referida norma, a alíquota da contribuição social foi majorada em 5%, passando para 25% no período de Julho a dezembro de 2021, para o setor bancário.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

e) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os Ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

f) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

g) Propriedades para investimento

As Propriedades para investimento referem-se a Terrenos e Empreendimentos constituídos pelo Banco e Controladas e estão registradas pelo custo de aquisição e sendo depreciadas pelo prazo da vida útil dos imóveis com base na vida útil do ativo em conformidade com o que trata a Resolução CMN nº 4.967/21.

h) Imobilizado

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

i) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

k) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- I. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- II. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- III. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- IV. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

m) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 18.3.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

n) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.706/18 da seguinte forma:

- I. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.
- II. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

o) Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

p) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Disponibilidades	721.292	984.730	721.294	984.733
Aplicações interfinanceiras de liquidez	575.488	202.102	607.071	227.844
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	492.782	196.046	529.980	221.788
Aplicações em depósitos interfinanceiros	82.706	6.056	77.091	6.056
Total	1.296.780	1.186.832	1.328.365	1.212.577

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Aplicações no mercado aberto	600.000	328.004	600.000	328.004
Posição bancada	492.782	196.046	529.980	221.788
Letras Financeiras do Tesouro	132.217	145.753	145.731	156.707
Letras do Tesouro Nacional	320.569	50.293	344.253	65.081
Notas do Tesouro Nacional	39.996	-	39.996	-
Posição financiada	107.218	131.958	70.020	106.216
Letras Financeiras do Tesouro	67.787	54.252	54.274	43.298
Letras do Tesouro Nacional	39.431	77.706	15.746	62.918
Aplicações em depósitos interfinanceiros	312.856	206.861	168.548	81.874
Total	912.856	534.865	768.548	409.878
Circulante	770.261	415.881	727.569	379.128
Não circulante	142.595	118.984	40.979	30.750

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “captação no mercado aberto”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**5.1. Títulos e valores mobiliários****MB – Múltiplo**

Descrição	Mar / 2022		Dez / 2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos / Vencimentos				
Títulos Disponíveis para Venda	679.850	688.910	940.679	947.826
Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP	225	9.449	225	9.259
Indeterminado	225	9.449	225	9.259
Letras Financeiras do Tesouro	678.152	677.988	939.035	937.148
De 31 a 60 dias	-	-	277.031	277.017
De 91 a 180 dias	73.180	73.195	-	-
De 181 dias a 1 ano	-	-	71.437	71.438
De 2 a 3 anos	358.828	358.707	350.314	349.531
De 3 a 4 anos	114.941	114.590	-	-
De 4 a 5 anos	131.203	131.496	185.047	183.710
De 5 a 10 anos	-	-	55.206	55.452
Debêntures	1.473	1.473	1.419	1.419
De 61 a 90 dias	-	-	84	84
De 91 a 180 dias	139	139	-	-
De 181 dias a 1 ano	-	-	-	-
De 2 a 3 anos	1.334	1.334	1.335	1.335
Total Geral	679.850	688.910	940.679	947.826
Total Contábil	-	688.910	-	947.826
Circulante	-	73.334	-	348.539
Não circulante	-	615.576	-	599.287

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

MB – Consolidado

Descrição	Mar / 2022		Dez / 2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos / Vencimentos				
Títulos Disponíveis para Venda	898.330	918.046	1.150.264	1.165.455
Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP	225	9.449	225	9.259
Indeterminado	225	9.449	225	9.259
Cotas de Fundos de Investimento	17.472	17.472	16.984	16.984
Indeterminado	17.472	17.472	16.984	16.984
Cotas de Fundos em Participações	5.494	5.495	5.456	5.456
Indeterminado	5.494	5.495	5.456	5.456
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	5.012	5.012	4.882	4.882
De 5 a 10 anos	5.012	5.012	4.882	4.882
Cotas de Fundo Imobiliário	25.925	36.482	27.555	35.602
De 5 a 10 anos	25.925	36.482	27.555	35.602
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	11.876	11.876	15.878	15.878
De 61 a 90 dias	-	-	4.030	4.030
De 181 dias a 1 ano	5.972	5.972	2.982	2.982
De 1 a 2 anos	5.904	5.904	-	-
De 2 a 3 anos	-	-	8.866	8.866
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	110.197	110.297	90.706	90.706
De 61 a 90 dias	-	-	1.882	1.882
De 91 a 180 dias	3.864	3.864	-	-
De 181 dias a 1 ano	18.147	18.147	15.216	15.216
De 2 a 3 anos	53.566	53.566	44.832	44.832
De 3 a 4 anos	4.664	4.664	5.100	5.100
De 4 a 5 anos	29.956	30.056	23.676	23.676
Certificado de Recebíveis Imobiliários	29.915	29.913	30.302	30.301
De 61 a 90 dias	-	-	299	299
De 91 a 180 dias	324	324	-	-
De 181 dias a 1 ano	4.145	4.145	1.668	1.668
De 2 a 3 anos	6.702	6.699	9.352	9.351
De 4 a 5 anos	3.176	3.176	2.980	2.980
De 5 a 10 anos	1.488	1.488	1.628	1.628
Acima de 10 anos	14.080	14.081	14.375	14.375
Letras Financeiras do Tesouro	681.488	681.324	946.067	944.178
De 31 a 60 dias	-	-	280.806	280.791
De 91 a 180 dias	76.516	76.531	-	-
De 181 dias a 1 ano	-	-	74.694	74.694
De 2 a 3 anos	358.828	358.707	350.314	349.531
De 3 a 4 anos	114.941	114.590	-	-
De 4 a 5 anos	131.203	131.496	185.047	183.710
De 5 a 10 anos	-	-	55.206	55.452
Debêntures	10.726	10.726	12.209	12.209
De 61 a 90 dias	-	-	1.734	1.734
De 91 a 180 dias	1.786	1.786	-	-
De 181 dias a 1 ano	4.650	4.650	4.650	4.650
De 1 a 2 anos	2.956	2.956	4.491	4.491
De 2 a 3 anos	1.334	1.334	1.334	1.334
Títulos Mantidos até o Vencimento	1.681	1.681	1.926	1.926
Fundo de investimentos em direitos creditórios	1.681	1.681	1.926	1.926
De 2 a 3 anos	1.681	1.681	1.926	1.926
Total Geral	900.011	919.727	1.152.190	1.167.381
Total Contábil	-	919.727	-	1.167.381
Circulante	-	138.385	-	410.386
Não circulante	-	781.342	-	756.995

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP foram registradas de acordo o valor atual do patrimônio social da CIP conforme informado pela *Clearing* na data de fechamento.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 31 de março de 2022, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 8.346 (R\$ 8.346 em dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 8.907 (R\$ 8.510 em dezembro de 2021).

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 109.755 (R\$ 190.910 em dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 117.989 (R\$ 200.799 em dezembro de 2021), representados por Letras Financeiras do Tesouro.

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, se houver, são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Descrição	Conta de Compensação			
	Valor de Referência		Valor Justo	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Contrato de Futuro – Dólar ^(I) Posição passiva - Moeda estrangeira	95	121.326	97	123.834
Contrato de Futuro – DI ^(II) Posição passiva Taxa de Juros	849.920	540.453	847.517	540.147
Contrato de Futuro – Mini Índice ^(III) Posição ativa – Ibovespa	1.035	466	1.032	468
Contrato de Futuro – DAP ^(IV) Posição passiva – Taxa de Juros	183.441	9.198	183.117	9.213

^(I) A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado, diariamente, e ajustadas na B3.

^(II) A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

^(III) A operação com Contrato Futuro de Mini Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

^(IV) A operação com Futuro de cupom de IPCA (DAP) tem a finalidade de proteger as exposições do Banco relativamente às operações indexadas ao IPCA.

Instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento

Descrição	Mercado de Registro	Faixa de Vencimento		Valor Referencial
		De 01 a 90 dias	Acima de 360 dias	
Contrato de Futuro – Dólar	B3	95	-	95
Contrato de Futuro – DI		-	849.920	849.920
Contrato de Futuro – Mini Índice		1.035	-	1.035
Contrato de Futuro – DAP		-	183.441	183.441
Total em 31/03/2022		1.130	1.033.361	1.034.491
Total em 31/12/2021		121.792	549.651	671.443

5.2.2. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Mar / 2022			Mar / 2021		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro – Dólar	12.759	(7.791)	4.968	29.781	(39.081)	(9.300)
Contrato de Futuro – DI	100.386	(81.669)	18.717	49.299	(27.296)	22.003
Contrato de Futuro – Mini Índice	250	(164)	86	-	-	-
Contrato de Futuro – DAP	1.795	(1.498)	297	-	-	-
Total	115.190	(91.122)	24.068	79.080	(66.377)	12.703

5.2.3. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A efetividade das operações de *Hedge Accounting*, conforme Circular Bacen nº 3.082/02, são verificadas através da projeção tanto do ativo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *Hedge Accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação das taxas de juros nas operações de *Hedge Accounting* é efetiva em relação as variações das taxas de juros sobre as operações objeto de *hedge*.

<i>Hedge Accounting</i>	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	843.755	559.048	848.584	539.627
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	(848.574)	(539.621)	(848.574)	(539.621)

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

5.3. Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias Disponível para Venda e Negociação bem como, os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Mercantil do Brasil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 12,86 % a.a..
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de **25%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi de 15,90% a.a..
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de **50%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 19,00% a.a..

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do Valor Justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	1.972	47.433	90.426
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(2.050)	(48.291)	(91.144)
		Efeito Líquido	(78)	(858)	(718)
TVM	Renda Fixa	Debêntures	(285)	(2.682)	(5.363)
		CDCA	(119)	(2.969)	(5.938)
		CRI	(202)	(7.478)	(14.956)
		CRA	(865)	(27.574)	(55.149)
Total com correlação			(1.549)	(41.561)	(82.124)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(852)	(22.859)	(45.168)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de hedge são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que, o hedge accounting garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota explicativa 27), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS

Os créditos vinculados, no individual e consolidado, são como segue:

Recolhimentos compulsórios	Mar / 2022	Dez / 2021
Sobre depósitos à vista	30.360	69.536
Sobre depósitos de poupança	38.571	39.874
Total – Circulante	68.931	109.410

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**7.1. Composição das operações de crédito e outros créditos:**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Operações de crédito	9.061.680	8.297.365	9.427.107	8.651.485
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	-	24.151	-	24.151
Devedores por compra de valores e bens	48.550	49.632	48.550	49.632
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	116.024	123.621	115.861	123.489
Títulos e créditos a receber	118.370	-	118.370	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	55.583	-	55.583
Subtotal	9.344.624	8.550.352	9.709.888	8.904.340
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de Hedge	4.829	(19.421)	4.829	(19.421)
Total	9.349.453	8.530.931	9.714.717	8.884.919
Circulante	4.016.525	3.528.526	4.144.350	3.667.420
Não circulante	5.332.928	5.002.405	5.570.367	5.217.499

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2. Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Com característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos exercícios	464.848	455.253	474.232	463.853
Constituição de provisão	224.737	576.129	228.772	590.207
Reversão de provisão	(120.630)	(241.369)	(121.951)	(246.510)
Efeito no resultado	104.107	334.760	106.821	343.697
Baixa	(91.356)	(325.165)	(94.473)	(333.318)
Entrada por transferência	40.771	-	40.771	-
Saldos no final dos exercícios	518.370	464.848	527.351	474.232
Sem característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos exercícios	49.165	8.394	51.471	10.394
Constituição de provisão	-	40.771	-	41.771
Efeito no resultado	-	40.771	-	41.771
Saída por transferência	(40.771)	-	(40.771)	(694)
Saldos no final dos exercícios	8.394	49.165	10.700	51.471
Total	526.764	514.013	538.051	525.703
Circulante	266.695	204.539	270.649	208.731
Não circulante	260.069	309.474	267.402	316.972

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, no individual e consolidado, é como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	233	236
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	48	48
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	938	1.457
Outras fianças bancárias	1.028	1.037
Total - Circulante	2.247	2.778

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Operações de crédito e de outros créditos:

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

MB – Múltiplo

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Mar / 2022	Dez / 2021
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.472.017	29.289	31.232	26.492	24.972	22.430	17.853	112.225	1.736.510	1.583.125
Crédito Consignado INSS	137	4.627.661	20.864	18.904	12.230	8.502	5.774	5.335	50.810	4.750.217	4.805.355
Empréstimo FGTS	-	872.149	45	6	-	-	-	-	175	872.375	219.412
Capital de Giro	144.604	223.972	32.719	24.597	43.140	6.722	33.118	6.811	255	515.938	500.539
Crédito Rural	18.195	4.141	297	-	48.709	-	-	39	928	72.309	71.394
Renegociação	-	-	-	-	44.691	22.747	21.741	14.148	34.196	137.523	148.249
Cartão de Crédito Consignado	-	254.225	610	629	386	396	374	654	5.512	262.786	263.357
Crédito Consignado Público	-	348.360	11.247	5.248	11.820	1.909	3.377	1.971	4.799	388.731	391.320
Cheque Empresa	200	3.308	9.857	1.321	1.674	20	1.223	27	321	17.951	12.430
Cheque Especial	39	62.424	2.818	1.907	1.458	1.227	1.606	878	7.281	79.638	69.329
Conta Garantida	441	7.685	4.156	2.521	2.743	803	-	-	-	18.349	19.379
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.734
Crédito Imobiliário	1.423	249	44.282	836	-	26	-	-	-	46.816	47.033
Cartão de Crédito	1.031	72.372	7.099	3.180	1.833	1.078	942	719	3.450	91.704	90.592
Crédito Pessoal	90.393	34.396	29.860	778	185	240	130	117	502	156.601	168.630
Outros	104	45.797	3.695	8.198	6	7	21	19.975	119.373	197.176	80.474
Total geral	256.567	8.028.756	196.838	99.357	195.367	68.649	90.736	68.527	339.827	9.344.624	8.550.352
PCLD	-	40.128	1.968	2.981	19.536	20.594	45.368	47.968	339.827	518.370	464.848

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

MB – Consolidado

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Mar / 2022	Dez / 2021
Credito Pessoal INSS Débito em Conta	-	1.472.017	29.289	31.232	26.492	24.972	22.430	17.853	112.225	1.736.510	1.583.125
Crédito Consignado INSS	137	4.672.591	26.917	19.290	12.400	8.594	5.949	5.467	51.840	4.803.185	4.845.430
Empréstimo FGTS	-	872.149	45	6	-	-	-	-	175	872.375	219.412
Capital de Giro	219.664	245.006	32.719	24.597	43.140	6.722	33.118	6.811	255	612.032	625.077
Crédito Consignado Público	-	523.441	25.174	12.570	16.181	4.326	4.856	2.676	7.275	596.499	573.474
Renegociação	-	-	-	-	44.748	22.753	21.777	14.168	34.232	137.678	148.431
Crédito Rural	18.195	4.141	297	-	48.709	-	-	39	928	72.309	71.394
Cartão de Crédito Consignado	-	254.225	610	629	386	396	374	654	5.512	262.786	263.357
Cheque Empresa	200	3.308	9.857	1.321	1.674	20	1.223	27	321	17.951	12.430
Cheque Especial	39	62.424	2.818	1.907	1.458	1.227	1.606	878	7.281	79.638	69.329
Conta Garantida	441	7.685	4.156	2.521	2.743	803	-	-	-	18.349	19.379
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.734
Crédito Imobiliário	1.423	249	44.282	836	-	26	-	-	-	46.816	47.033
Cartão de Crédito	1.031	72.372	7.099	3.180	1.833	1.078	942	719	3.450	91.704	90.592
Crédito Pessoal	90.393	34.396	29.860	778	185	240	130	117	502	156.601	168.630
Financiamento Veículos - CDC	1.650	705	3.495	70	-	-	2.205	-	-	8.125	7.172
Outros	(63)	46.116	3.697	8.200	5	7	21	19.972	119.375	197.330	80.341
Total geral	333.110	8.270.825	220.315	107.137	199.954	71.164	94.631	69.381	343.371	9.709.888	8.904.340
PCLD	-	41.338	2.203	3.214	19.995	21.349	47.316	48.565	343.371	527.351	474.232

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

	MB – Múltiplo	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	256.559	8.025.838	134.213	39.793	127.517	29.349	37.243	12.704	33.648	8.696.864	93,07
	01 a 30 dias	4.133	517.326	14.432	4.694	3.710	1.320	471	364	2.330	548.780	5,87
	31 a 60 dias	2.894	336.784	3.062	1.265	4.793	2.148	276	351	1.444	353.017	3,78
	61 a 90 dias	28.122	312.477	4.395	1.288	1.726	908	314	389	1.387	351.006	3,76
	91 a 180 dias	11.525	880.558	6.202	3.756	17.838	3.678	32.611	1.150	6.314	963.632	10,31
	181 a 360 dias	34.337	1.259.121	9.048	3.945	15.262	5.173	1.617	1.342	5.726	1.335.571	14,29
	Acima de 360 dias	175.548	4.719.572	97.074	24.845	84.188	16.122	1.954	9.108	16.447	5.144.858	55,06
	Vencidas até 14 dias	8	2.918	161	179	189	12	8	29	271	3.775	0,04
	Total em 31/03/2022	256.567	8.028.756	134.374	39.972	127.706	29.361	37.251	12.733	33.919	8.700.639	93,11
	%	2,75	85,92	1,44	0,43	1,37	0,31	0,40	0,14	0,35	93,11	-
	Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	135.870	16.626	129.176	30.749	49.590	13.097	87.845	8.026.740	93,88
%	2,96	85,50	1,59	0,19	1,51	0,36	0,58	0,15	1,04	93,88	-	
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	53.045	47.671	54.353	27.346	38.102	42.766	97.969	361.252	3,86
	01 a 30 dias	-	-	3.617	2.806	2.813	1.652	1.820	1.555	5.535	19.798	0,21
	31 a 60 dias	-	-	3.122	2.506	2.626	1.499	1.680	1.423	5.097	17.953	0,19
	61 a 90 dias	-	-	2.800	2.263	2.462	1.366	1.550	1.267	4.661	16.369	0,18
	91 a 180 dias	-	-	7.036	5.701	5.733	3.465	4.011	3.597	12.120	41.663	0,45
	181 a 360 dias	-	-	9.817	7.912	8.957	4.819	6.357	5.900	18.325	62.087	0,66
	Acima de 360 dias	-	-	26.653	26.483	31.762	14.545	22.684	29.024	52.231	203.382	2,17
	Parcelas vincendas	-	-	9.419	11.714	13.308	11.942	15.383	13.028	207.939	282.733	3,03
	01 a 14 dias	-	-	1	7	609	31	349	299	177	1.473	0,02
	15 a 30 dias	-	-	8.859	3.408	2.657	1.989	1.781	1.354	6.583	26.631	0,28
	31 a 60 dias	-	-	559	7.202	3.609	2.347	2.538	1.610	7.524	25.389	0,27
	61 a 90 dias	-	-	-	776	4.843	2.667	3.874	1.815	91.602	105.577	1,13
	91 a 180 dias	-	-	-	321	1.590	4.477	6.026	6.596	70.533	89.543	0,96
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	431	815	1.354	30.886	33.486	0,36
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	634	634	0,01
	Total em 31/03/2022	-	-	62.464	59.385	67.661	39.288	53.485	55.794	305.908	643.985	6,89
	%	-	-	0,67	0,64	0,72	0,42	0,57	0,60	3,27	6,89	-
	Total em 31/12/2021	-	-	66.136	72.121	46.230	36.773	47.145	49.190	206.017	523.612	6,12
	%	-	-	0,77	0,84	0,54	0,43	0,55	0,58	2,41	6,12	-
Total	Total em 31/03/2022	256.567	8.028.756	196.838	99.357	195.367	68.649	90.736	68.527	339.827	9.344.624	100,00
	%	2,75	85,92	2,11	1,07	2,09	0,73	0,97	0,74	3,62	100,00	-
	Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	202.006	88.747	175.406	67.522	96.735	62.287	293.862	8.550.352	100,00
	%	2,96	85,50	2,36	1,03	2,05	0,79	1,13	0,73	3,45	100,00	-

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	MB – Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vencidas	333.102	8.267.865	137.825	39.793	127.573	29.354	37.262	12.744	33.658	9.019.176	92,88
	01 a 30 dias	5.236	524.821	14.523	4.694	3.714	1.320	473	364	2.330	557.475	5,74
	31 a 60 dias	4.844	344.901	3.152	1.265	4.797	2.149	277	352	1.445	363.182	3,74
	61 a 90 dias	29.412	320.809	4.484	1.288	1.729	908	316	390	1.388	360.724	3,72
	91 a 180 dias	18.498	902.506	6.462	3.756	17.844	3.679	32.616	1.153	6.315	992.829	10,22
	181 a 360 dias	49.342	1.295.607	9.537	3.945	15.273	5.174	1.624	1.348	5.727	1.387.577	14,29
	Acima de 360 dias	225.770	4.879.221	99.667	24.845	84.216	16.124	1.956	9.137	16.453	5.357.389	55,17
	Vencidas até 14 dias	8	2.960	161	179	189	12	8	29	271	3.817	0,04
	Total em 31/03/2022	333.110	8.270.825	137.986	39.972	127.762	29.366	37.270	12.773	33.929	9.022.993	92,92
	%	3,43	85,18	1,42	0,41	1,32	0,30	0,38	0,13	0,35	92,92	-
Total em 31/12/2021	329.877	7.548.725	139.914	16.682	129.239	30.749	50.694	13.137	87.875	8.346.892	93,75	
%	3,70	84,78	1,57	0,19	1,45	0,35	0,57	0,15	0,99	93,75	-	
Curso Anormal	Parcelas vencidas	-	-	72.092	54.912	58.389	29.533	41.421	43.369	100.436	400.152	4,12
	01 a 30 dias	-	-	4.377	2.984	2.922	1.701	1.923	1.574	5.643	21.124	0,22
	31 a 60 dias	-	-	3.873	2.701	2.743	1.555	1.785	1.443	5.206	19.306	0,20
	61 a 90 dias	-	-	3.529	2.455	2.575	1.421	1.653	1.287	4.768	17.688	0,18
	91 a 180 dias	-	-	9.106	6.239	6.058	3.623	4.313	3.656	12.424	45.419	0,47
	181 a 360 dias	-	-	13.365	8.876	9.536	5.109	6.916	6.007	18.832	68.641	0,71
	Acima de 360 dias	-	-	37.842	31.657	34.555	16.124	24.831	29.402	53.563	227.974	2,34
	Parcelas vencidas	-	-	10.237	12.253	13.803	12.265	15.940	13.239	209.006	286.743	2,96
	01 a 14 dias	-	-	1	12	609	31	382	299	177	1.511	0,02
	15 a 30 dias	-	-	9.610	3.607	2.781	2.048	1.858	1.375	6.701	27.980	0,29
	31 a 60 dias	-	-	626	7.390	3.716	2.406	2.650	1.632	7.625	26.045	0,27
	61 a 90 dias	-	-	-	884	4.942	2.725	3.986	1.838	91.700	106.075	1,09
	91 a 180 dias	-	-	-	360	1.755	4.586	6.150	6.655	70.759	90.265	0,93
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	469	914	1.440	31.323	34.146	0,35
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	721	721	0,01
	Total em 31/03/2022	-	-	82.329	67.165	72.192	41.798	57.361	56.608	309.442	686.895	7,08
	%	-	-	0,85	0,69	0,74	0,43	0,59	0,58	3,20	7,08	-
	Total em 31/12/2021	-	-	82.892	77.631	48.614	38.248	49.117	49.884	211.062	557.448	6,25
	%	-	-	0,93	0,87	0,55	0,43	0,55	0,56	2,36	6,25	-
	Total	Total em 31/03/2022	333.110	8.270.825	220.315	107.137	199.954	71.164	94.631	69.381	343.371	9.709.888
%		3,43	85,18	2,27	1,10	2,06	0,73	0,97	0,71	3,55	100,00	-
Total em 31/12/2021		329.877	7.548.725	222.806	94.313	177.853	68.997	99.811	63.021	298.937	8.904.340	100,00
%		3,70	84,78	2,50	1,06	2,00	0,78	1,12	0,71	3,35	100,00	-

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Mar / 2022	%	Dez / 2021	%	Mar / 2022	%	Dez / 2021	%
Pessoa Física	8.444.598	90,37	7.704.979	90,11	8.706.197	89,67	7.928.000	89,04
Pessoa Jurídica	900.026	9,63	845.373	9,89	1.003.691	10,33	976.340	10,96
Construção civil	169.430	1,81	166.519	1,95	169.430	1,74	167.754	1,88
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	46.840	0,50	56.007	0,66	58.628	0,60	69.270	0,78
Biocombustíveis e açúcar	75.826	0,81	59.953	0,70	75.826	0,78	59.953	0,67
Siderurgia	125.389	1,34	85.588	1,00	125.389	1,29	85.588	0,96
Prestação de serviços	158.066	1,69	158.210	1,85	159.783	1,65	159.903	1,80
Alimentos	41.619	0,45	41.005	0,48	49.789	0,51	52.950	0,59
Educação	26.008	0,28	21.494	0,25	26.008	0,27	21.494	0,24
Transporte de cargas e logística	20.398	0,22	16.666	0,19	25.333	0,26	20.370	0,23
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	113.320	1,21	106.976	1,25	168.946	1,74	161.507	1,81
Bebidas	26.155	0,28	27.482	0,32	26.155	0,27	27.482	0,31
Outros	96.975	1,04	105.473	1,23	118.404	1,22	150.069	1,69
Total geral	9.344.624	100,00	8.550.352	100,00	9.709.888	100,00	8.904.340	100,00

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que representam 0,17% do total da carteira de operação de crédito (MB Consolidado 0,16%), sendo o valor do principal de R\$ 15.588 e dos juros de R\$ 39, totalizando R\$ 15.627. Em dezembro de 2021, o valor do principal era R\$ 14.777 e dos juros de R\$ 26, totalizando R\$ 14.803.

7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

a) Operações de crédito cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

Em março de 2022 e dezembro de 2021, no individual e consolidado, referidas posições estavam representadas conforme abaixo.

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente	459.672	216.211
Circulante	118.499	55.928
Não circulante	341.173	160.283
Saldo das obrigações assumidas – a valor presente	494.650	226.402
Circulante	120.840	56.620
Não circulante	373.810	169.782

b) Operações de crédito cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios

O MB realizou também operações de cessão de créditos na modalidade de operações sem retenção substancial dos riscos e benefícios e, portanto, foram baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado.

As receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, totalizaram, no múltiplo e no consolidado, o montante de R\$ 29.308 (R\$ 50.378 em março de 2021), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R\$ 176.218 (R\$ 215.737 em março de 2021) a valor presente.

As despesas com operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 13.314 (R\$ 125 em março de 2021) e no consolidado no valor de R\$ 13.328 (R\$ 161 em março de 2021).

8. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Com base na Resolução CMN nº 4.748/19, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser apurados utilizando a hierarquia de valor justo conforme segue:

- **Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes**

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, o Banco utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente, por Cotas de Fundos de Investimentos, Fundos em Participações e Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação da B3.

Nível 3: Para determinados títulos, o Banco dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente, e são compostos, principalmente, por Debêntures, CRI, CRA, Fundo Imobiliário e FIDC.

- Derivativos**

Nível 2: Para mensuração dos derivativos, o Banco estima o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros				
Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	770.748	770.748	774.084	774.084
Títulos e Valores Mobiliários	687.437	687.437	690.773	690.773
Cotas de Participação	9.449	9.449	9.449	9.449
Letras Financeiras do Tesouro	677.988	677.988	681.324	681.324
Relações interfinanceiras	82.795	82.795	82.795	82.795
Relações interdependências	516	516	516	516
Nível 2	9.743.939	10.248.280	9.983.893	10.528.209
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	912.856	912.856	768.548	768.548
Aplicações no mercado aberto	600.000	600.000	600.000	600.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	312.856	312.856	168.548	168.548
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	27.979	27.979
Cotas de Fundos	-	-	27.979	27.979
Fundos de Investimento	-	-	17.472	17.472
Fundos em Participações	-	-	5.495	5.495
Fundos de Participação de	-	-	5.012	5.012
Operações de Crédito e Outros Créditos	8.831.083	9.335.424	9.187.366	9.731.682
Nível 3	1.473	1.473	200.975	200.975
Títulos e Valores Mobiliários	1.473	1.473	200.975	200.975
Certificado Recebíveis do Agronegócio	-	-	110.297	110.297
Certificado Recebíveis Imobiliários	-	-	29.913	29.913
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	11.876	11.876
Debêntures	1.473	1.473	10.726	10.726
Cotas de Fundos	-	-	38.163	38.163
Imobiliário	-	-	36.482	36.482
FIDC	-	-	1.681	1.681
Total em 31/03/2022	10.516.160	11.020.501	10.958.952	11.503.268
Total em 31/12/2021	9.603.514	9.984.192	10.042.686	10.415.176

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos Financeiros				
Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	717.861	717.861	715.281	715.281
Depósitos	717.861	717.861	715.281	715.281
à vista	499.588	499.588	497.008	497.008
poupança	218.273	218.273	218.273	218.273
Nível 2	902.404	902.404	854.465	854.465
Captações no Mercado Aberto	107.218	107.218	70.020	70.020
Depósitos Interfinanceiros	199.222	199.222	188.481	188.481
Relações Interfinanceiras	98.761	98.761	98.761	98.761
Relações Interdependências	2.553	2.553	2.553	2.553
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	494.650	494.650	494.650	494.650
Nível 3	9.296.180	9.287.097	9.200.702	9.191.752
Depósitos	8.740.992	8.732.027	8.623.829	8.614.997
a prazo	8.740.992	8.732.027	8.620.937	8.612.105
outros	-	-	2.892	2.892
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	94.419	94.419	116.104	116.104
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	460.769	460.651	460.769	460.651
Total em 31/03/2022	10.916.445	10.907.362	10.770.448	10.761.498
Total em 31/12/2021	10.381.417	10.378.241	10.230.839	10.227.664

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Imposto de Renda				
Base de Cálculo	1.189.270	1.300.750	1.239.950	1.347.222
Prejuízo fiscal	158.920	243.375	174.909	258.788
Diferenças temporárias	1.030.350	1.057.375	1.065.041	1.088.434
Total do efeito do IR	297.318	325.188	309.988	336.806
Contribuição Social				
Base de Cálculo	1.208.138	1.315.290	1.260.498	1.363.439
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	-	-	3.262	-
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	-	-	24.299	23.745
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	1.030.350	1.057.375	1.037.481	1.064.688
Base negativa à alíquota de 15%	-	-	17.668	17.091
Base negativa à alíquota de 20%	177.788	257.915	177.788	257.915
Efeito da CSL	241.628	263.058	249.641	270.645
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	10.586	4.750	11.020	5.314
Total do efeito da CSL	252.214	267.808	260.661	275.959
Total – Não Circulante	549.532	592.996	570.649	612.765

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda						
Saldos em 31/12/2021	264.344	60.844	-	272.108	64.698	-
Constituição	68.398	3.347	-	70.371	3.456	-
Realização	(75.154)	(24.461)	-	(76.220)	(24.425)	-
Efeito líquido no resultado	(6.756)	(21.114)	-	(5.849)	(20.969)	-
Saldos em 31/03/2022	257.588	39.730	-	266.259	43.729	-
Contribuição Social						
Saldos em 31/12/2021	211.475	51.583	4.750	216.500	54.145	5.314
Constituição	54.719	3.374	5.836	55.722	3.440	5.836
Realização	(60.123)	(19.400)	-	(60.787)	(19.379)	(130)
Efeito líquido no resultado	(5.404)	(16.026)	-	(5.065)	(15.939)	-
Saldos em 31/03/2022	206.071	35.557	10.586	211.435	38.206	11.020
Total		549.532			570.649	

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 104.098 (R\$ 100.564 em dezembro de 2021) e no consolidado em R\$ 111.720 (R\$ 106.830 em dezembro de 2021) e estão ativados com realização prevista até 2026.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme seguem:

MB – Múltiplo

Exercícios	Realização do Crédito Tributário					
	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
		Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Mar / 2022
2022	71.611	57.288	-	57.288	128.899	207.777
2023	76.292	61.034	638	61.672	137.964	95.403
2024	31.390	25.112	4.112	29.224	60.614	61.430
2025	3.678	2.313	-	2.313	5.991	20.420
2026	86.643	68.923	-	68.923	155.566	15.624
2027 a 2029	27.699	24.839	5.836	30.675	58.374	190.227
2030 a 2031	5	2.119	-	2.119	2.124	2.115
Total	297.318	241.628	10.586	252.214	549.532	592.996
Valor Presente	225.526		188.774		414.300	469.870

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****MB – Consolidado**

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Mar / 2022	Dez / 2021
2022	73.239	58.221	124	58.345	131.584	211.326
2023	79.093	62.676	798	63.474	142.567	99.618
2024	32.675	25.834	4.112	29.946	62.621	62.984
2025	4.633	2.834	-	2.834	7.467	21.896
2026	92.644	72.737	-	72.737	165.381	24.216
2027 a 2029	27.699	25.220	5.986	31.206	58.905	192.725
2030 a 2031	5	2.119	-	2.119	2.124	-
Total	309.988	249.641	11.020	260.661	570.649	612.765
Valor Presente	234.770		194.859		429.629	485.272

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2021 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

O Banco é titular de créditos tributários a realizar sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado. A não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

No primeiro trimestre de 2022, o Banco realizou o reprocessamento das bases tributárias de IR/CS, conforme parecer de consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os débitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado de IR/CS. Como consequência do reprocessamento, o Banco estornou os créditos tributários registrados no montante de R\$ 38.024 (Consolidado R\$ 37.968) tributários (vide nota nº 25.).

10. OUTROS ATIVOS**10.1. Devedores por depósitos em garantia**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Depósitos recursais trabalhistas	17.414	18.016	18.689	19.272
Depósitos judiciais trabalhistas	46.418	45.690	46.617	45.882
Depósitos judiciais fiscais	59.379	58.740	92.576	91.532
Depósitos de ações cíveis	14.702	13.939	17.057	16.214
Total – Não circulante	137.913	136.385	174.939	172.900

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 16.b).

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****10.2. Impostos a compensar**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
COFINS – Lei nº 9.718/98 ^(I)	8.044	7.972	8.044	7.972
IRPJ - repetição indébito ^(II)	58.449	13.533	65.004	20.088
CSLL - repetição indébito ^(II)	26.209	7.771	29.784	11.326
IRPJ / CSLL ^(III)	-	-	4.080	3.730
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.017	762	2.060	1.561
Antecipação IRPJ/CSLL	37.048	34.461	38.216	35.245
INSS	-	3.640	12	3.653
Outros	627	625	772	1.167
Total	131.394	68.764	147.972	84.742
Circulante	38.065	35.223	41.787	38.753
Não circulante	93.329	33.541	106.185	45.989

^(I) O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 192.094, MB consolidado R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 14.726, MB consolidado R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Muito embora exista trânsito em julgado nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09. Não obstante a classificação de risco remoto de referidos processos, o Banco considerou adequado contratar seguro garantia – fiança para o caso de eventual necessidade de garantir o juízo em face de ação judicial (vide nota nº 10.7.(I)).

^(II) O Banco é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado.

Em setembro de 2021, a não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito. O ativo advindo desta discussão foi reconhecido contabilmente, nos termos do ICPC 22 e Circular IBRACON 09/2021.

No período, em decorrência do reprocessamento das bases tributárias de IR/CS, conforme parecer de consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os débitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado de IR/CS, o Banco reconheceu Impostos a Compensar no montante de R\$ 34.744 (Consolidado R\$ 34.655), decorrentes da reclassificação dos créditos tributários (vide nota nº 25.), bem como da atualização monetária realizada no período no montante de R\$ 28.719 (Consolidado R\$ 28.843) (vide nota nº 23.5.).

^(III) Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****Créditos a recuperar “sub judice”**

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 20.805 (R\$ 20.607 em dezembro de 2021).

10.3. Títulos e créditos a receber – Sem característica de concessão de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Créditos a receber	-	-	4.937	4.881
Precatórios	10.230	10.964	18.236	18.970
Direitos creditórios	35.157	35.157	35.157	35.157
Títulos de capitalização	5.085	5.085	5.485	5.485
Outros	141	68	180	107
Total	50.613	51.274	63.995	64.600
Circulante	9.777	10.464	12.371	13.042
Não circulante	40.836	40.810	51.624	51.558

No período os Títulos e Créditos a Receber registraram provisão no montante de R\$ 8.394 (R\$ 8.394 em dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 10.700 (R\$ 10.700 em dezembro de 2021).

10.4. Rendas a receber

No exercício de 2021, refere-se, basicamente, aos Dividendos a Receber decorrente da participação em Coligadas no montante de R\$ 20.188.

10.5. Devedores diversos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Empréstimos consignados a processar ^(I)	1.834	1.245	1.936	1.347
Cartão de Crédito ^(II)	38.430	38.954	38.430	38.954
Outros	5.383	4.609	5.708	4.933
Total - Circulante	45.647	44.808	46.074	45.234

^(I) Refere-se, basicamente, às parcelas de Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS, no individual e consolidado.

^(II) Refere-se a valores a receber, referente a compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

10.6. Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Bens não de Uso próprio	32.151	32.409	32.151	32.409
Imóveis - dação em pagamento	57.240	60.552	57.242	60.554
(-) Provisão para desvalorizações	(25.089)	(28.143)	(25.091)	(28.145)
Material em estoque	3.837	5.097	3.837	5.097
Total – Circulante	35.988	37.506	35.988	37.506

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****10.7. Despesas antecipadas**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Custo seguro garantia – fiança ^(I)	31.543	35.653	34.162	38.905
Demais despesas antecipadas ^(II)	18.789	8.965	19.296	9.212
Total	50.332	44.618	53.458	48.117
Circulante	29.100	24.372	30.958	26.297
Não circulante	21.232	20.246	22.500	21.820

^(I) Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

^(II) Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em sociedades controladas

Descrição	Mar / 2022								Total
	MBIA	MBF	BMI	MBC	MBD	BEM AQUI	MBMEI	DOMO	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Capital social	28.937	126.070	82.028	24.938	4.250	48.338	43.000	5.000	362.561
Patrimônio líquido	30.392	256.540	131.334	20.936	4.281	154.267	74.867	1.987	674.604
Total de ações	34.044	15.480	4.416	166.902	25	14.648	43.000	4.250	-
Ações ON	34.044	9.673	4.031	141.341	25	14.648	43.000	4.250	-
Ações PN	-	5.807	385	25.561	-	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,95	91,53	99,99	100,00	100,00	100,00	85,00	-
Lucro / (Prejuízo) societário do exercício	(187)	(589)	1.279	(576)	(47)	15.860	1.819	(968)	16.591
Ajuste de variação patrimonial	-	-	1.313	1	-	-	-	-	1.314
Resultado de participações em controladas	(187)	(506)	1.170	(575)	(47)	15.860	1.819	(823)	16.711
Ganho / (Perda) de capital	-	(79)	-	-	-	-	-	-	(79)
Valor dos investimentos	30.392	220.495	120.210	20.935	4.281	154.267	74.867	1.689	627.136
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.			(5) Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.						
(2) Mercantil do Brasil Financeira S.A.			(6) Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.						
(3) Banco Mercantil de Investimentos S.A.			(7) Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.						
(4) Mercantil do Brasil Corretora S.A.			(8) Domo Digital Tecnologia S.A.						

**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Descrição	Dez / 2021								Total
	MBIA	MBF	BMI	MBC	MBD	BEM AQUI	MBMEI	DOMO	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Capital social	28.937	126.070	82.028	24.938	4.250	48.338	43.000	5.000	362.561
Patrimônio líquido	30.579	257.801	128.621	21.511	4.354	155.545	73.468	2.955	674.834
Total de ações	34.044	15.480	4.417	166.902	25	14.648	43.000	4.250	-
Ações ON	34.044	9.673	4.032	141.341	25	14.648	43.000	4.250	-
Ações PN	-	5.807	385	25.561	-	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,95	91,53	99,99	100,00	100,00	100,00	85,00	-
Lucro / (Prejuízo) societário do exercício	(720)	13.211	3.376	(504)	148	70.443	1.734	(2.045)	85.643
Integralização de Capital em Controlada	-	-	-	-	-	-	-	4.250	4.250
(-) Dividendos / JCP distribuídos	-	(3.751)	(994)	-	(25)	(17.138)	(421)	-	(22.329)
Ajuste de variação patrimonial	-	4	1.015	10	-	-	-	-	1.029
Resultado de participações em controladas	(720)	10.990	2.720	(504)	148	70.443	1.734	(1.738)	83.073
Valor dos investimentos	30.579	221.080	117.727	21.509	4.328	138.407	73.048	2.512	609.190

b) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBMEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352, sem alteração no exercício.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO**

Movimentação das propriedades para investimento, líquidos da depreciação:

MB – Consolidado	Terrenos	Edificações	Total
Subtotal em 31/12/2021	3.000	6.547	9.547
Adições	-	-	-
Subtotal em 31/03/2022	3.000	6.547	9.547
(-) Depreciação em 31/12/2021	-	(666)	(666)
(-) Depreciação no período	-	(65)	(65)
(-) Subtotal em 31/03/2022	-	(731)	(731)
Saldo Líquido em 31/03/2022	3.000	5.816	8.816

⁽¹⁾ O valor justo dos bens monta a R\$ 53.846 e se baseia em laudos de avaliação emitido por avaliador independente.

13. IMOBILIZADO

Movimentação dos bens do imobilizado, líquidos da depreciação:

MB – Múltiplo

Descrição	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Imobilizado em 31/12/2021	157.738	109.037	76.625	4.477	347.877
Adições	25	289	404	282	1.000
Entradas por transferências	1.783	-	41	-	1.824
(-) Saída por transferências	-	-	-	(1.824)	(1.824)
(-) Baixa	(40)	(1.481)	(175)	-	(1.696)
Subtotal	159.506	107.845	76.895	2.935	347.181
(-) Depreciação em 31/12/2021	(91.491)	(56.053)	(49.139)	(37)	(196.720)
(-) Depreciação no período	(5.708)	(2.910)	(1.481)	-	(10.099)
Baixa	29	1.482	165	-	1.676
(-) Subtotal	(97.170)	(57.481)	(50.455)	(37)	(205.143)
Saldo Líquido em 31/03/2022	62.336	50.364	26.440	2.898	142.038

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****MB – Consolidado**

Descrição	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	158.328	118.290	79.050	5.413	361.081
Adições	25	348	434	282	1.089
Entradas por transferências	1.783	-	41	-	1.824
(-) Saída por transferências	-	-	-	(1.824)	(1.824)
(-) Baixa	(145)	(1.512)	(217)	-	(1.874)
Subtotal	159.991	117.126	79.308	3.871	360.296
(-) Depreciação em 31/12/2021	(91.673)	(57.140)	(49.334)	(43)	(198.190)
(-) Depreciação no período	(5.732)	(3.201)	(1.549)	(3)	(10.485)
Baixa	134	1.482	207	-	1.823
(-) Subtotal	(97.271)	(58.859)	(50.676)	(46)	(206.852)
Saldo Líquido em 31/03/2022	62.720	58.267	28.632	3.825	153.444

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 106 (R\$ 108 em dezembro de 2021).

14. INTANGÍVEL

Movimentação dos itens do intangível, no individual e consolidado, líquido da amortização:

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2021	166.490	16.380	7	13.252	196.129
Adições	5.960	196	-	107	6.263
Subtotal	172.450	16.576	7	13.359	202.392
(-) Amortização em 31/12/2021	(101.336)	(10.510)	-	(2.563)	(114.409)
(-) Amortização no período	(4.698)	(825)	-	(1.202)	(6.725)
(-) Subtotal	(106.034)	(11.335)	-	(3.765)	(121.134)
Saldo Líquido em 31/03/2022	66.416	5.241	7	9.594	81.258

15. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**15.1. Depósitos****MB – Múltiplo**

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Mar / 2022	Dez / 2021
Indeterminado	499.588	218.273	-	655	718.516	711.160
Até 30 dias	-	-	10.741	185.942	196.683	240.606
De 31 a 60 dias	-	-	-	277.076	277.076	150.243
De 61 a 90 dias	-	-	-	288.876	288.876	252.196
De 91 a 180 dias	-	-	86.914	1.000.351	1.087.265	785.454
De 181 a 360 dias	-	-	-	973.484	973.484	1.346.565
Acima de 360 dias	-	-	101.567	6.014.608	6.116.175	5.891.651
Total	499.588	218.273	199.222	8.740.992	9.658.075	9.377.875
Circulante	499.588	218.273	97.655	2.726.384	3.541.900	3.486.224
Não circulante	-	-	101.567	6.014.608	6.116.175	5.891.651

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****MB – Consolidado**

Descrição	Depósitos					Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Outros	Mar / 2022	Dez / 2021
Indeterminado	497.008	218.273	-	655	2.892	718.828	710.654
Até 30 dias	-	-	-	207.936	-	207.936	240.606
De 31 a 60 dias	-	-	-	280.558	-	280.558	149.316
De 61 a 90 dias	-	-	-	280.953	-	280.953	251.633
De 91 a 180 dias	-	-	86.914	986.965	-	1.073.879	791.559
De 181 a 360 dias	-	-	-	977.019	-	977.019	1.323.216
Acima de 360 dias	-	-	101.567	5.886.851	-	5.988.418	5.764.030
Total	497.008	218.273	188.481	8.620.937	2.892	9.527.591	9.231.014
Circulante	497.008	218.273	97.655	2.734.086	2.892	3.549.914	3.466.984
Não circulante	-	-	90.826	5.886.851	-	5.977.677	5.764.030

15.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

MB – Múltiplo

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras Financeiras	Total	
			Mar / 2022	Dez / 2021
Até 30 dias	10.721	-	10.721	1.001
De 31 a 60 dias	4.645	109	4.754	519
De 61 a 90 dias	26.831	1.378	28.209	31.363
De 91 a 180 dias	16.419	1.569	17.988	14.410
De 181 a 360 dias	7.385	286	7.671	22.711
Acima de 360 dias	-	25.076	25.076	-
Total	66.001	28.418	94.419	70.004
Circulante	66.001	3.342	69.343	70.004
Não circulante	-	25.076	25.076	-

MB – Consolidado

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letra de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Mar / 2022	Dez / 2021
Até 30 dias	18.932	5	-	18.937	1.001
De 31 a 60 dias	4.645	12.394	109	17.148	1.161
De 61 a 90 dias	26.959	-	1.378	28.337	32.267
De 91 a 180 dias	16.834	-	1.569	18.403	34.889
De 181 a 360 dias	7.766	151	286	8.203	22.711
Acima de 360 dias	-	-	25.076	25.076	-
Total	75.136	12.550	28.418	116.104	92.029
Circulante	75.136	12.550	3.342	91.028	92.029
Não circulante	-	-	25.076	25.076	-

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****15.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital**

Papel	Ano		Valor da operação	Mar / 2022	Dez / 2021
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II(I)	2016	2023	88.388	92.201	91.027
	2017	2024	115.612	126.756	123.997
	2017	2025	600	617	622
	2018	2025	68.373	76.287	75.208
	2019	2026	57.075	60.600	59.835
	2020	2027	27.045	28.190	28.208
	2021	2028	9.252	9.640	9.455
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar(II)	2018	Perpétua	4.300	4.475	4.322
	2019	Perpétua	25.650	26.416	26.306
	2020	Perpétua	15.000	15.518	16.303
Total Geral				460.769	435.283
Circulante				11.431	8.484
Não Circulante				449.338	426.799

(I) Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

(II) Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, monta em R\$ 414.360 (R\$ 388.352 em dezembro de 2021) dos quais R\$ 205.340 (R\$ 195.333 em dezembro de 2021) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

16. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Provisões para riscos fiscais	57.371	56.601	89.752	88.611
Provisões para processos trabalhistas	125.340	124.319	125.822	124.786
Provisões para processos cíveis	63.797	57.118	73.963	66.731
Outras	211	211	212	211
Total – Não circulante	246.719	238.249	289.749	280.339

As provisões trabalhistas são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos e as provisões cíveis são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
COFINS ^(I)	9.303	9.215	25.407	25.058
CSL ^(II)	-	-	12.782	12.699
INSS ^(III)	27.702	27.387	29.243	28.914
PIS ^(IV)	7.560	7.521	9.269	9.221
ISS ^(V)	12.652	12.327	12.652	12.327
Outros	154	151	399	392
Total – Não circulante	57.371	56.601	89.752	88.611

^(I) Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros (vide nota nº 16.b).

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(V) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2021	56.601	124.319	57.118	88.611	124.786	66.731
Constituição / (Realização)	(43)	8.302	13.999	27	8.302	15.539
Atualização Monetária	387	3.215	1.495	521	3.230	1.731
Liquidações	-	(10.496)	(8.815)	-	(10.496)	(10.038)
Atualização de Depósitos	426	-	-	593	-	-
Saldos em 31/03/2022	57.371	125.340	63.797	89.752	125.822	73.963
Depósitos judiciais (vide nota nº 10.1.)	59.379	63.832	14.702	92.576	65.306	17.057

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 7.619 (R\$ 12.618 em dezembro de 2021), no individual e consolidado. As ações tributárias totalizaram R\$ 5.757 (R\$ 5.692 em dezembro de 2021), MB Consolidado R\$ 7.843 (R\$ 7.766 em dezembro de 2021).

17. OUTROS PASSIVOS**17.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados**

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****17.2. Sociais e estatutárias**

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar dos empregados e administradores de 2021 e 2022 e ao juro sobre capital próprio a pagar de 2021.

17.3. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

17.4. Credores diversos – País

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	61.549	64.200	61.549	64.200
Provisão para despesas administrativas	109.959	104.392	111.306	106.075
Comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de crédito	24.009	16.266	26.023	17.064
Outros	70.647	54.947	76.166	55.303
Total – Circulante	266.164	239.805	275.044	242.642

⁽¹⁾ Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**18.1. Capital Social**

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Ações	MB – Múltiplo			
	Mar / 2022		Dez / 2021	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	65.155.744	371.388	65.155.744	306.232
Preferenciais	39.675.836	226.152	39.675.836	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	597.540	104.831.580	492.708
Aumento de capital realizado	-	-	-	104.832
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(361.600)	(3.974)	(510.800)	(5.614)
Total do capital em circulação	104.469.980	593.566	104.320.780	591.926
Valor nominal em reais	5,70		5,70	

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

a) Grupamento e Desdobramento de Ações

Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13 de outubro de 2021, proposta de grupamento e desdobramento simultâneas das ações de emissão do Banco, sem alteração do valor do capital social atual, aplicados para todas as ações, abrangendo tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, nas proporções de 100:1 e 1:200, respectivamente, não havendo, desta forma qualquer tipo de diluição nas respectivas posições acionárias. Referida proposta de grupamento e desdobramento de ações foi homologada pelo BACEN.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****b) Aumento de Capital**

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, mediante a capitalização de parcela dos valores disponíveis na reserva de lucros estatutária para aumento de capital, no valor de R\$ 104.832, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2022, em conformidade com as normas que regem o assunto. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

c) Programa de Recompra de Ações

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 09 de novembro de 2021, aprovou um programa de recompra de ações preferenciais de emissão do Mercantil do Brasil, que vigorou no período entre 10 de dezembro e 31 de dezembro de 2021. Durante o Programa de Recompra, o Banco adquiriu 510.800 ações preferenciais pelo montante de R\$ 5.614 e serão mantidas em tesouraria.

Em março de 2022, o Banco vendeu 149.200 ações preferenciais que estavam em tesouraria pelo montante de R\$ 1.569. O saldo das ações em tesouraria passou a perfazer 361.600 ações preferenciais pelo montante de R\$ 3.974.

18.2. Reservas de capital e de lucros

As Reservas de capital e de lucros, no individual e consolidado, são como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Reserva de capital ⁽ⁱ⁾	43.375	43.375
Reservas de lucros	478.011	478.082
Reserva legal ⁽ⁱⁱ⁾	87.688	87.688
Reservas estatutárias ⁽ⁱⁱⁱ⁾	390.323	390.394

⁽ⁱ⁾ São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

⁽ⁱⁱ⁾ Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

18.3. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Mar / 2022	Mar / 2021
Número médio e final de ações	65.155.744	39.314.236	104.469.980	52.415.790
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.314.236	104.469.980	52.415.790
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	29.386	17.731	47.117	51.241
Lucro básico por ação	0,4510	0,4510	0,4510	0,9776

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

19. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração do PR, do risco RWA (ativos ponderados pelo risco) que consiste da soma do RWAcpad (risco de crédito), do RWAmPad - RWAmint (risco de mercado) e RWAopad (risco operacional). Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/21, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco e de um adicional de capital principal de 2% no período de outubro de 2021 a março de 2022 e de 2,5% a partir de abril 2022. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)	1.195.509	1.064.835
b) Patrimônio de Referência Nível I	988.904	868.274
b.1) Capital Principal – CP	941.547	820.423
b.2) Capital Complementar - CC	47.357	47.851
- LFs Subordinadas	46.409	46.930
- Ajuste Participações de não controladores Nível I	948	921
c) Patrimônio de Referência Nível II	206.605	196.561
c.1) LFs Subordinadas	205.340	195.333
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.265	1.228
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	8.563.063	7.698.797
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	7.324.024	6.621.652
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA_{mpad}	4.903	3.017
d.3) RWA Para Risco Operacional por Abordagem Padronizada -	1.234.136	1.074.128
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 8,0%)	685.045	615.904
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	510.464	448.931
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0%)	513.784	461.928
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	475.120	406.346
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA (i = d x 4,5%)	385.338	346.446
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	556.209	473.977
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	105.226	125.024
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para R_{ban} (l = e + k)	790.271	740.928
m) Margem sobre o PR Considerando a R_{ban} (m = a - l)	405.238	323.907
n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 2,00%)	171.261	153.976
o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)	13,96	13,83
p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)	11,55	11,28
q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)	11,00	10,66

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 28,67% (31,44% em dezembro de 2021).

19.1. RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****20.1. Transações entre partes relacionadas**

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Março de 2022			
BMB	Controladas^(I)	Pessoal Chave^(II)	Total
Ativos	145.023	-	145.023
Aplicações em depósitos interfinanceiros	144.308	-	144.308
Outros Ativos	715	-	715
Outros Créditos	715	-	715
Dividendos/Juros a Receber	-	-	-
(Passivos)	(227.463)	(120.306)	(347.769)
Depósitos	(187.957)	(92.797)	(280.754)
Depósitos de poupança	-	(901)	(901)
Depósitos à Vista	(2.579)	(2.209)	(4.788)
Depósitos a prazo	(174.637)	(89.687)	(264.324)
Depósitos interfinanceiros	(10.741)	-	(10.741)
Captações no mercado aberto	(37.200)	-	(37.200)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(23.121)	(23.121)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(4.388)	(4.388)
Outros Passivos	(2.306)	-	(2.306)
Outras Obrigações	(2.306)	-	(2.306)
Receitas / (Despesas)	307	(2.705)	(2.398)
Despesas da Intermediação Financeira	(1.760)	(2.705)	(4.465)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	2.067	-	2.067
Receitas de Prestação de Serviços	2.223	-	2.223
Outras Despesas Administrativas	(156)	-	(156)

^(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores, pessoal chave da administração.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Dezembro de 2021			
BMB	Controladas^(I)	Pessoal Chave^(II)	Total
Ativos	145.688	-	145.688
Aplicações em depósitos interfinanceiros	124.987	-	124.987
Outros Ativos	20.701	-	20.701
Outros Créditos	663	-	663
Dividendos/Juros a Receber	20.038	-	20.038
(Passivos)	(217.805)	(112.188)	(344.307)
Depósitos	(191.481)	(82.767)	(274.248)
Depósitos de poupança	-	(914)	(914)
Depósitos à Vista	(3.681)	(3.022)	(6.703)
Depósitos a prazo	(177.344)	(78.831)	(256.175)
Depósitos interfinanceiros	(10.456)	-	(10.456)
Captações no mercado aberto	(25.742)	-	(25.742)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(25.671)	(25.671)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(3.750)	(3.750)
Outros Passivos	(582)	(14.314)	(14.896)
JCP / Dividendos a pagar	-	(14.314)	(14.314)
Outras Obrigações	(582)	-	(582)
Março de 2021			
Receitas / (Despesas)	(543)	(590)	(1.133)
Despesas da Intermediação Financeira	(889)	(559)	(1.448)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	346	(31)	315
Receitas de Prestação de Serviços	1.186	-	1.186
Outras Despesas Administrativas	(840)	(31)	(871)

(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

(II) Controladores, pessoal chave da administração.

20.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 19/04/2022, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 27.095.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota nº 23.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 881 (R\$ 874 em março de 2021) e no consolidado no valor de R\$ 1.718 (R\$ 1.689 em março de 2021).

Até 31 de março de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de março de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

20.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 31 de março de 2022, o grupo patrocinador mantinha 19 (19 em dezembro de 2021) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 503 (509 em dezembro de 2021) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no período corresponderam a R\$ 434 (R\$ 395 em março de 2021); MB Consolidado R\$ 436 (R\$ 397 em março de 2021).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se:

- I. Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 12,62%
 - Taxa real de desconto: 5,39%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 6,86%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 6,86%
- II. Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 15,53%
 - Taxa real de desconto: 4,98%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 10,05%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 10,05%
 - Tábua de mortalidade geral: AT-2000 Suavizada em 10%

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de dezembro de 2021, elaborado com base nas demonstrações financeiras até novembro de 2021, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A., Patrocinador-Líder. Em 29 de dezembro de 2021, o Banco quitou saldo remanescente de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629, em conformidade com as normas em vigor que regem o assunto.

A última reavaliação atuarial registrada foi realizada em novembro de 2021 e nova reavaliação atuarial completa será realizada ao final do primeiro semestre de 2022.

O valor justo dos ativos do plano apurado monta em R\$ 44.794 (R\$ 26.179 em dezembro de 2021) e o valor presente das obrigações atuariais do plano em R\$ 43.139 (R\$ 48.250 em dezembro de 2021).

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.877/2000, cujo saldo do ativo atuarial monta em R\$ 3.020 (R\$ 3.020 em 31 de dezembro de 2021) líquidos dos efeitos tributários, já considerada a quitação, em 29 de dezembro de 2021, de saldo de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629.

22. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**22.1. Rendas de operações de crédito**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Mar / 2021	Mar / 2022	Mar / 2021
Rendas de empréstimos e títulos descontados	696.411	451.004	711.019	462.554
Rendas de financiamentos	831	1.017	1.094	1.269
Rendas de financiamentos rurais	1.695	6.714	1.695	6.714
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	14.821	19.646	15.059	19.924
Total	713.758	478.381	728.867	490.461

22.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Mar / 2021	Mar / 2022	Mar / 2021
Depósitos	188.485	35.068	185.111	34.772
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	15.222	2.912	15.748	2.967
Operações compromissadas	3.073	1.016	2.400	710
Outras	3.491	2.887	3.518	2.909
Total	210.271	41.883	206.777	41.358

23. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS**23.1. Receitas de prestação de serviços**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Mar / 2021	Mar / 2022	Mar / 2021
Administração de fundos de investimentos	-	-	568	507
Cartão de crédito	6.196	4.767	6.196	4.767
Cobrança	1.132	1.319	1.132	1.319
Custódia	1	3	87	74
Garantias prestadas	262	380	262	380
Outros serviços	54	123	115	248
Rendas de serviços prestados a ligadas	2.223	1.184	-	-
Comissão de seguro	-	-	30.725	23.149
Serviços de arrecadação	6.698	2.581	6.698	2.581
Serviços prestados	170	120	1.973	322
Tarifas bancárias – conta corrente	50.861	46.619	50.862	46.635
Total	67.597	57.096	98.618	79.982

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****23.2. Despesas de pessoal**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Mar / 2021	Mar / 2022	Mar / 2021
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	5.260	5.269	9.186	8.708
Proventos de funcionários	53.414	50.876	55.383	52.198
Benefícios	19.030	19.132	19.724	19.626
Encargos sociais	20.503	19.943	22.273	21.421
Indenizações	10.509	6.997	10.509	7.624
Contingências / indenizações (vide nota nº 16.b)	1.020	11.621	1.035	10.717
Total	109.736	113.838	118.110	120.294

23.3. Outras despesas administrativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Mar / 2021	Mar / 2022	Mar / 2021
Água, energia e gás	3.688	3.241	3.920	3.436
Aluguéis	22.999	20.068	23.777	20.553
Amortização e depreciação	16.823	15.123	17.276	15.350
Comunicações	2.685	3.649	2.752	3.695
Materiais, manutenção e conservação de bens	8.087	8.929	8.310	9.037
Processamento de dados	24.974	19.324	25.895	19.905
Propaganda, publicidade e publicações	9.640	3.723	10.572	4.780
Serviços de terceiros	61.628	46.015	61.804	46.016
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	41.873	46.417	44.198	46.684
Serviços do sistema financeiro	1.263	812	1.203	730
Transportes	8.166	7.507	8.180	7.558
Outras	13.479	13.624	14.410	14.538
Total	215.305	188.432	222.297	192.282

23.4. Despesas tributárias

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Mar / 2021	Mar / 2022	Mar / 2021
ISSQN	3.440	2.833	4.321	3.459
COFINS	24.942	23.706	28.183	25.034
PIS	4.053	3.852	4.708	4.107
Outros tributos	1.273	1.156	1.368	1.272
Total	33.708	31.547	38.580	33.872

23.5. Outras receitas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Mar / 2021	Mar / 2022	Mar / 2021
Variações monetárias ativas ⁽¹⁾	30.238	835	30.629	906
Recuperação de encargos e despesas	4.537	3.954	4.772	4.188
Reversão de provisões	2.121	209	2.221	334
Outras receitas	3.024	774	3.155	1.771
Total	39.930	5.772	40.777	7.199

⁽¹⁾ Reconhecimento de Variação monetária ativa relativamente ao Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema nº 962 das repercussões gerais), do STF que julgou inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, no montante de R\$ 28.719 (Consolidado R\$ 28.843).

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****23.6. Outras despesas operacionais**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Mar / 2021	Mar / 2022	Mar / 2021
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	6.925	5.514	7.480	5.891
Descontos concedidos ^(I)	6.188	16.263	6.447	16.706
Variações monetárias passivas	388	608	524	636
Despesas de caráter eventual ^(II)	30.275	9.267	31.667	10.671
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ^(III)	127.814	85.133	127.814	85.133
Outras despesas	11.243	9.463	11.692	9.651
Total	182.833	126.248	185.624	128.688

^(I) Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

^(II) Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

^(III) Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

24. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Mar / 2021	Mar / 2022	Mar / 2021
Resultado na alienação de valores e bens ^(I)	34	1.967	34	1.967
Reversão / (Provisão) de outros valores e bens	-	(9.167)	-	(9.167)
Outras	746	154	746	160
Total	780	(7.046)	780	(7.040)

^(I) Refere-se aos bens recebidos em dação em pagamento.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Mar / 2022	Mar / 2021	Mar / 2022	Mar / 2021
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	64.947	78.914	74.590	83.533
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	(2.118)	(18.175)
(-) Participações dos administradores e empregados	(7.949)	(7.569)	(9.016)	(8.556)
Base de cálculo	56.998	71.345	63.456	56.802
Alíquota nominal	45%	45%	45%	45%
Despesa nominal	(25.649)	(32.105)	(28.555)	(25.561)
Ajustes à despesa nominal referentes:	15.768	11.579	10.510	4.338
Resultado de participações em coligadas e controladas	7.484	6.847	11	-
Despesas indedutíveis	(1.139)	(673)	(1.203)	(615)
Outras (adições) / exclusões permanentes	12.703	(894)	14.872	(1.583)
Ajustes de crédito tributário - Decisão STF	(38.024)	-	(37.968)	-
Repetição indébito - Decisão STF	34.744	-	34.655	-
Efeito tributário CSL – MP 1.034/2021 (vide notas nº 2.3.d e 9.c)	-	6.299	-	6.534
(-) Compensações da Base negativa e Prejuízo Fiscal	-	-	143	2
Deduções dos incentivos fiscais ^(I)	-	422	1	423
Impostos calculados sobre o lucro presumido	-	-	(387)	(2.740)
Receita / (Despesa) com IRPJ e CSL	(9.881)	(20.104)	(18.431)	(23.540)

^(I) Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****26. OUTRAS INFORMAÇÕES**

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 86.012 (R\$ 89.048 em dezembro de 2021).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 384.497 (R\$ 380.475 em dezembro de 2021).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo.
- e) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e BACEN, os seguintes pronunciamentos:
- CPC 00 - Estrutura Conceitual – Resolução CMN nº 4.924/21.
 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/21.
 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/20.
 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20.
 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/11.
 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.924/21.
 - CPC 24 - Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/20.
 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.
 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.
 - CPC 41 – Resultado por Ação Resolução – Aprovado parcialmente pela Resolução CMN nº 4.818/20.
 - CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – Resolução CMN nº 4.924/21.
 - CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente – Resolução CMN nº 4.924/21.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, buscando a convergência total com as normas internacionais de contabilidade, procederam a edição de novas normas que entrarão em vigor a partir de 01/01/2025. A seguir as principais normas que terão impactos direta ou indiretamente nas Demonstrações Financeiras do Banco que já iniciou as avaliações e alterações necessárias para atender a implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados:

- **Resolução CMN nº 4.966/21** – A norma trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9.
 - **Resolução CMN nº 4.975/21** – A norma estabelece princípios aplicáveis a ambas as partes de um contrato de arrendamento, ou seja, arrendador e o arrendatário, de modo a fornecer informações relevantes acerca de contrato de arrendamento que represente fielmente essas operações.
- f) A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20, a partir de janeiro de 2022, todas as instituições, devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O Banco Mercantil do Brasil S.A. divulgou suas demonstrações financeiras consolidadas trimestrais em IFRS referentes à 31 de março de 2022 simultaneamente à estas nas informações no *site* (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

g) Os resultados não recorrentes, conforme trata a Resolução BCB nº 2/20, no individual e no Consolidado, são os seguintes:

Descrição	Mar / 2022		Mar / 2021	
	MB – Múltiplo	MB – Consolidado	MB – Múltiplo	MB – Consolidado
Majoração Alíquota CS de 20% para 25% ^(I)	-	-	6.299	6.534
Impostos a Recuperar - Repetição indébito Decisão STF(II)	(3.280)	(3.313)	-	-
Varição monetária ativa - Repetição indébito Decisão STF ^(II)	28.719	28.843	-	-
Total	25.439	25.530	6.299	6.534

^(I) Efeitos no crédito tributário ref. majoração de alíquota CSLL, de 20% para 25%, no período de Julho/21 até dezembro/21 - conforme MP 1.034/21, com reconhecimento, em março/21.

^(II) Valores referente ao ajuste do saldo de créditos a recuperar e ganho com atualização monetária ativa, decorrente do reprocessamento das bases tributárias de IR/CS efetuado pelos consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indébitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado na apuração de IR/CS.

h) Evento Subsequente

O Banco, celebrou no dia 06/05/22, um novo Acordo de Acionistas vinculando, em conjunto, 57,60% do capital votante do Banco. O novo Acordo de Acionistas substituiu todas as disposições anteriores relacionadas ao bloco de controle, tratando de temas como os direitos e as obrigações dos signatários em relação à definição do voto uniforme e em bloco, no âmbito das assembleias gerais de acionistas do Banco, bem como a regulação do direito de preferência na compra e venda das ações vinculadas. As alterações na composição do bloco de controle estão sujeitas à aprovação prévia pelo Banco Central do Brasil.

27. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Riscos e *Compliance*, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos financeiros, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Res. 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação,

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil do Brasil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Mercantil do Brasil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de

Notas Explicativas**BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.****Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen 3.876/18, alterada pela Circular Bacen 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN 4.557/17 e Circular Bacen 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de stress de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de teste de desenho operacional do controle e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir a o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil do Brasil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponível para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

Notas Explicativas BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil do Brasil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil do Brasil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.****CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Maurício de Faria Araujo – Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA**DIRETOR PRESIDENTE**

Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS

Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Gregório Moreira Franco*
Paulino Ramos Rodrigues
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

DIRETORES

Mariana Machado de Araujo de Souza Lima
Ricardo Vieira Santiago

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Euler Luiz de Oliveira Penido
Luciano Luiz Barsi
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Sebastião Salvador Gamarano

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

* Em aprovação pelo Banco Central do Brasil

Notas Explicativas



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

Preparadas de Acordo com a IAS 34

31 de março de 2022



Notas Explicativas



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. (“MB Consolidado”)

BALANÇO PATRIMONIAL

Para os períodos findos em

A T I V O	Nota	MB Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021
DISPONIBILIDADES.....		721.294	984.733
ATIVOS FINANCEIROS.....		11.107.607	10.234.560
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	8	918.046	1.165.455
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	11	10.189.561	9.069.105
ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	13	32.151	32.409
ATIVOS FISCAIS	14	734.441	710.491
CORRENTES	14.1	158.991	90.056
DIFERIDOS	14.2	575.450	620.435
ATIVOS TANGÍVEIS	15	572.269	594.257
ATIVOS INTANGÍVEIS	16	81.258	81.720
OUTROS ATIVOS	17	312.494	355.248
TOTAL DO ATIVO.....		13.561.514	12.993.418

Notas Explicativas



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. (“MB Consolidado”)

BALANÇO PATRIMONIAL

Para os períodos findos em

	Nota	MB Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021
P A S S I V O			
PASSIVOS FINANCEIROS.....		10.770.448	10.230.839
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	18	10.770.448	10.230.839
PASSIVOS FISCAIS	19	108.463	100.806
CORRENTES	19.1	97.790	93.329
DIFERIDOS	19.2	10.673	7.477
PROVISÕES	20.1	289.749	280.339
OUTROS PASSIVOS	21	1.118.001	1.166.197
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	22	1.274.853	1.215.237
CAPITAL SOCIAL	22.1	597.540	597.540
RESERVAS DE LUCROS E DE CAPITAL	22.2	521.386	521.457
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	22.3	13.368	11.000
LUCROS / (PREJUÍZOS) ACUMULADOS		98.845	43.435
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		47.688	47.419
(-) AÇÕES EM TESOURARIA	22.1	(3.974)	(5.614)
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.561.514	12.993.418

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Para os períodos findos em

	Nota	<i>Em R\$ Mil</i>	
		MB Consolidado	
		31/03/2022	31/03/2021
RECEITA DE JUROS	26.1	813.759	558.849
DESPESA DE JUROS	26.2	(250.163)	(96.904)
PERDAS COM ATIVOS FINANCEIROS.....		(112.623)	(63.235)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS.....		450.973	398.710
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS.....		(370.289)	(324.536)
Receitas de Prestação de Serviços	27.1	98.618	79.982
Despesas com Pessoal	27.2	(127.126)	(128.850)
Outras Despesas Administrativas	27.3	(228.988)	(210.462)
Outras Receitas Operacionais	27.4	77.782	57.024
Outras Despesas Operacionais	27.5	(190.575)	(122.230)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO.....		80.684	74.174
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28	(25.207)	(23.163)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO		55.477	51.011
Lucro atribuível à Controladora.....		55.408	50.795
Lucro atribuível aos Não Controladores		69	216
		-	-
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)			
Ações ordinárias		0,5304	0,9691
Ações preferenciais		0,5304	0,9691
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)			
Ações ordinárias		34.557	31.571
Ações preferenciais		20.851	19.224
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída			
Ações ordinárias		65.155.744	32.577.872
Ações preferenciais		39.314.236	19.837.918

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE***Para os períodos findos em*

	Em R\$ Mil	
	MB	Consolidado
	31/03/2022	31/03/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	55.477	51.011
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	2.368	(263)
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO.....	2.368	(263)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	3.231	(287)
Efeito Fiscal.....	(863)	24
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO.....	57.845	50.748
Lucro Atribuível ao Controlador.....	57.776	50.532
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores.....	69	216

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos findos em

Em R\$ Mil

	CAPITAL		RESERVAS	RESERVAS	LUCROS / (PREJUÍZOS)	OUTROS RESULTADOS	(AÇÕES	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO DOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	DE CAPITAL	DE LUCRO	ACUMULADOS	ABRANGENTES	EM TESOURARIA)	LÍQUIDO	NÃO CONTROLADORES	AJUSTADO
SALDOS EM 31/12/2020	492.708	-	43.375	463.107	29.333	(11.339)	-	1.017.184	46.280	1.063.464
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL.....	-	-	-	-	50.795	(263)	-	50.532	216	50.748
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	-	-	-	-	50.795	-	-	50.795	216	51.011
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	-	-	-	-	-	(263)	-	(263)	-	(263)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	-	-	-	-	-	(287)	-	(287)	-	(287)
EFEITO FISCAL.....	-	-	-	-	-	24	-	24	-	24
MUTAÇÕES INTERNAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(302)	(302)
OUTROS.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(302)	(302)
SALDOS EM 31/03/2021	492.708	-	43.375	463.107	80.128	(11.602)	-	1.067.716	46.194	1.113.910
SALDOS EM 31/12/2021	492.708	104.832	43.375	478.082	43.435	11.000	(5.614)	1.167.818	47.419	1.215.237
TRANSAÇÕES DE CAPITAL COM OS SÓCIOS.....	-	-	-	(71)	-	-	1.640	1.569	-	1.569
AÇÕES EM TESOURARIA VENDIDAS.....	-	-	-	(71)	-	-	1.640	1.569	-	1.569
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL.....	-	-	-	-	55.408	2.368	-	57.776	69	57.845
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	-	-	-	-	55.408	-	-	55.408	69	55.477
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	-	-	-	-	-	2.368	-	2.368	-	2.368
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	-	-	-	-	-	3.231	-	3.231	-	3.231
EFEITO FISCAL.....	-	-	-	-	-	(863)	-	(863)	-	(863)
MUTAÇÕES INTERNAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	104.832	(104.832)	-	-	2	-	-	2	200	202
AUMENTO DE CAPITAL - RCA 09/12/2021.....	104.832	(104.832)	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS.....	-	-	-	-	2	-	-	2	200	202
SALDOS EM 31/03/2022	597.540	-	43.375	478.011	98.845	13.368	(3.974)	1.227.165	47.688	1.274.853

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Para os períodos findos em

Em R\$ Mil

	MB Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Período.....	55.477	51.011
Ajustes ao Lucro	194.789	170.110
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	(74)
Constituição de provisão para riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	29.350	32.953
Perdas Líquidas com Ativos Financeiros	112.623	63.235
Depreciação e Amortização	52.850	66.796
Perdas Líquidas com Outros Ativos.....	-	9.167
Resultado Líquido na Alienação de Outros Ativos.....	(34)	(1.967)
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais.....	(890.317)	(660.279)
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado.....	(853.854)	(586.056)
Ativos Fiscais Correntes.....	(68.935)	2.462
Ativos não Correntes Mantidos para Venda.....	258	10.441
Ativos Fiscais Diferidos.....	44.987	(895)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	(30.639)	(1.958)
Outros Ativos.....	17.866	(84.273)
Aumento (Décrécimo) Líquido nos Passivos Operacionais.....	496.648	(6.698)
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.....	539.608	(77.344)
Passivos Fiscais Correntes.....	13.334	16.536
Provisões.....	9.410	17.047
Passivos Fiscais Diferidos.....	2.333	(4.172)
Outros Passivos.....	(68.037)	41.235
Caixa Gerado pelas / (Aplicado nas) Operações.....	(143.403)	(445.856)
Impostos Pagos.....	(8.873)	(14.247)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS / (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS (1).....	(152.276)	(460.103)
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos.....	(8.859)	(73.560)
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	(1.507)	(53.389)
Aquisição de Ativo Tangível	(1.089)	(14.663)
Aquisição de Ativo Intangível	(6.263)	(5.508)
Alienação.....	284.660	101.197
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	282.786	98.957
Alienação de Ativo Tangível	1.874	2.240
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS / (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2).....	275.801	27.637
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	19.857	2.400
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(29.363)	(43.075)
Ações em Tesouraria Vendidas.....	1.569	-
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários.....	200	(302)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3).....	(7.737)	(40.977)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES (1+2+3).....	115.788	(473.443)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período.....	1.212.577	1.905.048
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	74
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período.....	1.328.365	1.431.679
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	115.788	(473.443)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Para os períodos findos em

	<i>Em R\$ Mil</i>	
	MB Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
1 - RECEITAS.....	676.250	492.149
Receita de juros.....	813.759	558.849
Receitas de Prestação de Serviços.....	98.618	79.982
Perdas com Ativos Financeiros	(112.623)	(63.235)
Outras	(123.504)	(83.447)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(250.163)	(96.904)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(137.558)	(109.794)
Materiais, Energia e Outros	(12.230)	(12.473)
Serviços de Terceiros	(61.804)	(46.016)
Outros	(63.524)	(51.305)
Comunicações	(2.752)	(3.695)
Processamento de Dados	(25.895)	(19.905)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(10.572)	(4.780)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.203)	(730)
Despesas de Transporte	(8.181)	(7.558)
Outros	(14.921)	(14.637)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	288.529	285.451
5 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(52.850)	(66.796)
Depreciações e Amortizações	(52.850)	(66.796)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	235.679	218.655
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	235.679	218.655
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	235.679	218.655
Pessoal	98.555	94.553
Remuneração Direta	73.585	69.462
Benefícios	19.724	19.626
F.G.T.S.	5.246	5.465
Impostos, Taxas e Contribuições	81.647	73.091
Federais	76.072	68.564
Estaduais	7	10
Municipais	5.568	4.517
Remuneração de Capitais Próprios	55.477	51.011
Lucros Retidos.....	55.408	50.795
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	69	216

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas do Banco Mercantil do Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 *Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Banco) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 35 agências e 259 Postos de Atendimento, e um quadro de 2.920 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento.

A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Apresentação das informações trimestrais

As Demonstrações Financeiras Trimestrais Consolidadas em IFRS findas em 31 de março de 2022, foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a IAS 01, as demonstrações financeiras trimestrais consolidadas incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das informações trimestrais em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras trimestrais consolidadas, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras trimestrais consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Neste contexto, a reconciliação dos saldos das demonstrações financeiras trimestrais consolidadas do Banco decorrente da implementação das normas internacionais de relatórios financeiros está divulgada na nota nº6.

As demonstrações financeiras trimestrais consolidadas foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 11/05/2022.

2.2. Informações trimestrais consolidadas

As demonstrações financeiras trimestrais consolidadas findas em 31 de março de 2022 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

dos acionistas minoritários. As informações trimestrais consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, relacionadas abaixo:

Controladas diretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Mar / 2022	Dez / 2021
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	91,53	91,53
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada e correspondente bancário	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ⁽¹⁾	Serviços de Tecnologia da Informação	98,17	98,17
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Marketplace e Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,95	85,95
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00

⁽¹⁾ Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil do Brasil Financeira S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos.

Controladas indiretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Mar / 2022	Dez / 2021
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora de créditos financeiros	100,00	100,00
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	Corretagem de seguros	85,57	85,57
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	Negócios imobiliários	100,00	100,00

3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas**3.1. Apresentação de relatórios por segmentos**

O relatório por segmentos operacionais está apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Comitê Executivo. As decisões estratégicas do Banco estão a cargo do Comitê Diretivo (vide nota nº 6.).

3.2. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (Reais - R\$), que é a moeda funcional do Banco, à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,5805 (Em 31 de dezembro de 2020: US\$ 1,00 = R\$ 5,1967). Os impactos decorrentes da variação cambial são registrados, conforme o caso, nas rubricas de Receitas de Juros e Despesas de Juros.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os valores referentes à Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4. Ativos e passivos financeiros**3.4.1. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação**

Os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da IFRS 9 nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado: adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: operações que não foram classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessária a aplicação do teste *Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*, cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

3.4.2. Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Os ativos e passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

a) Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes são, inicialmente, mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos estimados de transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados pelo custo adotando-se o método dos juros efetivos, método pelo qual uma entidade amortiza quaisquer taxas, custos de transação e outros prêmios ou descontos incluídos no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são também avaliados quanto à redução ao valor recuperável (*impairment*).

Notas Explicativas BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo.

c) Técnicas de avaliação

A mensuração do valor justo pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

Os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, devem ser agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, conforme segue.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

d) Reconhecimento de variações do valor justo

Os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros decorrentes das variações do valor justo são reconhecidas em bases líquidas na demonstração do resultado na rubrica "Receita de juros. As alterações do valor justo decorrentes de outros fatores, como *impairment* por exemplo, são reconhecidas pelo seu valor líquido na rubrica "Perdas com ativos financeiros".

Ajustes decorrentes de variações no valor justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" até que o ativo financeiro seja baixado ou reclassificado. Quando o ativo financeiro for baixado, os montantes originalmente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são reclassificados para a Demonstração do Resultado na rubrica "Receitas de Juros".

3.4.3. Derivativos

Os derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. As operações que utilizam derivativos e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pela IAS 39, (utilizando-se da prerrogativa de continuar aplicando os requerimentos de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9), principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo seu valor de mercado ou valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas, em bases líquidas, diretamente no resultado, na rubrica "Receita de juros".

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, na rubrica "Receita de juros", bem como quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge*. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* utilizado para proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais é reconhecido na demonstração do resultado como "Receita de Juros".

Se o instrumento financeiro não mais atender aos critérios de contabilização de *hedge*, o Banco deverá descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Adicionalmente, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deverá ser amortizado no resultado na rubrica "Receita de Juros".

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4.4. Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

O Banco reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

- Cessão de créditos com retenção substancial dos riscos e benefícios: as operações cedidas permanecem registradas no ativo do Banco e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado, na rubrica "Receita de Juros".
- Cessão de créditos sem retenção substancial dos riscos e benefícios: as operações cedidas são baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período na rubrica "Receita de Juros".

Não há no Banco, operações com transferência e nem retenção substancial todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro.

3.4.5. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O ponto de partida do provisionamento nos termos da IFRS 9 é a classificação dos ativos em 3 estágios com base no valor recuperável:

- Estágio 1 – Realizável: Expectativa de perda para 12 meses para os ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.
- Estágio 2 – Realização Duvidosa: Expectativa de perda ao longo da vida, para ativos que apresentem um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.
- Estágio 3 - Não realizável: Expectativa de perda ao longo da vida, para ativos que apresentem problemas de recuperação de crédito. O reconhecimento da Receita de Juros neste estágio é realizado mediante a aplicação da taxa efetiva de juros sobre o custo amortizado, líquido das provisões para *impairment*.

Um ativo será reclassificado para os demais estágios à medida que o risco de crédito aumentar ou diminuir, a menos que se trate de ativos financeiros comprados ou originados com problemas de recuperação de crédito. Neste caso, os ativos deverão permanecer registrados no Estágio 3.

A Receita de Juros é apropriada enquanto houver expectativa de que as operações ainda possam ser consideradas realizáveis (Estágios 1 e 2).

Assim, pela análise das características da carteira de empréstimos e recebíveis, consideram-se como realizáveis as operações com até 90 dias vencidas ou que não apresentarem qualquer outro indicativo de perda.

Notas Explicativas BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentro de cada estágio, além da estratificação da carteira de crédito por Grupos com base em suas características, as operações são também segregadas para análise com base nas suas características, como por exemplo:

- Região.
- Produtos.
- Prazo contratual remanescente.
- Idade do cliente ou beneficiário.

Adicionalmente, após a classificação das operações de crédito conforme os critérios estabelecidos, aquelas que possuírem garantias de melhor qualidade e/ou liquidez, mitiga-se o percentual do saldo coberto pela garantia. No restante é aplicado os critérios estabelecidos de perda esperada.

No Banco, a carteira de crédito foi segregada em dois grupos com critérios distintos, de apuração da provisão:

- Créditos avaliados individualmente: Carteira caracterizada pela aplicação de provisionamento a partir de gatilhos de *impairment* definidos a partir da especificidade de cada produto.
- Créditos avaliados coletivamente: Carteira caracterizada pela aplicação de modelagem estatística para apuração da perda.

Os Créditos avaliados individualmente são classificados entre os Estágios com base no Manual de Crédito da Instituição e são provisionadas em 100% as operações cuja classificação de crédito apresentem um aumento significativo no risco de crédito (Estágio 3).

Para os créditos avaliados coletivamente a classificação e aplicação de percentuais históricos de perda para cada Estágio é como segue:

- Estágio 1: Para a apuração dos percentuais de Perda Esperada no Estágio 1, retroage-se 12 meses na Base de dados e obtém-se um estoque de operações, o qual denominamos de “safra”. Observa-se esta safra durante os 12 meses subsequentes para identificar quais operações entraram em atraso. A relação entre a quantidade de operações que entram em atraso no período analisado sobre o estoque inicial das operações a vencer e vencidas até 30 dias será o percentual de atraso desta carteira.
- Estágio 2: Retroage-se 60 meses na Base de dados, tempo médio de vida de todas as operações, e obtém-se o estoque de operações. Estas operações serão observadas durante os 60 meses subsequentes sobre quais entraram em atraso. As operações que foram reestruturadas via renegociação de dívida no período analisado enquadram-se como atraso. Já para as operações prorrogadas, observa-se se houve o evento de atraso na nova operação. Por fim, a relação entre a quantidade de operações que entram em atraso no período analisado sobre o estoque inicial das operações vencidas de 31 a 90 dias será o percentual de atraso da carteira.
- Estágio 3: retroage-se 60 meses, tempo médio de vida de todas as operações, e obtém-se o estoque de operações que pertence ao Estágio 3. Estas operações serão observadas durante os 60 meses subsequentes sobre quais foram consideradas *impaired* (perdidas). Por fim, a relação entre o valor das operações que foram consideradas *impaired* e o saldo devedor total das operações vencidas acima de 90 dias e a carteira renegociada será o percentual de perda da carteira para o Estágio 3.

Realiza-se os cálculos de apuração dos percentuais contemplando, conforme o caso, até cinco períodos de observação para obtenção de um percentual mediano.

Estes percentuais são revisados trimestralmente, alicerçados na base de dados histórica mais recente à época da nova análise.

Antes da apuração dos percentuais de perda da carteira de aplicação segregada entre os Estágios, é observada a melhora das operações entre os estágios, denominada “Cura”.

A Cura entre os Estágios é realizada através da análise do prazo médio de regularização observado para cada agrupamento de produto com base na quantidade de parcelas pagas. A análise utiliza-se da observância de 5 safras de operações.

Da análise das safras, considerando os critérios acima, foi gerado de um número médio de parcelas pagas

Notas Explicativas BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 *Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

no período de observação em cada agrupamento de produto, número esse que foi aplicado na realização da Cura.

b) Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

3.5. Operações compromissadas

As operações compromissadas são realizadas no Mercado de Balcão das Instituições do SFN – Sistema Financeiro Nacional em que o Banco, ao vender os títulos, assume o compromisso de recomprá-los em data prefixada e mediante o pagamento de juros prefixados. Em contrapartida, o comprador deve assumir o compromisso irreversível de revender o título na data do vencimento do compromisso pelo preço fixado.

Aplica-se também às aplicações efetuadas em outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros.

3.6. Ativos não correntes mantidos para venda

São compostos por bens Imóveis, Máquinas e Equipamentos e Veículos não utilizados operacionalmente, designados para venda ou recebidos por dação em pagamento, nos termos da IFRS 5.

São reconhecidos, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

3.7. Ativos tangíveis

3.7.1. Propriedades para investimento

As Propriedades para investimento referem-se a Terrenos e Empreendimentos constituídos pelo Banco e estão registradas pelo custo de aquisição e sendo depreciadas pelo prazo da vida útil dos imóveis com base na vida útil do ativo.

3.7.2. Imobilizado de uso

O Imobilizado de uso inclui Imóveis, Móveis e utensílios, Equipamentos e Sistemas de comunicação, Sistemas de processamento de dados, Sistemas de segurança e Veículos.

Todo o imobilizado está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens.

Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.7.3. Imobilizado de Arrendamento (Arrendatário)

- Arrendamentos financeiros: Os arrendamentos financeiros do imobilizado, são aqueles nos quais o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, e são capitalizados no início

Notas Explicativas BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

- Arrendamentos operacionais: O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos à valor presente nas Demonstrações Financeiras do MB como um “Ativo de direito de uso” em contrapartida ao “Passivo de arrendamento” que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os Ativos de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais no Resultado.

3.7.4. Ativos intangíveis

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de soluções tecnológicas.

Os gastos com desenvolvimento de soluções tecnológicas são reconhecidos como ativo intangível somente se:

- Potencialmente este ativo seja capaz de gerar receita na venda de produtos ou serviços, redução de custos e/ou outros benefícios resultantes de sua utilização.
- O custo deste ativo puder ser mensurado com segurança.
- Este ativo puder ser identificado individualmente ou em grupo.
- O controle, sobre este ativo, dos direitos legais de usufruir os benefícios econômicos futuros esteja com o Banco.

São registrados pelo custo de aquisição ou, conforme o caso, pelos gastos realizados diretamente no processo de desenvolvimento interno do referido ativo.

A amortização dos ativos intangíveis foi calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida entre 3 e 5 anos.

3.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de perda do valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.9. Outros ativos

Este item inclui os saldos de outros valores e bens não incluídos em outros itens, tais como adiantamentos, rendas a receber, o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, entre outros.

3.10. Provisões, ativos e passivos contingentes

O controle das contingências ativas e passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes: são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.
- Provisões: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Tais processos têm seus

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 *Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

3.11. Reconhecimento de receitas e despesas

As Receitas são reconhecidas na medida em que ocorre a transferência do controle dos bens ou serviços para os clientes, pelo valor que o Banco espera ter direito a receber, levando-se em consideração os seguintes critérios:

- Receita de juros, despesa de juros e similares: Receita de juros, despesa de juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Dividendos recebidos de outras empresas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los surgir para as entidades consolidadas.
- Taxas e comissões: Receitas e despesas de taxas e comissões são reconhecidas na demonstração do resultado quando o Banco fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que espera receber em troca desses serviços. Desta forma, os principais critérios levados em consideração são:
 - As receitas e despesas de taxas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
 - As receitas e despesas de taxas e comissões, resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo, são diferidas no prazo dessas operações.
- Demais receitas e despesas: As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência à medida em que ocorre a transferência de bens ou serviços pactuados pelo valor que reflita a contraprestação à qual o Banco espera ter direito.

3.12. Impostos e contribuições

a) Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

b) Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. Com a edição da referida norma, a alíquota da contribuição social foi majorada em 5%, passando para 25% no período de julho a dezembro de 2021, para o setor bancário.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 *Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

3.13. Garantias financeiras prestadas

No Banco, identificam-se como garantias financeiras prestadas os serviços prestados de Fiança, cuja análise quanto à evidência objetiva de *impairment* é realizada em conjunto com os ativos financeiros conforme descrito na nota nº 3.4.5.

Não foram identificadas operações de garantia financeira sem contraprestações. Nos casos em que há contraprestação, no reconhecimento inicial as operações são mensuradas pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas pelo maior valor entre o montante inicial, deduzida a amortização acumulada, e a melhor estimativa do montante necessário para liquidar a garantia caso o desembolso seja considerado como provável. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia. Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado, na conta "Perdas com ativos financeiros".

3.14. Outros passivos

Foram registrados em Outros Passivos as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

3.15. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no Patrimônio Líquido.

3.16. Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 22.4.).

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos da IAS 33 – Lucro por ação.

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

3.17. Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.706/18 da seguinte forma:

- Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de Lucros acumulados.
- Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

3.18. Dividendos

O pagamento de dividendo obrigatório é realizado em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada exercício, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social. Os juros sobre o capital próprio são imputados aos dividendos mínimos.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% para o Banco Mercantil do Brasil S.A., Mercantil do Brasil Financeira S.A. e Mercantil do Brasil Corretora S.A. e de 7% para o Banco Mercantil de

Notas Explicativas BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 *Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

Investimentos S.A., sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

3.19. Benefícios a empregados

O Banco é patrocinador da CAVA - Caixa de Assistência "Vicente de Araújo", entidade de previdência complementar fechada sem fins lucrativos, que atua na modalidade de plano de benefício definido (vide nota nº 25.).

O Banco registra as mensurações do ativo ou passivo de benefício definido líquido em outros resultados abrangentes em conformidade com a IAS 19 – Benefícios a Empregados.

4. Novas normas e alterações e interpretações

Normas ou interpretações novas ou revisadas emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para março de 2022. Sua aplicação ocorrerá após a data destas demonstrações financeiras:

- IFRS 17 – Contratos de Seguros: A norma, editada para substituir a IFRS 4, tem o objetivo de fornecer informações úteis nas demonstrações financeiras, ao exigir: o reconhecimento do lucro a medida da entrega dos serviços de seguros forem satisfeitos; a apresentação dos resultados dos serviços de seguros separadamente das receitas ou despesas de financiamento de seguros; bem como determinar que uma entidade estabeleça uma política contábil de reconhecimento, ou não, de todas as receitas ou despesas financeiras de seguros no resultado ou reconhecer parte dessas receitas ou despesas em outros resultados abrangentes. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há no Banco operações sujeitas à aplicação da norma.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

a) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

O Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos.

Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.

Essas evidências podem incluir dados observáveis indicando que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. As estimativas são baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração do risco de crédito. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda esperada.

A metodologia para apuração da Perda esperada dos empréstimos e financiamentos foi implementada através do estudo da carteira, estratificada por agrupamento de produtos. Em cada estrato, são utilizadas safras de originação e/ou estoque como base para o cálculo da Perda esperada.

O Banco utiliza modelos estatísticos para o cálculo dos percentuais de Perda esperada

Notas Explicativas BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022 *Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

Para a apuração dos percentuais de Perda esperada, a carteira de operações de crédito é estratificada nos três estágios, Estágio 1 caracterizado pela carteira de menor risco, Estágio 2 quando as operações apresentem um aumento significativo do risco e Estágio 3 quando há evidências que a operações são irrecuperáveis.

Nesse processo, as métricas utilizadas são:

- *Probability of Default* (PD): Probabilidade de a operação entrar em situação de perda em um determinado horizonte de tempo.
- *Exposure at Default* (EAD): A exposição da Instituição Financeira no momento da perda.
- *Loss Given Default* (LGD): O percentual desta exposição que não será recuperado em caso de ocorrência de perda.

Estes critérios serão aplicados em cada um dos estágios levando-se em consideração que, para o Estágio 1, a Perda considera um horizonte de 12 meses. Para os Estágios 2 e 3, a Perda deverá considerar o prazo médio contratual de cada produto.

Os percentuais mencionados acima são revisados periodicamente, alicerçados na base de dados histórica mais recente à época da nova análise.

b) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

Acreditamos que os métodos de avaliação são apropriados e consistentes com outros participantes do mercado, embora a adoção de outras metodologias ou premissas para determinar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes do valor justo na data base.

c) Ativos e Passivos Contingentes

As contingências do Banco são registradas quando, de acordo com estudos técnicos realizados por assessores jurídicos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de insucesso, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Conforme nota nº 3.12, os ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados.

Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros

6. Demonstração por segmentos operacionais

Por segmentos operacionais, nos termos da IFRS 8, entende-se os componentes de uma entidade sobre os quais estão disponíveis informações financeiras separadas, que são avaliadas com regularidade pelo principal tomador de decisões operacionais.

De modo geral, a apresentação de informações financeiras é exigida na mesma base que é utilizada internamente para avaliar o desempenho e decidir como alocar recursos aos segmentos operacionais.

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022***Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

Nesse contexto, o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos em conformidade com o seu Planejamento Estratégico e Mercadológico, com eventuais correções de rumos, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

Essas decisões têm como foco principal o Segmento Financeiro, que compreende, principalmente, operações de tesouraria e crédito em suas diversas modalidades, notadamente, crédito consignado, capital de giro, conta garantida, títulos descontados, crédito ao consumidor, crédito rural e câmbio, perfazendo mais de 75% do lucro, envolvendo quase a totalidade dos principais ativos e passivos das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Além da análise através de relatórios internos auxiliares, empreende-se o gerenciamento das diversas modalidades de riscos e a avaliação final de resultados ocorre de forma agrupada e no formato da Demonstração do Resultado.

No segmento de crédito, a análise dos resultados pondera, principalmente, o resultado de cada um dos produtos ofertados pelo Banco e o risco de crédito, de modo a se obter adequada qualidade dos ativos e margem operacional. Nas operações de tesouraria, além das diretrizes emanadas do Comitê Diretivo, a gestão segue políticas escritas, com acompanhamento diário de Comitê Especializado nessa matéria.

Além disso, são ponderados os esforços administrativos e de pessoal necessários para empreender e gerir esses segmentos.

Os demais segmentos (Outros) são complementares e estão constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

Nesses segmentos, avalia-se mensalmente o resultado obtido e a contribuição das controladas para a formação do resultado final do Banco. Eventuais ajustes são adotados no curso das atividades, quando necessários, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

O Banco atua em todo território nacional. Destaca-se a forte atuação na região Sudeste, em percentual de receita de juros, conforme quadro a seguir:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Sudeste	85%	86%
Nordeste	7%	9%
Sul	3%	1%
Centro Oeste	4%	2%
Norte	1%	2%
Total	100%	100%

O Banco dispõe de uma ampla rede de atendimento direcionada para clientes pessoas física e jurídica dos mais diversos setores (vide nota nº 2.2.).

Adicionalmente, tem-se que não há receita de juros decorrente de operações com um único cliente externo, no qual o montante tenha excedido a 10% ou mais da receita de juros do Banco.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As Demonstrações por Segmentos em BRGAAP e IFRS para a data de 31 de março de 2022 são como segue:

Descrição	Financeiras ^(I)	Outros ^(II)	Eliminação ^(III)	BRGAAP ^(IV)	Reconciliação ^(V)	IFRS
Disponibilidades	721.292	509	(507)	721.294	-	721.294
Ativos financeiros	10.983.814	248.893	(221.990)	11.010.717	96.890	11.107.607
Ativos não correntes mantidos para venda	32.151	-	-	32.151	-	32.151
Ativos fiscais correntes	153.899	5.092	-	158.991	-	158.991
Ativos fiscais diferidos	558.521	1.109	-	559.630	15.820	575.450
Investimentos em sociedades ligadas	221.768	-	(221.768)	-	-	-
Ativos tangíveis	142.038	20.222	-	162.260	410.009	572.269
Ativos intangíveis	81.258	-	-	81.258	-	81.258
Outros ativos	298.707	14.011	(224)	312.494	-	312.494
Total do Ativo	13.193.448	289.836	(444.489)	13.038.795	522.719	13.561.514
Passivos financeiros	10.945.592	-	(175.144)	10.770.448	-	10.770.448
Passivos fiscais correntes	31.904	5.280	-	37.184	60.606	97.790
Passivos fiscais diferidos	10.673	-	-	10.673	-	10.673
Provisões	277.887	11.862	-	289.749	-	289.749
Outros passivos	704.677	3.540	(225)	707.992	410.009	1.118.001
Patrimônio Líquido	1.222.715	269.154	(269.120)	1.222.749	52.104	1.274.853
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	13.193.448	289.836	(444.489)	13.038.795	522.719	13.561.514

^(I) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

^(II) Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

^(III) Representam as eliminações dos saldos de transações entre empresas do Banco.

^(IV) Refere-se aos saldos em BRGAAP, conforme normas emitidas pelo BACEN.

^(V) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS (vide nota nº 29.).

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Outros ⁽ⁱⁱ⁾	Eliminação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	BRGAAP ^(iv)	Reconciliação ^(v)	IFRS
Receita de juros	812.707	4.823	(4.383)	813.147	612	813.759
Despesa de juros	(275.377)	-	4.383	(270.994)	20.831	(250.163)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(106.290)	-	-	(106.290)	(6.333)	(112.623)
Receita líquida de juros	431.040	4.823	-	435.863	15.110	450.973
Outras Receitas/ Despesas operacionais	(373.212)	19.485	(16.562)	(370.289)	-	(370.289)
Resultado de participação em controladas	16.562	-	(16.562)	-	-	-
Receita de Prestação de Serviços	68.428	31.862	(1.672)	98.618	-	98.618
Despesas de pessoal	(121.740)	(5.386)	-	(127.126)	-	(127.126)
Despesas administrativas	(211.012)	(7.392)	1.725	(216.679)	(12.309)	(228.988)
Outras receitas operacionais	53.878	594	(53)	54.419	23.363	77.782
Outras despesas operacionais	(179.328)	(193)	-	(179.521)	(11.054)	(190.575)
Lucro operacional antes da tributação	57.828	24.308	(16.562)	65.574	15.110	80.684
Imposto de renda e contribuição social	(10.685)	(7.746)	-	(18.431)	(6.776)	(25.207)
Lucro Líquido do exercício	47.143	16.562	(16.562)	47.143	8.334	55.477
Lucro atribuível à controladora	47.117	16.562	(16.562)	47.117	8.291	55.408
Lucro atribuível aos não controladores (minoritários)	26	-	-	26	43	69

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Representam as eliminações dos saldos de receitas e despesas entre empresas do Banco.

^(iv) Refere-se ao resultado em BRGAAP conforme normas emitidas pelo BACEN.

^(v) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS (vide nota nº 29.).

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As Demonstrações por Segmentos em BRGAAP e IFRS Patrimoniais para a data de 31 de dezembro de 2021 e de Resultado para 31 de março de 2021 são como segue:

Descrição	Financeiras ^(I)	Outros ^(II)	Eliminação ^(III)	BRGAAP ^(IV)	Reconciliação ^(V)	IFRS
Disponibilidades	984.730	1.525	(1.522)	984.733	-	984.733
Ativos financeiros	10.126.460	251.017	(224.696)	10.152.781	81.779	10.234.560
Ativos não correntes mantidos para venda	32.409	-	-	32.409	-	32.409
Ativos fiscais correntes	84.766	5.290	-	90.056	-	90.056
Ativos fiscais diferidos	607.451	-	-	607.451	12.984	620.435
Investimentos em sociedades ligadas	205.207	-	(205.207)	-	-	-
Ativos tangíveis	151.157	20.615	-	171.772	422.485	594.257
Ativos intangíveis	81.720	-	-	81.720	-	81.720
Outros ativos	359.524	13.464	(17.740)	355.248	-	355.248
Total do Ativo	12.633.424	291.911	(449.165)	12.476.170	517.248	12.993.418
Passivos financeiros	10.409.705	-	(178.866)	10.230.839	-	10.230.839
Passivos fiscais correntes	36.520	5.814	-	42.334	50.995	93.329
Passivos fiscais diferidos	7.477	-	-	7.477	-	7.477
Provisões	268.615	11.724	-	280.339	-	280.339
Outros passivos	739.672	21.781	(17.740)	743.713	422.484	1.166.197
Patrimônio Líquido	1.171.435	252.592	(252.559)	1.171.468	43.769	1.215.237
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	12.633.424	291.911	(449.165)	12.476.170	517.248	12.993.418

^(I) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

^(II) Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

^(III) Representam as eliminações dos saldos de receitas e despesas entre empresas do Banco.

^(IV) Refere-se ao resultado em BRGAAP conforme normas emitidas pelo BACEN.

^(V) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS (vide nota nº 29.).

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Financeiras ^(I)	Outros ^(II)	Eliminação ^(III)	BRGAAP ^(IV)	Reconciliação ^(V)	IFRS
Receita de juros	561.559	337	(583)	561.313	(2.464)	558.849
Despesa de juros	(105.535)	-	583	(104.952)	8.048	(96.904)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(56.848)	-	-	(56.848)	(6.387)	(63.235)
Receita líquida de juros	399.176	337	-	399.513	(803)	398.710
Outras Receitas/ Despesas operacionais	(326.947)	16.823	(14.412)	(324.536)	-	(324.536)
Resultado de participação em controladas	14.417	-	(14.417)	-	-	-
Resultado líquido de taxas e comissões	57.127	23.812	(957)	79.982	-	79.982
Despesas de pessoal	(125.358)	(3.492)	-	(128.850)	-	(128.850)
Despesas administrativas	(176.758)	(3.715)	1.003	(179.470)	(30.992)	(210.462)
Outras receitas operacionais	24.808	1.270	(46)	26.032	30.992	57.024
Outras despesas operacionais	(121.183)	(1.052)	5	(122.230)	-	(122.230)
Lucro operacional antes da tributação	72.229	17.160	(14.412)	74.977	(803)	74.174
Imposto de renda e contribuição social	(20.796)	(2.744)	-	(23.540)	377	(23.163)
Lucro Líquido do exercício	51.433	14.416	(14.412)	51.437	(426)	51.011
Lucro atribuível à controladora	51.241	14.412	(14.412)	51.241	(446)	50.795
Lucro atribuível aos não controladores (minoritários)	192	4	-	196	20	216

^(I) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

^(II) Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

^(III) Representam as eliminações dos saldos de receitas e despesas entre empresas do Banco.

^(IV) Refere-se ao resultado em BRGAAP conforme normas emitidas pelo BACEN.

^(V) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS (vide nota nº 29.).

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
*Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma***7. Caixas e equivalentes de Caixa**

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Disponibilidades	721.294	984.733
Aplicações interfinanceiras de liquidez	607.071	227.844
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	529.980	221.788
Aplicações em depósitos interfinanceiros	77.091	6.056
Total - Circulante	1.328.365	1.212.577

8. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**8.1. Composição dos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Descrição	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Perda esperada ⁽¹⁾	Valor justo
Mar / 2022				
Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP	225	9.224	-	9.449
Cotas de fundos de investimento	17.472	-	-	17.472
Cotas de fundos em participações	5.494	1	-	5.495
Cotas de fundo Imobiliário	25.925	10.557	-	36.482
Cotas de fundos de participação de negociação e membro de compensação	5.012	-	-	5.012
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA	11.936	-	(60)	11.876
Certificado de recebíveis do agronegócio	110.612	100	(415)	110.297
Certificado de recebíveis imobiliários	29.968	(3)	(52)	29.913
Letras financeiras do tesouro	681.488	-	(164)	681.324
Debêntures	19.165	-	(8.439)	10.726
Total	907.297	19.879	(9.130)	918.046
Circulante				138.385
Não circulante				779.661

Descrição	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Perda esperada ⁽¹⁾	Valor justo
Dez / 2021				
Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP	225	9.034	-	9.259
Cotas de fundos de investimento	16.984	-	-	16.984
Cotas de fundos em participações	5.456	-	-	5.456
Cotas de fundo Imobiliário	27.555	8.047	-	35.602
Cotas de fundos de participação de negociação e membro de compensação	4.882	-	-	4.882
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	15.958	-	(80)	15.878
Certificado de recebíveis do agronegócio	91.086	-	(380)	90.706
Certificado de recebíveis imobiliários	30.356	-	(55)	30.301
Letras financeiras do tesouro	946.067	(1.889)	-	944.178
Debêntures	20.664	-	(8.455)	12.209
Total	1.159.233	15.192	(8.970)	1.165.455
Circulante				410.386
Não circulante				755.069

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

⁽¹⁾ A Perda Esperada é calculada mediante aplicação do fator de provisionamento de risco de crédito conforme metodologia de avaliação de risco para ativos ilíquidos conforme Manual de Crédito, e registrada na rubrica Outras Despesas Operacionais.

Títulos / Vencimentos	Mar / 2022	Dez / 2021
Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP	9.449	9.259
Indeterminado	9.449	9.259
Cotas de fundos de investimento	17.472	16.984
Indeterminado	17.472	16.984
Cotas de fundos em participações	5.495	5.456
Indeterminado	5.495	5.456
Cotas de fundos de participante de negociação e membro de compensação	5.012	4.882
Acima de 5 anos	5.012	4.882
Cotas de fundo imobiliário	36.482	35.602
Acima de 5 anos	36.482	35.602
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	11.876	15.878
Até 1 ano	5.972	7.012
De 1 a 5 anos	5.904	8.866
Certificado de recebíveis do agronegócio - CRA	110.297	90.706
Até 1 ano	22.011	17.098
De 1 a 5 anos	88.286	73.608
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	29.913	30.301
Até 1 ano	4.469	1.967
De 1 a 5 anos	9.875	12.331
Acima de 5 anos	15.569	16.003
Letras financeiras do tesouro – LFT	681.324	944.178
Até 1 ano	76.531	355.485
De 1 a 5 anos	604.793	533.241
Acima de 5 anos	-	55.452
Debêntures	10.726	12.209
Até 1 ano	6.436	6.384
De 1 a 5 anos	4.290	5.825
Total	918.046	1.165.455

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado, utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP foram registradas de acordo o valor atual do Patrimônio social da CIP conforme informado pela *Clearing* na data de fechamento.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica.

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 117.989 (R\$ 200.799 em dezembro de 2021), representados por Letras Financeiras do Tesouro.

8.2. Provisão para perdas esperadas (Impairment)

A perda esperada segregada por estágios, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Descrição	Dez / 2021	Ganhos/ Perdas	Compras	Liquidações	Mar / 2022
Estágio 1	624	(34)	100	(70)	620
Debêntures	109	4		(20)	93
CRA	380	(43)	100	(22)	415
CDCA	80	3		(23)	60
CRI	55	2		(5)	52
Estágio 3	8.346	-	-	-	8.346
Debêntures	8.346	-	-	-	8.346
Total Geral	8.970	(34)	100	(70)	8.966
Debêntures	8.455	4	-	(20)	8.439
CRA	380	(43)	100	(22)	415
CDCA	80	3	-	(23)	60
CRI	55	2	-	(5)	52

9. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**9.1. Derivativos**

A utilização de derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de *swap* e contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

a) Composição dos Derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Conta de Compensação			
	Valor de Referência		Valor Justo	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Contrato de Futuro – Dólar ^(I) Posição passiva - Moeda estrangeira	95	121.326	97	123.834
Contrato de Futuro – DI ^(II) Posição passiva Taxa de Juros	849.920	540.453	847.517	540.147
Contrato de Futuro – Mini Índice ^(III) Posição ativa– Ibovespa	1.035	466	1.032	468
Contrato de Futuro – DAP^(IV) Posição passiva – Taxa de Juros	183.441	9.198	183.117	9.213

^(I) A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado, diariamente, e ajustadas na B3.

^(II) A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

^(III) A operação com Contrato Futuro de Mini Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

^(IV) A operação com Futuro de cupom de IPCA (DAP) tem a finalidade de proteger as exposições do Banco relativamente às operações indexadas ao IPCA.

Os instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento são como segue:

Descrição	Mercado de Registro	Faixa de Vencimento		Valor Referencial
		De 01 a 90 dias	Acima de 360 dias	
Contrato de Futuro – Dólar	B3	95	-	95
Contrato de Futuro – DI		-	849.920	849.920
Contrato de Futuro – Mini Índice		1.035	-	1.035
Contrato de Futuro – DAP		-	183.441	183.441
Total em 31/03/2022		1.130	1.033.361	1.034.491
Total em 31/12/2021		121.792	549.651	671.443

b) Ganhos e perdas

Os Derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado em base líquida na rubrica de "Receita de Juros", os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Mar / 2022		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro –Dólar	12.759	(7.791)	4.968
Contrato de Futuro – DI	100.386	(81.669)	18.717
Contrato de Futuro – Mini Índice	250	(164)	86
Contrato de Futuro – DAP	1.795	(1.498)	297
Total em 31/03/2022 (vide nota nº 26.1.)	115.190	(91.122)	24.068
Total em 31/03/2021	79.080	(66.377)	12.703

c) Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Banco dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de valor justo, em conformidade com o Parágrafo 86 "a", da IAS 39.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos"

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais fatores de risco dos Derivativos do Banco estão relacionados com as oscilações do câmbio, e das taxas de juros para proteção de posições prefixadas e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

A efetividade das operações de *Hedge Accounting* é verificada através da projeção tanto do passivo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *Hedge Accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação das taxas de juros nas operações de *Hedge Accounting* é efetiva em relação as variações das taxas de juros sobre as operações objeto de *hedge*.

<i>Hedge Accounting</i>	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Mar / 2022	Dez / 2021	Mar / 2022	Dez / 2021
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	843.755	559.048	848.584	539.627
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	(848.574)	(539.621)	(848.574)	(539.621)

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

10. Compensação de ativos e passivos financeiros

Os acordos principais de compensação ou similares, conforme trata o IFRS 7, são aqueles onde um ativo financeiro e um passivo financeiro serão compensados, e o montante líquido apresentado nas demonstrações financeiras, quando, e somente quando, a entidade tiver um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido; e tiver a intenção tanto de liquidar em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em 31 de março de 2022 não havia no Banco acordos de compensação a serem apresentados pelo líquido, uma vez que referidos acordos somente serão compensados em caso de inadimplência da contraparte.

11. Ativos financeiros ao custo amortizado

A Composição dos Ativos financeiros ao custo amortizado é como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Depósitos compulsórios no Banco Central (vide nota nº 11.1.)	68.931	109.410
Empréstimos e financiamentos a instituições financeiras (vide nota nº 11.2.)	836.941	468.081
Empréstimos e financiamentos a clientes (vide nota nº 11.3.)	9.282.008	8.489.688
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (vide nota nº 11.4.)	1.681	1.926
Total	10.189.561	9.069.105
Circulante	4.716.434	4.020.130
Não circulante	5.473.127	5.048.975

Notas Explicativas

BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022
*Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma***11.1. Depósitos compulsórios no Banco Central**

Recolhimentos compulsórios	Mar / 2022	Dez / 2021
Sobre depósitos de poupança	30.360	69.536
Direcionamento microcrédito	38.571	39.874
Total – Circulante	68.931	109.410

11.2. Empréstimos e financiamentos a instituições financeiras

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez (vide nota nº 11.2.1.)	768.548	409.878
Títulos e créditos a receber (vide nota nº 11.2.2.)	53.296	53.899
Negociação e Intermediação de Valores	717	3.391
Relações Interfinanceira	13.864	19
Relações Interdependências	516	894
Total	836.941	468.081
Circulante	754.038	436.244
Não circulante	82.903	31.837

11.2.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Aplicações no mercado aberto	600.000	328.004
Posição bancada	529.980	221.788
Letras financeiras do tesouro	145.731	156.707
Letras do tesouro nacional	344.253	65.081
Notas do Tesouro Nacional	39.996	-
Posição financiada	70.020	106.216
Letras financeiras do tesouro	54.274	43.298
Letras do tesouro nacional	15.746	62.918
Aplicações em depósitos interfinanceiros	168.548	81.874
Total	768.548	409.878
Circulante	727.569	379.128
Não circulante	40.979	30.750

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “captação no mercado aberto”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

O Banco possui política de crédito para avaliação e estabelecimento de limites para as operações com ativos e passivos financeiros.

As aplicações em Operações Compromissadas referem-se, basicamente, a aplicações no mercado aberto que estão lastreadas em títulos públicos. Desta forma, o Banco está autorizado a vender referidos títulos, em caso de inadimplemento e, portanto, não se vislumbra um cenário de risco de crédito de contraparte.

As aplicações em Depósitos Interfinanceiros seguem a política de crédito que prevê a análise semestral das contrapartes e utiliza, inclusive, as classificações de *ratings* emitidas por empresas independentes.

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
*Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma***11.2.2. Títulos e créditos a receber**

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Créditos a receber	3.937	3.881
Precatórios	16.102	16.834
Direitos creditórios	27.592	27.592
Títulos de capitalização	5.485	5.485
Outros	180	107
Total	53.296	53.899
Circulante	11.372	52.812
Não circulante	41.924	1.087

No período os Títulos e Créditos a Receber estão apresentados líquidos de provisão no montante de R\$ 10.700 (R\$ 10.700 em dezembro de 2021).

11.3. Empréstimos e financiamentos a clientes

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Operações de crédito	9.559.239	8.762.174
Outros créditos	282.781	252.855
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	-	24.151
Devedores por compra de valores e bens	48.550	49.632
Valores a receber relativos a transações de pagamentos ⁽¹⁾	115.861	123.489
Títulos e créditos a receber	118.370	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	55.583
Subtotal	9.842.020	9.015.029
Ajuste a valor de mercado operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	4.829	(19.421)
Total Operações de Crédito	9.846.849	8.995.608
(-) Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos	(564.841)	(505.920)
Total líquido dos empréstimos e financiamentos a clientes	9.282.008	8.489.688
Circulante	3.893.465	3.474.476
Não circulante	5.388.543	5.015.212

⁽¹⁾ Refere-se aos valores devidos pelos clientes referentes às compras efetuadas em cartões de crédito. Os respectivos valores a serem repassados para a administradora de cartão estão registrados em conta do passivo (vide nota nº 21.2.).

11.3.1. Composição dos empréstimos e financiamentos a clientes

Classificação por Setor				
Descrição	Mar / 2022	%	Dez / 2021	%
Pessoa física	8.837.965	89,80	8.038.467	89,17
Pessoa jurídica	1.004.055	10,20	976.562	10,83
Construção civil	169.445	1,72	167.857	1,86
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	58.827	0,60	69.270	0,77
Biocombustíveis e açúcar	75.826	0,77	59.953	0,67
Siderurgia	125.389	1,27	85.588	0,95
Prestação de serviços	159.786	1,62	159.906	1,77
Alimentos	49.794	0,51	52.952	0,59
Educação	26.008	0,26	21.494	0,24
Transporte de cargas e logística	25.335	0,26	20.373	0,23
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	168.946	1,72	161.507	1,79
Bebidas	26.155	0,27	27.482	0,30
Outros	118.544	1,20	150.180	1,66
Total	9.842.020	100,00	9.015.029	100,00

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Classificação por vencimento		
Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
A vencer	9.542.179	8.806.362
Até 1 ano	3.860.559	3.508.973
Acima de 1 ano	5.681.620	5.297.389
Vencidas	299.841	208.667
Até 1 ano	299.008	207.449
Acima de 1 ano	833	1.218
Total	9.842.020	9.015.029

Classificação por produtos	Mar / 2022		Dez / 2021	
	Total	%	Total	%
Crédito consignado INSS	4.803.340	48,80	4.845.563	53,76
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	1.866.654	18,97	1.692.120	18,78
Empréstimo FGTS	872.375	8,86	219.412	2,43
Capital de giro	612.041	6,22	625.127	6,93
Crédito consignado público	596.575	6,06	573.535	6,36
Cartão de crédito consignado	262.861	2,67	263.424	2,92
Crédito pessoal	156.622	1,59	168.651	1,87
Renegociação	138.104	1,40	148.896	1,65
Cartão de crédito	92.171	0,94	90.969	1,01
Câmbio	-	-	79.734	0,88
Crédito rural	72.309	0,73	71.394	0,79
Cheque especial	79.835	0,81	69.545	0,77
Crédito imobiliário	46.823	0,48	47.033	0,52
Conta Garantida	18.349	0,19	19.379	0,21
Cheque empresa	18.051	0,18	12.446	0,14
Financiamento veículos - CDC	8.127	0,08	7.172	0,08
Outros	197.783	2,02	80.629	0,90
Total	9.842.020	100,00	9.015.029	100,00

A apropriação da Receita de juros dos Empréstimos e financiamentos a cliente é interrompida quando a operação entra em *impairment*, com base nos critérios detalhados na nota nº 3.4.5.

11.3.2. Provisão para perdas esperadas (Impairment)

A movimentação da Provisão para perdas esperadas (*Impairment*) é como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Empréstimos e financiamentos a clientes		
Saldos no início dos exercícios	505.920	473.233
Constituição de provisão	235.111	615.324
Reversão de provisão	(122.488)	(249.319)
Efeito no resultado	112.623	366.005
Baixa de créditos – prejuízo	(94.473)	(333.318)
Entrada por transferência	40.771	-
Saldos no final dos exercícios	564.841	505.920
Circulante	286.760	222.401
Não circulante	278.081	283.519

Os créditos recuperados contemplam, basicamente, o recebimento dos créditos baixados como prejuízos, no montante de R\$ 13.048 (R\$ 16.573 de março de 2021) (vide nota nº 27.4.), acrescidos dos encargos monetários, no montante de R\$ 2.011 (R\$ 3.351 em março de 2021) (vide nota nº 26.1.), totalizando em R\$ 15.059 (R\$ 19.924 em 31 de março de 2021).

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir a composição da perda esperada segregada por estágios:

Estágio 1	Dez / 2021	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 2	Transferência para o Estágio 3	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2022
Pessoa Física	69.265	431	(2.892)	(14.393)	22.416	74.827
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	29.255	330	(1.944)	(2.083)	5.739	31.297
Crédito consignado INSS	25.591	53	(770)	(11.679)	14.477	27.672
Crédito consignado público	4.826	14	-	(329)	366	4.877
Cartão de crédito consignado	1.100	29	(58)	(157)	71	985
Conta garantida	41	-	-	-	(28)	13
Rotativo PF	7.804	-	(98)	(129)	1.506	9.083
Cartão de crédito	48	5	(1)	(6)	1	47
Crédito pessoal	183	-	(11)	(3)	40	209
Outros	417	-	(10)	(7)	244	644
Pessoa Jurídica	2.935	59	(15)	(1)	(402)	2.576
Capital de giro	1.719	1	(2)	-	(178)	1.540
Conta garantida	401	2	-	-	(95)	308
Cheque empresa	409	13	(13)	(1)	(92)	316
Cartão de crédito	93	43	-	-	(30)	106
Outros	313	-	-	-	(7)	306
Total	72.200	490	(2.907)	(14.394)	22.014	77.403

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Estágio 2	Dez / 2021	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 3	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2022
Pessoa Física	24.842	3.053	(181)	(20.780)	22.436	29.370
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	17.661	2.093	(117)	(15.001)	15.531	20.167
Crédito consignado INSS	6.262	778	(35)	(5.311)	6.389	8.083
Cartão de crédito consignado	210	58	(25)	(1)	(38)	204
Rotativo PF	445	98	-	(291)	356	608
Cartão de Crédito	79	1	(4)	(18)	44	102
Crédito Pessoal	54	15	-	(42)	49	76
Outros	131	10	-	(116)	105	130
Pessoa Jurídica	26.034	15	(59)	(13.822)	(2.956)	9.212
Capital de giro	7.027	2	(1)	-	(3.346)	3.682
Crédito rural	4.795	-	-	-	76	4.871
Conta garantida	279	-	(2)	-	11	288
Cheque empresa	52	13	(13)	(7)	305	350
Cartão de Crédito	71	-	(43)	(5)	(3)	20
Outros	13.810	-	-	(13.810)	1	1
Total	50.876	3.068	(240)	(34.602)	19.480	38.582

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Estágio 3	Dez / 2021	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 2	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2022
Pessoa Física	239.623	35.173	(250)	(161)	(18.402)	255.983
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	133.821	17.085	(212)	(149)	(12.557)	137.988
Crédito consignado INSS	61.869	16.990	(19)	(8)	(7.289)	71.543
Crédito consignado público	14.337	329	(14)	-	3.091	17.743
Crédito rural	348	-	-	-	-	348
Cartão de crédito consignado	4.413	158	(4)	-	188	4.755
Rotativo PF	3.472	420	-	-	714	4.606
Cartão de crédito	1.096	24	(1)	-	(335)	784
Crédito pessoal	640	45	-	(4)	(127)	554
Outros	4.849	122	-	-	296	5.267
Renegociação	14.778	-	-	-	(2.383)	12.395
Pessoa Jurídica	143.221	13.823	-	-	35.829	192.873
Capital de giro	20.183	-	-	-	(912)	19.271
Conta garantida	161	-	-	-	(2)	159
Cheque empresa	343	8	-	-	10	361
Cartão de Crédito	37	5	-	-	38	80
Outros	120.770	13.810	-	-	38.261	172.841
Renegociação	1.727	-	-	-	(1.566)	161
Total	382.844	48.996	(250)	(161)	17.427	448.856

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Total Geral	Dez / 2021	Constituição / (Reversão) / Baixa	Mar / 2022
Pessoa Física	333.730	26.450	360.180
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	180.737	8.715	189.452
Crédito consignado INSS	93.722	13.576	107.298
Crédito consignado público	19.163	3.457	22.620
Crédito rural	348	-	348
Cartão de crédito consignado	5.723	221	5.944
Conta garantida	41	(28)	13
Rotativo PF	11.721	2.576	14.297
Cartão de crédito	1.223	(290)	933
Crédito pessoal	877	(38)	839
Outros	5.397	644	6.041
Renegociação	14.778	(2.383)	12.395
Pessoa Jurídica	172.190	32.471	204.661
Capital de giro	28.929	(4.436)	24.493
Crédito rural	4.794	77	4.871
Conta garantida	841	(86)	755
Cheque empresa	804	223	1.027
Cartão de crédito	201	5	206
Outros	134.894	38.254	173.148
Renegociação	1.727	(1.566)	161
Total	505.920	58.921	564.841

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 3.4.5.):

Impairment por grupo de avaliação da evidência objetiva de perda		
Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Créditos avaliados individualmente	88.906	91.175
Créditos avaliados coletivamente	475.935	414.745
Total	564.841	505.920

11.3.3. Operações cedidas

a) Operações de crédito cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em março de 2022 e dezembro de 2021, referidas posições estavam representadas conforme abaixo.

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente	459.672	216.211
Circulante	118.499	55.928
Não circulante	341.173	160.283
Saldo das obrigações assumidas – a valor presente	494.650	226.402
Circulante	120.840	56.620
Não circulante	373.810	169.782

b) Operações de crédito cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios

O Banco realizou também operações de cessão de créditos na modalidade de operações sem retenção substancial dos riscos e benefícios e, portanto, foram baixadas do ativo. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no Resultado.

As receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, totalizaram o montante de R\$ 29.308 (R\$ 50.378 em março de 2021), em conformidade com a IFRS 9, para o montante cedido de R\$ 176.218 (R\$ 215.737 em março de 2021) a valor presente.

As despesas com operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a IFRS 9, no montante de R\$ 13.328 (R\$ 161 em março de 2021).

11.4. Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

Descrição	Mar / 2022		Dez / 2021	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC	1.681	1.681	1.926	1.926

Descrição	Custo amortizado	
	Mar / 2022	Dez / 2021
Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC	1.681	1.926
De 2 a 3 anos	1.681	1.926

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

As cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) referem-se a cotas subordinadas adquiridas pela controlada "Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado são testados por *impairment* (conforme nota explicativa nº 3.4.5.). Em 31 de março de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram perdas do valor recuperável para referidos ativos.

12. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Com base no IFRS 13, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser mensurados utilizando-a hierarquia de valor justo conforme nota 3.4.2.c.

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes:

- Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).
- Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, o Banco utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente, por Cotas de Fundos de Investimentos, Fundos em Participações e Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação da B3.
- Nível 3: Para determinados títulos, o Banco dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente, e são compostos, principalmente, por Debêntures, CRI e CRA e FIDC.

b) Derivativos:

- Nível 2: Para mensuração dos derivativos, o Banco estima o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros		
Descrição	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	774.084	774.084
Títulos e Valores Mobiliários	690.773	690.773
Cotas de Participação	9.449	9.449
Letras Financeiras do Tesouro	681.324	681.324
Depósitos compulsórios no Banco Central	68.931	68.931
Relações interfinanceiras	13.864	13.864
Relações interdependências	516	516
Nível 2	10.132.548	10.676.865
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	768.548	768.548
Aplicações no mercado aberto	600.000	600.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	168.548	168.548
Títulos e créditos a receber	53.296	53.296
Negociação e Intermediação de Valores	717	717
Títulos e Valores mobiliários	27.979	27.979
Cotas de Fundos de Investimento	17.472	17.472
Cotas de Fundos em Participações	5.495	5.495
Cotas de Fundos de Particip. de Negociação e Membro de Compensação	5.012	5.012
Operações de Crédito e Outros Créditos	9.282.008	9.826.325
Nível 3	200.975	200.975
Títulos e Valores mobiliários	200.975	200.975
Certificado Recebíveis do Agronegócio	110.297	110.297
Certificado Recebíveis Imobiliários	29.913	29.913
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	11.876	11.876
Debêntures	10.726	10.726
Cotas de Fundos Imobiliário	36.482	36.482
FIDC	1.681	1.681
Total em 31/03/2022	11.107.607	11.651.924
Total em 31/12/2021	10.193.790	10.566.280

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos Financeiros		
Descrição	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	715.281	715.281
Depósitos	715.281	715.281
à vista	497.008	497.008
poupança	218.273	218.273
Nível 2	854.465	854.465
Captações no Mercado Aberto	70.020	70.020
Depósitos Interfinanceiros	188.481	188.481
Relações Interfinanceiras	98.761	98.761
Relações Interdependências	2.553	2.553
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	494.650	494.650
Nível 3	9.200.702	9.191.752
Depósitos	8.623.829	8.614.997
a prazo	8.620.937	8.612.105
outros	2.892	2.892
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	116.104	116.104
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	460.769	460.651
Total em 31/03/2022	10.770.448	10.761.498
Total em 31/12/2021	10.230.839	10.227.664

13. Ativos não correntes mantidos para venda

Descrição	Imóveis	Veículos e afins	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	60.237	313	2	60.552
Adições	-	2	-	2
(-) Baixas	(3.312)	-	-	(3.312)
Subtotal em 31/03/2022	56.925	315	2	57.242
(-) Provisão (impairment) em 31/12/2021	(28.128)	(15)	-	(28.143)
(-) Adições	-	-	(2)	(2)
Baixas	3.054	-	-	3.054
(-) Subtotal em 31/03/2022	(25.074)	(15)	(2)	(25.091)
Saldo Líquido em 31/03/2022	31.851	300	-	32.151

Os ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado usando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes, encontrando-se, dessa forma, no Nível 3 da hierarquia de valor justo.

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
*Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma***14. Ativos Fiscais****14.1. Correntes**

Foram classificados como ativos fiscais correntes as antecipações de imposto de renda e contribuição social, efetuadas de acordo com a legislação vigente e são compostos por:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) ⁽ⁱ⁾	8.044	7.972
IRPJ - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	65.004	20.088
CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	29.784	11.326
IRPJ / CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	15.100	9.950
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.060	1.561
Antecipação IRPJ/CSLL	38.216	35.245
INSS	12	3.653
Outros	771	261
Total geral	158.991	90.056
Circulante	41.787	38.753
Não circulante	117.204	51.303

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 14.726, MB consolidado R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Muito embora exista trânsito em julgado nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09. Não obstante a classificação de risco remoto de referidos processos, o Banco considerou adequado contratar seguro garantia – fiança para o caso de eventual necessidade de garantir o juízo em face de ação judicial (vide nota nº 17.2.)

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado.

Em setembro de 2021, a não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito. O ativo advindo desta discussão foi reconhecido contabilmente, nos termos do ICPC 22 e Circular IBRACON 09/2021.

No período, em decorrência do reprocessamento das bases tributárias de IR/CS, conforme parecer de consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os débitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado de IR/CS, o Banco reconheceu Impostos a Compensar no montante de R\$ 34.655 decorrentes da reclassificação dos créditos tributários (vide nota nº 28.), bem como da atualização monetária realizada no período no montante de R\$ 28.843 (vide nota nº 27.4.).

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
*Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma***Créditos a recuperar “sub judice”**

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que foi pago a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 20.805 (R\$ 20.607 em dezembro de 2021).

14.2. Diferidos

Compõem o grupo Ativo Fiscal Diferido os tributos recuperáveis, incidentes sobre lucros e receitas tributáveis em períodos futuros, de acordo com a IAS 12.

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Imposto de renda		
Base de cálculo	1.275.191	1.376.131
Prejuízo fiscal	174.909	258.788
Diferenças temporárias	1.100.282	1.117.343
Total do efeito do imposto de renda	318.799	344.033
Contribuição social		
Base de cálculo	1.295.739	1.392.348
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	1.071.654	28.878
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	25.367	1.081.485
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	3.262	6.979
Base negativa à alíquota de 15%	17.668	17.091
Base negativa à alíquota de 20%	177.788	257.915
Total do efeito da contribuição social	256.651	276.402
Total – Não circulante	575.450	620.435

b) Movimentação dos créditos tributários nos períodos:

Crédito tributário	Imposto de renda		Contribuição social	
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Diferenças temporárias	Base negativa
Saldos em 31/12/2021	279.335	64.698	222.257	54.145
Constituição	70.371	3.456	55.722	3.440
Realização	(74.636)	(24.425)	(59.534)	(19.379)
Efeito líquido no resultado	(4.265)	(20.969)	(3.812)	(15.939)
Saldos em 31/03/2022	275.070	43.729	218.445	38.206
Total	318.799		256.651	
Total Geral	575.450			

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 111.720 (R\$ 106.830 em dezembro de 2021) e estão ativados com realização prevista até 2026.

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, como segue:

Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022**
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Exercícios	Realização do crédito tributário			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
			Mar / 2022	Dez / 2021
2022	78.049	62.041	140.090	217.886
2023	81.950	64.944	146.894	103.289
2024	33.810	26.750	60.560	60.563
2025	4.633	2.834	7.467	21.896
2026	92.653	72.743	165.396	24.075
2027 a 2029	27.699	25.220	52.919	192.726
2030 a 2031	5	2.119	2.124	-
Total	318.799	256.651	575.450	620.435

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na IAS 12, na Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02, Instrução Normativa SRF nº 213/02 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2021 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

O Banco é titular de créditos tributários a realizar sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado. A não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

No primeiro trimestre de 2022, o Banco realizou o reprocessamento das bases tributárias, conforme parecer de consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indêbitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado de IR/CS. Como consequência do reprocessamento, o Banco estornou os créditos tributários registrados no montante de R\$ 37.968 milhões (vide nota nº 28.).

Notas explicativas da administração às informações trimestrais consolidadas em 31 de março de 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Ativos tangíveis

Os Ativos tangíveis são como segue:

Descrição	Sistema de processamento de dados	Instalações e imóveis de uso	Propriedades para investimentos ⁽¹⁾	Móveis e equipamentos de uso	Imobilizado de arrendamento (vide nota nº 15.1.)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	158.328	118.290	9.547	79.050	1.219.770	5.413	1.590.398
Adições	25	348	-	434	23.363	282	24.452
Entradas por transferências	1.783	-	-	41	-	-	1.824
Saída por transferências	-	-	-	-	-	(1.824)	(1.824)
(-) Baixa	(145)	(1.512)	-	(217)	(1.349)	-	(3.223)
Subtotal em 31/03/2022	159.991	117.126	9.547	79.308	1.241.784	3.871	1.611.627
(-) Depreciação em 31/12/2021	(91.673)	(57.140)	(666)	(49.334)	(797.285)	(43)	(996.141)
(-) Depreciação no período	(5.732)	(3.201)	(65)	(1.549)	(35.575)	(3)	(46.125)
Baixa	134	1.482	-	207	1.085	-	2.908
(-) Subtotal em 31/03/2022	(97.271)	(58.859)	(731)	(50.676)	(831.775)	(46)	(1.039.358)
Saldo Líquido em 31/03/2022	62.720	58.267	8.816	28.632	410.009	3.825	572.269

⁽¹⁾ O valor justo dos bens monta a R\$ 53.846 e se baseia em laudos de avaliação emitido por avaliador independente.

Notas Explicativas

15.1. Imobilizado de arrendamento

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Bens de direito de uso	1.185.208	1.163.196
(-) Depreciação acumulada de bens de direito de uso	(775.199)	(740.711)
Total Arrendamento operacional	410.009	422.485

Os Bens de Direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de Imóveis para utilização operacional, de agências e postos de atendimento. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Consolidado.

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros dos contratos de arrendamento financeiro e operacional:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Circulante - Menos de 1 ano	96.900	102.156
Não circulante - De 1 a 5 anos	496.024	512.460
Total do passivo de arrendamento	592.924	614.616
(-) Juros Futuros	(182.915)	(192.131)
Passivo de arrendamento a valor presente	410.009	422.485

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração do Resultado:

Descrição	Mar / 2022	Mar/2021
Despesa com juros	11.054	11.212
Despesa com depreciação	35.574	51.446
Resultado líquido	46.628	62.658

No período, não houve ajuste de redução ao valor recuperável dos Bens de direito de uso.

16. Ativos intangíveis

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2021	166.490	16.380	7	13.252	196.129
Adições	5.960	196	-	107	6.263
Subtotal em 31/03/2022	172.450	16.576	7	13.359	202.392
(-) Amortização em 31/12/2021	(101.336)	(10.510)	-	(2.563)	(114.409)
(-) Amortização no período	(4.698)	(825)	-	(1.202)	(6.725)
(-) Subtotal em 31/03/2022	(106.034)	(11.335)	-	(3.765)	(121.134)
Saldo Líquido em 31/03/2022	66.416	5.241	7	9.594	81.258

Os Intangíveis em desenvolvimento possuem vida útil indefinida e, desta forma, são testados anualmente com relação à redução ao valor recuperável (*impairment*).

Notas Explicativas

17. Outros ativos

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Devedores por depósitos em garantia (vide nota nº 17.1.)	174.939	172.900
Carteira de câmbio comprado a liquidar ^(I)	-	55.735
Despesas antecipadas (vide nota nº 17.2.)	53.458	48.117
Devedores diversos (vide nota nº 17.3.)	46.074	45.234
Material em estoque	3.837	5.097
Rendas a receber	1.346	3.064
Pagamentos a ressarcir	1.608	1.597
Adiantamentos e antecipações salariais	1.195	1.123
Outros	30.037	22.381
Total	312.494	355.248
Circulante	107.096	153.260
Não circulante	205.398	201.988

^(I) No período foi realizada a reclassificação do saldo das operações de câmbio para a carteira de crédito bem como a provisão correspondente (vide nota nº 27.4.).

17.1. Devedores por depósitos em garantia

Os Devedores por Depósitos em Garantia são representados, basicamente, por depósitos judiciais e estão compostos como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Depósitos recursais trabalhistas	18.689	19.272
Depósitos judiciais trabalhistas	46.617	45.882
Depósitos judiciais fiscais	92.576	91.532
Depósitos de ações cíveis	17.057	16.214
Total – Não circulante	174.939	172.900

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisões” (vide nota nº 20.1.).

17.2. Despesas antecipadas

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Custo seguro garantia – fiança ^(I)	34.162	38.905
Demais despesas antecipadas ^(II)	19.296	9.212
Total	53.458	48.117
Circulante	30.958	26.297
Não circulante	22.500	21.820

^(I) Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

^(II) Refere-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

Notas Explicativas

17.3. Devedores diversos

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Empréstimos consignados a processar ^(I)	1.936	1.347
Cartão de Crédito ^(II)	38.430	38.954
Outros	5.708	4.933
Total - Circulante	46.074	45.234

^(I) Refere-se, basicamente, às parcelas de Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS, no individual e consolidado.

^(II) Refere-se a valores a receber, referente a compras procedidas pelos clientes do Banco.

18. Passivos financeiros ao custo amortizado

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Depósitos (vide nota nº 18.1.)	9.527.591	9.231.014
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (vide nota nº 18.2.)	460.769	435.283
Recursos de aceites e emissão de títulos (vide nota nº 18.3.)	116.104	92.029
Obrigações por operações vinculadas a cessão (vide nota nº 11.3.3.)	494.650	226.402
Captações no mercado aberto (vide nota nº 18.4.)	70.020	106.216
Outros	101.314	139.895
Total	10.770.448	10.230.839
Circulante	3.944.547	3.870.228
Não circulante	6.825.901	6.360.611

18.1. Depósitos

Descrição	Depósitos					Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Outros	Mar / 2022	Dez / 2021
Até 1 ano	497.008	218.273	97.655	2.734.086	2.892	3.549.914	3.466.984
Acima de 1 ano	-	-	90.826	5.886.851	-	5.977.677	5.764.030
Total	497.008	218.273	188.481	8.620.937	2.892	9.527.591	9.231.014

18.2. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papéis	Ano		Valor da operação	Mar / 2022	Dez / 2021
	Emissão	Vencimento			
Letra financeira subordinada - Nível II ^(I)	2016	2023	88.388	92.201	91.027
	2017	2024	115.612	126.756	123.997
	2017	2025	600	617	622
	2018	2025	68.373	76.287	75.208
	2019	2026	57.075	60.600	59.835
	2020	2027	27.045	28.190	28.208
	2021	2028	9.252	9.640	9.455
	2022	2029	19.857	20.069	-
Letra financeira subordinada - Capital complementar ^(II)	2018	Perpétua	4.300	4.475	4.322
	2019	Perpétua	25.650	26.416	26.306
	2020	Perpétua	15.000	15.518	16.303
Total Geral				460.769	435.283
Circulante				11.431	8.484
Não circulante				449.338	426.799

^(I) Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

^(II) Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

Notas Explicativas

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, monta em R\$ 414.360 (R\$ 388.352 em dezembro de 2021) dos quais R\$ 205.340 (R\$ 195.333 em dezembro de 2021) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

18.3. Recursos de aceites e emissão de títulos

Descrição	Letras de crédito do agronegócio	Letra de Crédito Imobiliário	Letras financeiras	Total	
				Mar / 2022	Dez / 2021
Até 1 ano	75.136	12.550	3.342	91.028	92.029
Acima de 1 ano	-	-	25.076	25.076	-
Total	75.136	12.550	28.418	116.104	92.029

18.4. Captações no mercado aberto

As Captações no mercado aberto são compostas, basicamente, por recompras a liquidar de carteira de terceiros no montante de R\$ 70.020 (R\$ 106.216 em dezembro de 2021).

19. Passivos fiscais

19.1. Correntes

Referem-se aos tributos devidos sobre o lucro tributável do exercício e aos encargos sociais e imposto de renda retido na fonte incidente sobre os pagamentos feitos aos funcionários e terceiros.

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Imposto de renda	36.056	32.147
Contribuição social	28.709	25.102
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.265	2.116
Impostos e contribuições sobre salários	10.483	13.980
Outros	20.277	19.984
Total –Circulante	97.790	93.329

19.2. Diferidos

Referem-se aos tributos sobre o lucro devido em exercício futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Atualização de depósitos judiciais	2.562	2.562
TVM – Ajuste a valor de mercado	22.296	15.192
Base de cálculo	24.858	17.754
Contribuição social	4.460	3.039
Imposto de renda	6.213	4.438
Total – Após 12 meses	10.673	7.477

Notas Explicativas

20. Provisões e passivos contingentes

20.1. Provisões

a) Provisão para outros passivos

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Provisões para riscos fiscais	89.752	88.611
Provisões para processos trabalhistas	125.822	124.786
Provisão para processos cíveis	73.963	66.731
Outras	212	211
Total – Não circulante	289.749	280.339

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos trabalhistas, cíveis e fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
COFINS ^(I)	25.407	25.058
CSL ^(II)	12.782	12.699
INSS ^(III)	29.243	28.914
PIS ^(IV)	9.269	9.221
ISS ^(V)	12.652	12.327
Outros ^(VI)	399	392
Total – Não circulante	89.752	88.611

^(I) Refere-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nº 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros (vide nota nº 27.5.).

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(V) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não

Notas Explicativas

estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

(V) Impostos e taxas diversos, tais como taxa de fiscalização, IPTU, IPVA etc.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	Riscos fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2021	88.611	124.786	66.731
Constituição	27	8.302	15.539
Atualização monetária	521	3.230	1.731
Liquidações	-	(10.496)	(10.038)
Atualização de depósitos	593	-	-
Saldos em 31/03/2022	89.752	125.822	73.963
Depósitos judiciais	92.576	65.306	17.057

20.2. Passivos contingentes

O Banco tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 7.619 (R\$ 12.618 em dezembro de 2021). As ações tributárias totalizaram R\$ 7.843 (R\$ 7.766 em dezembro de 2021).

21. Outros Passivos

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Obrigação por aquisição de bens e direitos (vide nota nº 21.1.)	419.059	431.557
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	27.004	9.091
Obrigações por Compra de Câmbio	-	55.752
Credores diversos país (vide nota nº 21.2.)	275.044	242.642
Obrigações por convênios oficiais (vide nota nº 21.3.)	198.960	191.242
Provisões para pagamentos a efetuar (vide nota nº 21.4.)	178.104	184.148
Obrigações sociais e estatutárias (vide nota nº 21.5.)	15.710	49.438
Negociação e intermediação de valores	3.358	1.025
Obrigações diversas	762	1.302
Total	1.118.001	1.166.197
Circulante	779.753	711.725
Não circulante	338.248	454.472

21.1. Obrigações por aquisição de bens e direitos

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Passivo de arrendamento (vide nota nº 15.1.)	410.009	422.485
Outros	9.050	9.072
Total	419.059	431.557
Circulante	80.811	85.392
Não circulante	338.248	346.165

Notas Explicativas

21.2. Credores diversos - País

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	61.549	64.200
Provisão para despesas administrativas	111.306	106.075
Provisão comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de crédito	26.023	17.064
Outros	76.166	55.303
Total – Circulante	275.044	242.642

⁽¹⁾ Refere-se aos valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Banco.

21.3. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

21.4. Provisão para pagamentos a efetuar

Refere-se, basicamente, ao provisionamento para pagamento de férias dos funcionários e provisões para outras despesas administrativas.

21.5. Obrigações sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar dos empregados e administradores de 2021 e 2022 e aos juros sobre capital próprio a pagar de 2021.

22. Patrimônio Líquido

22.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Mar / 2022		Dez / 2021	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	65.155.744	371.388	65.155.744	306.232
Preferenciais	39.675.836	226.152	39.675.836	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	597.540	104.831.580	492.708
Aumento de capital realizado	-	-	-	104.832
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(361.600)	(3.974)	(510.800)	(5.614)
Total do capital em circulação	104.469.980	593.566	104.320.780	591.926
Valor nominal em reais	5,70		5,70	

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. é controlado por acionistas representados, basicamente, pelas empresas de participação Lusbem Gestão Participação Societária Ltda, Sapol Ltda, bem como por acionistas pessoas físicas, em sua maioria membros da família Araújo, conforme relacionado no acordo de acionistas (item 15.5 do Formulário de Referência de que trata a Instrução CVM 481/2009).

a) Grupamento e Desdobramento de Ações

Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13 de outubro de 2021, proposta de grupamento e desdobramento simultâneas das ações de emissão do Banco, sem alteração do valor do

Notas Explicativas

capital social atual, aplicados para todas as ações, abrangendo tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, nas proporções de 100:1 e 1:200, respectivamente, não havendo, desta forma qualquer tipo de diluição nas respectivas posições acionárias. Referida proposta de grupamento e desdobramento de ações foi homologada pelo BACEN.

b) Aumento de Capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, mediante a capitalização de parcela dos valores disponíveis na reserva de lucros estatutária para aumento de capital, no valor de R\$ 104.832, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2022, em conformidade com as normas que regem o assunto. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

c) Programa de Recompra de Ações

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 09 de novembro de 2021, aprovou um programa de recompra de ações preferenciais de emissão do Banco, que vigorou no período entre 10 de dezembro e 31 de dezembro de 2021. Durante o Programa de Recompra, o Banco adquiriu 510.800 ações preferenciais pelo montante de R\$ 5.614 e serão mantidas em tesouraria.

Em março de 2022, o Banco vendeu 149.200 ações preferenciais que estavam em tesouraria pelo montante de R\$ 1.569. O saldo das ações em tesouraria passou a perfazer 361.600 ações preferenciais pelo montante de R\$ 3.974.

22.2. Reservas de capital e de lucros

As Reservas de capital e de lucros são como segue:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Reserva de capital ^(I)	43.375	43.375
Reservas de lucros	478.011	478.082
Reserva legal ^(II)	87.688	87.688
Reservas estatutárias ^(III)	390.323	390.394

^(I) São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

^(II) Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

^(III) Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Notas Explicativas

22.3. Outros resultados abrangentes

Refere-se às contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, líquido dos efeitos tributários, assim como a mutação do Patrimônio Líquido durante o exercício.

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.348	7.980
Ajuste de avaliação atuarial	3.020	3.020
Total	13.368	11.000

22.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Mar / 2022	Mar/ 2021
Número médio e final de ações	65.155.744	39.314.236	104.469.980	52.415.790
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.314.236	104.469.980	52.415.790
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	34.557	20.851	55.408	50.795
Lucro básico por ações	0,5304	0,5304	0,5304	0,9691

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

23. Gerenciamento de Capital e limites operacionais

O Banco dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Banco.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

Em conformidade com a Política Institucional de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil, o capital compreende componente indispensável do processo decisório dos negócios, sendo seu gerenciamento fator de diferenciação competitiva e de avaliação da relação risco-retorno e, com as novas exigências advindas das recomendações de Basileia III, o uso eficiente do Capital torna-se foco da gestão, em um ambiente em que o importante é a capacidade da Instituição em rentabilizá-lo.

Como principais objetivos do Gerenciamento de Capital, o Banco visa:

- Utilização eficiente do Capital, por meio da alocação em negócios considerando o binômio risco versus retorno.
- Otimização do Capital alocado em segmentos de negócios e produtos de maior rentabilidade.
- Projeções de metas de Capital para atendimento aos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico e Mercadológico Mercantil do Brasil.
- Gestão integrada de riscos.

Notas Explicativas

- Garantir sua posição de solidez no mercado financeiro, ao adotar as melhores práticas de gestão e mitigação de riscos, em atendimento aos requisitos de Basileia III.

A Política Institucional de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil apresenta ainda os mecanismos e procedimentos que compõem o gerenciamento de Capital, mantendo o Capital compatível com os riscos incorridos pela Instituição. Está integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Financeiro Mercantil do Brasil, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Neste contexto, o Banco gerencia a estrutura de Capital com a finalidade de atender também aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

No plano normativo o Acordo de Basileia tem como parâmetro internacional obrigatório para as instituições financeiras a exigência mínima de capital regulamentar, mais conhecido no Brasil como Patrimônio de Referência.

A avaliação da adequação do Patrimônio de Referência, que tem por objetivo mensurar a necessidade de capital para suportar todos os riscos inerentes aos negócios, é realizada através de um processo de avaliação e monitoramento de seu desempenho no decorrer das atividades para, caso necessário, proceder a sua adequação.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração do PR, do risco RWA (ativos ponderados pelo risco) que consiste da soma do RWAcpad (risco de crédito), do RWAmint (risco de mercado) e RWAopad (risco operacional). Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/21, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco e de um adicional de capital principal de 2% no período de outubro de 2021 a março de 2022 e de 2,5% a partir de abril 2022. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%.

No Brasil, a relação entre o Patrimônio de Referência e a exposição ao risco é calculada de forma consolidada com base no patrimônio líquido em BRGAAP, abrangendo o conglomerado prudencial. Além disso, têm-se fatores distintos de ponderação de risco atribuídos a determinados ativos e outras exposições e exigência de alocação de parcela do patrimônio para cobrir riscos operacionais e de mercado.

Notas Explicativas

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)	1.195.509	1.064.835
b) Patrimônio de Referência Nível I	988.904	868.274
b.1) Capital Principal – CP	941.547	820.423
b.2) Capital Complementar - CC	47.357	47.851
- LFs Subordinadas	46.409	46.930
- Ajuste Participações de não controladores Nível I	948	921
c) Patrimônio de Referência Nível II	206.605	196.561
c.1) LFs Subordinadas	205.340	195.333
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.265	1.228
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	8.563.063	7.698.797
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	7.324.024	6.621.652
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA_{mpad}	4.903	3.017
d.3) RWA Para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	1.234.136	1.074.128
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 8,0%)	685.045	615.904
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	510.464	448.931
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0%)	513.784	461.928
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	475.120	406.346
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA (i = d x 4,5%)	385.338	346.446
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	556.209	473.977
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	105.226	125.024
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para R_{ban} (l = e + k)	790.271	740.928
m) Margem sobre o PR Considerando a R_{ban} (m = a - l)	405.238	323.907
n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 2,00%)	171.261	153.976
o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)	13,96	13,83
p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)	11,55	11,28
q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)	11,00	10,66

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 28,67% (31,44% em dezembro de 2021).

Razão de alavancagem

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

Notas Explicativas

24. Transações com partes relacionadas

24.1. Operações de partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

BMB	Controladas ⁽ⁱ⁾	Pessoal Chave ⁽ⁱⁱ⁾	Total
Março de 2022			
Ativos	145.023	-	145.023
Aplicações em depósitos interfinanceiros	144.308	-	144.308
Outros ativos	715	-	715
Outros créditos	715	-	715
(Passivos)	(227.463)	(120.306)	(347.769)
Depósitos	(187.957)	(92.797)	(280.754)
Depósitos de poupança	-	(901)	(901)
Depósitos à vista	(2.579)	(2.209)	(4.788)
Depósitos a prazo	(174.637)	(89.687)	(264.324)
Depósitos interfinanceiros	(10.741)	-	(10.741)
Captações no mercado aberto	(37.200)	-	(37.200)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(23.121)	(23.121)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	(4.388)	(4.388)
Outros Passivos	(2.306)	-	(2.306)
Outras obrigações	(2.306)	-	(2.306)
Receitas / (Despesas)	307	(2.705)	(2.398)
Despesas da intermediação financeira	(1.760)	(2.705)	(4.465)
Outras Receitas / (Despesas) operacionais	2.067	-	2.067
Receitas de prestação de Serviços	2.223	-	2.223
Outras despesas administrativas	(156)	-	(156)

⁽ⁱ⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽ⁱⁱ⁾ Controladores - Pessoal chave da administração.

Dezembro de 2021			
BMB	Controladas ⁽ⁱ⁾	Pessoal Chave ⁽ⁱⁱ⁾	Total
Ativos	145.688	-	145.688
Aplicações em depósitos interfinanceiros	124.987	-	124.987
Outros ativos	20.701	-	20.701
Outros créditos	663	-	663
Dividendos/Juros a receber	20.038	-	20.038
(Passivos)	(217.805)	(126.502)	(344.307)
Depósitos	(191.481)	(82.767)	(274.248)
Depósitos de poupança	-	(914)	(914)
Depósitos à vista	(3.681)	(3.022)	(6.703)
Depósitos a prazo	(177.344)	(78.831)	(256.175)
Depósitos interfinanceiros	(10.456)	-	(10.456)
Captações no mercado aberto	(25.742)	-	(25.742)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(25.671)	(25.671)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	(3.750)	(3.750)
Outros Passivos	(582)	(14.314)	(14.896)
JCP / Dividendos a pagar	-	(14.314)	(14.314)
Outras obrigações	(582)	-	(582)

Notas Explicativas

Março de 2021			
BMB	Controladas ^(I)	Pessoal Chave ^(II)	Total
Receitas / (Despesas)	(543)	(590)	(1.133)
Despesas da intermediação financeira	(889)	(559)	(1.448)
Outras Receitas / (Despesas) operacionais	346	(31)	315
Receitas de prestação de serviços	1.186	-	1.186
Outras despesas administrativas	(840)	(31)	(871)

^(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores - Pessoal chave da administração.

24.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Em 2021, a remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO), que estabeleceu o limite para o exercício social, são conforme segue:

Empresas	Data da AGO	Remuneração
Banco Mercantil do Brasil S.A.	19/04/2022	27.095
Mercantil do Brasil Financeira S.A.	22/04/2022	7.450
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	22/04/2022	4.750
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	26/05/2021	1.710
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	26/05/2021	102
Cosefi – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	30/04/2021	100
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	30/04/2021	6.000
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	28/04/2021	10
SANSA - Negócios imobiliários S.A.	30/04/2021	10
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	30/04/2021	100
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	30/04/2021	1.000
Domo Digital Tecnologia S.A.	26/02/2021	1.500

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota nº 27.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 1.718 (R\$ 1.689 em março de 2021).

Até 31 de março de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de março de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da IFRS 2, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

Notas Explicativas

24.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018.

25. Benefícios a empregados

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 31 de março de 2022, o grupo patrocinador mantinha 19 (19 em dezembro de 2021) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 503 (509 em dezembro de 2021) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no período corresponderam a R\$ 436 (R\$ 397 em março de 2021).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se:

- I. Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 12,62%
 - Taxa real de desconto: 5,39%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 6,86%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 6,86%
- II. Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 15,53%
 - Taxa real de desconto: 4,98%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 10,05%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 10,05%
 - Tábua de mortalidade geral: AT-2000 Suavizada em 10%

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de dezembro de 2021, elaborado com base nas demonstrações financeiras até novembro de 2021, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A., Patrocinador-Líder. Em 29 de dezembro de 2021, o Banco quitou saldo remanescente de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629, em conformidade com as normas em vigor que regem o assunto.

A última reavaliação atuarial registrada foi realizada em novembro de 2021 e nova reavaliação atuarial completa será realizada ao final do primeiro semestre de 2022.

O valor justo dos ativos do plano apurado monta em R\$ 44.794 (R\$ 26.179 em dezembro de 2021) e o valor presente das obrigações atuariais do plano em R\$ 43.139 (R\$ 48.250 em dezembro de 2021).

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.877/2000, cujo saldo do ativo atuarial monta em R\$ 3.020 (R\$ 3.020 em 31 dezembro de 2021) líquidos dos efeitos tributários, já considerada a quitação, em 29 de dezembro de 2021, de saldo de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629.

Notas Explicativas

26. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

26.1. Receitas de juros

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Operações de crédito	714.419	468.073
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	29.308	50.378
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	45.867	11.928
Resultado com instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	24.068	12.703
Rendas de operações de câmbio	(3.511)	11.886
Rendas das aplicações compulsórias	1.597	530
Rendas de créditos recuperados	2.011	3.351
Total	813.759	558.849

⁽¹⁾ Refere-se à ganhos e perdas com Derivativos contratados com finalidade de *hedge*.

26.2. Despesas de juros

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Operações de captação no mercado (vide nota nº 26.2.1.)	206.777	41.358
Operações de empréstimos e repasses	244	44
Despesas de descontos concedidos ⁽¹⁾	6.447	16.706
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	13.328	161
Comissão sobre originação de operações de crédito	23.367	38.635
Total	250.163	96.904

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

26.2.1. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Depósitos	185.111	34.772
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	15.748	2.967
Operações compromissadas	2.400	710
Outros	3.518	2.909
Total	206.777	41.358

27. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

27.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Administração de fundos de investimentos	568	507
Cartão de crédito	6.196	4.767
Cobrança	1.132	1.319
Custódia	87	74
Garantias prestadas	262	380
Outros serviços	115	248
Comissão de seguro	30.725	23.149
Serviços de arrecadação	6.698	2.581
Serviços prestados	1.973	322
Tarifas bancárias – conta corrente	50.862	46.635
Total	98.618	79.982

Notas Explicativas

27.2. Despesas de pessoal

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	9.186	8.708
Proventos de funcionários	55.383	52.198
Benefícios	19.724	19.626
Encargos sociais	22.273	21.421
Indenizações	10.509	7.624
Contingências / indenizações (vide nota nº 20.1.b.)	1.035	10.717
Participações no lucro	9.016	8.556
Total	127.126	128.850

27.3. Despesas administrativas

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Água, energia e gás	3.920	3.436
Amortização e depreciação	52.850	66.796
Comunicações	2.752	3.695
Materiais, manutenção e conservação de bens	8.310	9.037
Processamento de dados	25.895	19.905
Propaganda, publicidade e publicações	10.572	4.780
Serviços de terceiros	61.804	46.016
Serviços do sistema financeiro	1.203	730
Despesas tributárias	38.580	33.872
Transportes	8.181	7.558
Outras	14.921	14.637
Total	228.988	210.462

27.3.1. Despesas tributárias

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
ISSQN	4.321	3.459
COFINS	28.183	25.034
PIS	4.708	4.107
Outros tributos	1.368	1.272
Total	38.580	33.872

27.4. Outras receitas operacionais

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	13.048	16.573
Variações monetárias ativas ^(I)	30.629	906
Recuperação de encargos e despesas	4.772	4.188
Reversão de provisões	2.221	334
Lucro na alienação de valores e bens ^(II)	22	2.032
Receita financeira de arrendamento operacional	23.363	30.992
Outras receitas	3.727	1.999
Total	77.782	57.024

^(I) Reconhecimento de Variação monetária ativa relativamente ao Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema nº 962 das repercussões gerais), do STF que julgou inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, no montante de R\$ 28.843.

^(II) Refere-se à venda dos bens recebidos em dação em pagamento.

Notas Explicativas

27.5. Outras despesas operacionais

Neste grupo estão representados os demais itens de despesa que por sua natureza não puderam ser alocados nos demais grupos.

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Despesas de caráter eventual ^(I)	31.667	10.671
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	7.480	5.891
Variações monetárias passivas	524	636
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ^(II)	127.814	85.133
Prejuízo na alienação de valores e bens ^(III)	7	65
Provisão de outros valores e bens ^(III)	-	9.167
Outras despesas	23.083	10.667
Total	190.575	122.230

^(I) Refere-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

^(II) Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

^(III) Refere-se à venda dos bens recebidos em dação em pagamento.

28. Efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	80.684	74.174
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	(2.118)	(18.175)
Lucro antes dos impostos	78.566	55.999
Alíquota nominal	45%	45%
Receita / (Despesa) nominal	(35.355)	(25.200)
Ajustes à receita / (despesa) nominal	10.534	4.354
Resultado de participação em coligadas e controladas	11	-
Despesas indedutíveis	(1.203)	(615)
Outras (adições) / exclusões permanentes	14.872	(1.583)
Ajustes de crédito tributário - Decisão STF	(37.968)	-
Repetição indébito - Decisão STF	34.655	-
Efeito tributário CSL – MP 1.034/2021 (vide notas nº 3.12.b. e 14.2.)	-	6.534
Ajustes temporais à alíquota de 15% para 20%	24	16
(-) Compensações da Base negativa de CSL e Prejuízo fiscal	143	2
Deduções dos incentivos fiscais ^(I)	1	423
Impostos calculados sobre o lucro presumido	(387)	(2.740)
Receita / (despesa) com IRPJ e CSL	(25.207)	(23.163)

^(I) Refere-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

29. Gestão dos Riscos de Crédito, Operacional, de Liquidez, Socioambiental e de Mercado

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Banco, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, o Banco gerencia seus riscos de forma contínua, norteados pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia, *Compliance* e Riscos, englobando não

Notas Explicativas

apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Banco, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Banco, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e Disciplina de Mercado, o Banco busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no [site www.mercantildobrasil.com.br](http://www.mercantildobrasil.com.br).

A seguir, é apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de

Notas Explicativas

crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Banco e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Banco está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

Exposição ao Risco de Crédito

A Exposição ao Risco de Crédito contempla as Operações de Crédito e Outros Créditos, o limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição e as Garantias Prestadas.

Os quadros abaixo contemplam os dados quantitativos sobre sua exposição ao risco de crédito do Banco com base nas informações fornecidas internamente à pessoal chave da administração:

Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	Mar / 2022	Dez / 2021
Sudeste	9.536.690	8.849.269
Nordeste	472.092	505.054
Sul	250.608	233.527
Centro-Oeste	52.041	77.703
Norte	47.844	45.918
Total Geral	10.359.275	9.711.471

Notas Explicativas

Detalhamento do total das exposições por setor econômico:

Setor de Risco	Mar / 2022	Dez / 2021
Pessoa Física	9.325.111	8.664.594
Pessoa Jurídica	1.034.164	1.046.877
Construção civil	237.656	237.233
Atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados	192.360	184.493
Prestação de serviços	167.113	166.939
Biocombustíveis açúcar	72.835	58.500
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	43.473	56.689
Alimentos	52.142	50.040
Entretenimento, esporte e cultura	11.072	36.623
Comércio varejista	29.822	31.293
Bebidas	25.919	29.959
Transporte de carga e logística	41.239	21.001
Bens de capital	15.875	17.181
Distribuição de combustíveis	17.165	16.527
Outros	127.493	140.399
Total Geral	10.359.275	9.711.471

Detalhamento do total das exposições por prazo remanescente de vencimento:

Prazo Remanescente	Mar / 2022	Dez / 2021
Até 6 meses	1.506.459	1.530.482
Acima de 6 meses até 1 ano	704.116	704.028
Acima de 1 ano até 5 anos	3.121.464	2.875.427
Acima de 5 anos	5.027.236	4.601.534
Total Geral	10.359.275	9.711.471

Operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	Mar / 2022			Dez / 2021
	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo	Exposição
Sudeste	95.591	260.862	336.608	72.388
Sul	7.062	8.205	9.818	4.392
Nordeste	2.420	5.255	2.566	1.591
Centro-Oeste	2.315	793	3.151	485
Norte	782	335	341	188
Total Geral	108.170	275.450	352.484	79.044

Operações em curso anormal segregado por setor econômico:

Setor Econômico	Mar / 2022			Dez / 2021
	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo	Exposição
Pessoa Física	99.473	213.064	279.366	72.684
Pessoa Jurídica	8.697	62.386	73.118	6.360
Total Geral	108.170	275.450	352.484	79.044

Notas Explicativas

Total das exposições segmentadas por faixas de atraso:

Faixa de Atraso	Mar / 2022	Dez / 2021
Atraso menor que 30 dias	161.548	152.535
Atraso entre 31 e 90 dias	123.439	129.698
Atraso entre 91 e 180 dias	83.483	63.128
Atraso entre 181 e 365 dias	24.439	15.917
Atraso maior que 365 dias	249	-
Total Geral	393.158	361.278

Total das exposições reestruturadas por curso das operações:

Curso das Operações	Mar / 2022	Dez / 2021
Curso Normal	69.349	73.891
Curso Anormal	1.990	4.635
Total Geral	71.339	78.526

Percentual de concentração das 10 e 100 maiores exposições:

Ranking	Mar / 2022	Dez / 2021
10 Maiores	5%	5%
100 Maiores	8%	9%

A Exposição ao Risco de Crédito é avaliado, para fins de risco de crédito, de acordo com os valores apurados em BRGAAP, que reflete como a Administração gerencia os riscos.

Mitigação dos Riscos

- Fator de Ponderação

Segue abaixo o valor total mitigado pelos instrumentos, segmentado por tipo de mitigador e por seu respectivo FPR:

Mitigador	Fator de Ponderação	Mar / 2022	Dez / 2021
Deposito a Prazo	0%	62.336	64.350
Repasses de descontos em folha de pagamento vinculados a operações de Crédito Consignado INSS	50%	5.013.407	5.069.412
Títulos Públicos Federais / Garantia Prestada pelo Tesouro Nacional	0%	1.296.885	1.286.289
Acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN	0%	167.509	172.803
Total Geral		6.540.137	6.592.854

- Garantias

O Banco utiliza-se de diversos tipos de garantias como forma de mitigar o risco de crédito das operações. Essas garantias são ativos que visam assegurar uma segunda fonte de pagamento do crédito no caso de inadimplência do cliente. Assim sendo, a qualidade e a quantidade das garantias fornecidas constituem aspecto determinante na definição do nível de risco de cada operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação.

O quadro a seguir enumera o saldo contábil das operações de crédito com garantias vinculadas e o correspondente valor justo das garantias:

Notas Explicativas

Descrição		Mar / 2022			
		Suficiente		Insuficiente	
Carteira		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Pessoa física	Crédito	206.069	394.476	136	130
	Veículos	392	3.657	-	-
	Crédito imobiliário	44.557	38.725	-	-
Subtotal		251.018	436.858	136	130
Pessoa jurídica		594.453	1.085.748	42.634	24.256
Total geral		845.471	1.522.606	42.770	24.386

Descrição		Dez / 2021			
		Suficiente		Insuficiente	
Carteira		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Pessoa física	Crédito	223.012	397.741	1.037	14.551
	Veículos	610	5.411	-	-
	Crédito imobiliário	44.752	38.742	-	-
Subtotal		268.374	441.894	1.037	14.551
Pessoa jurídica		732.053	1.197.172	38.977	23.051
Total geral		1.000.427	1.639.066	40.014	37.602

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação e devidamente formalizada e contabilizada.

Mensuração do risco de crédito

A mensuração do risco de crédito utilizado para análise de *impairment* é realizada trimestralmente, a partir da identificação de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos, renegociação, evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para fins de avaliação coletiva de *impairment*, os ativos financeiros são agrupados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, que são indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. Os fatores relevantes usados para este processo de classificação são produto, garantia e valor do contrato.

Com base na experiência de perdas históricas dos ativos com características de risco de crédito semelhantes são estabelecidos dentro de cada grupo, os gatilhos para materialização da perda incorrida e estimados os percentuais de perda. Percentuais estes que aplicados ao saldo devedor permite apurar as estimativas dos valores a serem provisionados.

Para os clientes que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda é realizada individualmente, considerando entre outros aspectos a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

A experiência de perdas históricas é ajustada com base nos dados observáveis atualizados, a fim de refletir os efeitos de condições atuais que não afetaram o período no qual se baseia a experiência de perdas históricas e para remover os efeitos de condições no período histórico não condizente às condições correntes.

Notas Explicativas

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Banco adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Banco realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Banco possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

Instrumentos Mitigadores

O Banco utiliza o instrumento *hedge* para proteger as operações financeiras, ao qual está exposto, do risco de grandes variações de preço. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista. Nesse contexto, a Instituição faz uso do instrumento *hedge* com o intuito de proteger uma determinada exposição de variações bruscas de preços, não assumindo nenhuma posição com o intuito de se beneficiar das oscilações de preços.

A Gerência de Gestão de Riscos e Controles monitora o nível de exposição ao risco de mercado por indexador, que é informado ao Comitê de Caixa. Caso alguma exposição não esteja adequada ao nível aceitável de tolerância ao risco, poderá o Comitê de Caixa propor um *hedge*, que deverá ser submetido e aprovado pelo Comitê de Ativos e Passivos (CAP).

Notas Explicativas

Controle de liquidez

- Mapa de descasamento dos fluxos de caixa

Segue quadro contendo descasamento dos fluxos por indexador:

Mar / 2022			
Indexador	Ativo	Passivo	Descasamento
CDI	2.080.458	8.777.338	(6.696.880)
PRE	9.808.189	2.283.117	7.525.072
SELIC	681.487	190.601	490.886
TR	54.037	218.105	(164.068)
IGPM	15.627	-	15.627
IPCA	175.205	165.665	9.540
US\$	584	1.019	(435)
Outros ⁽¹⁾	47.611	499.587	(451.976)
TOTAL	12.863.198	12.135.432	727.766

⁽¹⁾ Exposição alocada em Fundo Imobiliário e FIDC.

Segue quadro contendo descasamento por prazo médio:

Mar / 2022			
Dias a vencer	Ativo	Passivo	Descasamento
até 30 dias	1.883.928	951.439	932.489
de 31 a 60 dias	547.296	427.313	119.983
de 61 a 90 dias	359.498	330.081	29.417
de 91 a 180 dias	1.109.617	1.147.995	(38.378)
de 181 a 360 dias	1.413.944	1.002.771	411.173
acima de 360 dias	7.548.915	8.275.833	(726.918)
TOTAL	12.863.198	12.135.432	727.766

c) Gerenciamento do risco de mercado

Por risco de mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o *IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book)* como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*).

Notas Explicativas

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de stress de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Banco utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

Carteira Trading

Entende-se por Carteira *Trading* (CT) todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com a finalidade de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da CT, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

Para o cálculo da parcela RWA_{JUR1} , o modelo paramétrico utilizado é o *Value at Risk* (VaR), seguindo as diretrizes constantes na Circular Bacen nº 3.634/13. A parcela referente à RWA_{JUR2} é normatizada pela Circular Bacen nº 3.635/13. Já a parcela RWA_{ACS} segue as diretrizes da Circular Bacen nº 3.638/13. Por fim, o modelo de cálculo da RWA_{CAM} segue as orientações da Circular Bacen nº 3.641/13.

No comparativo entre o primeiro trimestre de 2022 e o último trimestre de 2021, a parcela RWA_{JUR1} sofreu oscilação em razão do maior nível de exposição prefixada com característica de negociação. Com relação a RWA_{cam} , a variação deve-se a baixa total das operações de ACC e, conseqüentemente, a liquidação do hedge atrelado a esta operação.

Descrição	Mar / 2022		Dez / 2021	
	RWAMPAD	Exposição	RWAMPAD	Exposição
Taxas de Juros	2.472	408	364	662
Taxas de juros prefixadas em Real (RWA_{JUR1})	2.472	408	325	100
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA_{JUR2})	-	-	39	562
Taxas dos cupons de índices de preço (RWA_{JUR3})	-	-	-	-
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4})	-	-	-	-
Preços de ações (RWA_{ACS})	2.322	1.032	1.038	461
Taxas de câmbios (RWA_{CAM})	108	39	1.616	588
Preços de mercadorias (<i>commodities</i>) (RWA_{COM})	-	-	-	-
Total	4.902	1.479	3.018	1.711

Carteira Banking

São incluídas na Carteira *Banking* todas as operações que representam fontes relevantes de risco de mercado e que não estejam classificadas na carteira de negociação. Consiste das operações estruturais (operações de Tesouraria, operações de crédito, depósitos, captações externas, etc.) e derivativos não classificados como de negociação.

Notas Explicativas

O IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) refere-se à parcela para cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na *Carteira Banking*, a qual pode ser calculada por duas métricas distintas, em conformidade com a regulamentação vigente.

A primeira métrica é o EVE (*Economic Value of Equity*), que consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (stress). Já a segunda métrica é o NII (*Net Interest Income*), que se fundamenta na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de até 12 meses.

No Mercantil do Brasil, a composição do IRRBB adotada a partir de janeiro de 2021 é balanceada da seguinte forma: de 80% da métrica EVE somada a 20% da métrica NII. A seguir, demonstram-se as métricas de variação do valor econômico (Δ EVE) e de variação do resultado de intermediação financeira (Δ NII), de que trata a Circular Bacen nº 3.876/18:

Descrição	Mar / 2022	Dez / 2021
IRRBB	105.226	125.024
Δ EVE	95.966	121.979
Δ NII	142.267	137.205

A redução do IRRBB, em relação ao período anterior, está associada principalmente a redução da exposição líquida prefixada da Instituição, fruto da ampliação da quantidade de contratos de DI Futuro com finalidade de hedge e a realização de cessões de crédito no período.

Derivativos

Os Derivativos existentes na Instituição são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das operações em moedas estrangeiras e de proteção de posições prefixadas, não possuindo nenhum caráter especulativo, conforme nota nº 9.1.

Cabe ressaltar ainda, que o Banco possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

Posições de ativos e passivos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

Em cumprimento a IFRS 7, parágrafo 40, foi realizada a análise de sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os títulos e valores mobiliários (TVM) classificados nas categorias disponível para venda e negociação, bem como os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Banco, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício. Em complemento, o descasamento em moeda estrangeira também é protegido via mercado futuro, como forma de dirimir as altas volatilidades apresentadas nas taxas de câmbio.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Banco, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Notas Explicativas

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 12,86 % a.a..
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi de 15,90% a.a..
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 19,00% a.a..

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do Valor Justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
<i>Hedge Accounting</i>	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	1.972	47.433	90.426
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(2.050)	(48.291)	(91.144)
		Efeito Líquido	(78)	(858)	(718)
TVM	Renda Fixa	Debêntures	(285)	(2.682)	(5.363)
		CDCA	(119)	(2.969)	(5.938)
		CRI	(202)	(7.478)	(14.956)
		CRA	(865)	(27.574)	(55.149)
Total com correlação			(1.549)	(41.561)	(82.124)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(852)	(22.859)	(45.168)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente do dólar nos cenários II e III, demonstrando a eficácia do *hedge* em neutralizar o descasamento em moeda estrangeira. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Banco possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Banco integra-se às estratégias e aos negócios das empresas do grupo, alinhando os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A forma de atuação possibilita a identificação das áreas com maior potencial de risco e os cenários mais críticos para, por meio de uma gestão efetiva, controlar e mitigar a exposição ao Risco Operacional a que a Instituição está sujeita. A Instituição utiliza ferramentas de gestão do Risco Operacional visando maximizar a eficiência dos controles e direcionar ações para redução de perdas.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

Notas Explicativas

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos controles e estratégia de resposta ao risco inerente – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Banco. A partir das perdas identificadas são gerados planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os maiores motivos de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Banco e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis.

No Banco, o cálculo da parcela do RWAopad está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Banco utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Banco manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Banco instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes relacionadas ao negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Banco contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Banco, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

Notas Explicativas

30. Outras Informações

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 86.012 (R\$ 89.048 em dezembro de 2021).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 384.497 (R\$ 380.475 em dezembro de 2021).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo.
- e) No período, os resultados não recorrentes, são conforme segue:

Descrição	Mar / 2022	Mar / 2021
Majoração Alíquota CS de 20% para 25% ⁽ⁱ⁾	-	6.534
Impostos a Recuperar - Repetição indébito Decisão STF ⁽ⁱⁱ⁾	(3.313)	-
Variação monetária ativa - Repetição indébito Decisão STF ⁽ⁱⁱ⁾	28.843	-
Total	25.530	6.534

⁽ⁱ⁾ Efeitos no crédito tributário ref. majoração de alíquota CSLL, de 20% para 25%, no período de Julho/21 até dezembro/21 - conforme MP 1.034/21, com reconhecimento, em março/21.

⁽ⁱⁱ⁾ Valores referente ao ajuste do saldo de créditos a recuperar e ganho com atualização monetária ativa, decorrente do reprocessamento das bases tributárias de IR/CS efetuado pelos consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indébitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado na apuração de IR/CS.

f) Evento Subsequente

O Banco, celebrou no dia 06/05/22, um novo Acordo de Acionistas vinculando, em conjunto, 57,60% do capital votante do Banco. O novo Acordo de Acionistas substituiu todas as disposições anteriores relacionadas ao bloco de controle, tratando de temas como os direitos e as obrigações dos signatários em relação à definição do voto uniforme e em bloco, no âmbito das assembleias gerais de acionistas do Banco, bem como a regulação do direito de preferência na compra e venda das ações vinculadas. As alterações na composição do bloco de controle estão sujeitas à aprovação prévia pelo Banco Central do Brasil.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
 Maurício de Faria Araujo – Vice-Presidente
 José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

André Luiz Figueiredo Brasil
 Clarissa Nogueira de Araújo
 Gustavo Henrique Diniz de Araújo
 Lauro Wilson da Silva
 Leonardo Ferreira Antunes
 Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE
 Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO
 Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS
 Carolina Marinho do Vale Duarte
 Felipe Lopes Boff
 Gregório Moreira Franco*
 Paulino Ramos Rodrigues
 Taise Christine da Cruz
 Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
 Valci Braga Rezende

DIRETORES
 Mariana Machado de Araujo de Souza Lima
 Ricardo Vieira Santiago

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
 Euler Luiz de Oliveira Penido
 Luciano Luiz Barsi
 Marcos Paixão de Araújo
 Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glydson Ferreira Cardoso
 Lauro Wilson da Silva
 Sebastião Salvador Gamarano

CONTADOR

Anderson Guedes Inocência
 CRC – MG 077029/O-7

* Em aprovação pelo Banco Central do Brasil



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2022.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco") e suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2022.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 25, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S.A. - "BMB", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do BMB, relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2022.

Belo Horizonte/MG, 11 de maio de 2022.

Diretor Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Vice-Presidente Executivo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Executivos
Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores
Paulino Ramos Rodrigues

Diretores
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Ricardo Vieira Santiago

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 25, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S.A. - "BMB", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, resultante do procedimento de auditoria realizado nas Demonstrações Financeiras do BMB, relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2022.

Belo Horizonte/MG, 11 de maio de 2022.

Diretor Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Vice-Presidente Executivo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Executivos
Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores
Paulino Ramos Rodrigues

Diretores
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Ricardo Vieira Santiago